

ROL DE RESPONSÁVEIS

NOME: Jalbas Aires Manduca

CPF: 143.667.971-00

Natureza de Responsabilidade: 132 – Dirigente máximo de UG que apresenta as contas - Titular

Natureza de Responsabilidade: 100 – Ordenador de Despesas - Titular

Período de Gestão: 01/01 a 31/12/2010

Portaria nº 818/2008, publicada no DOU em 28/08/2008

Endereço Residencial: Quadra 309 Sul Rua 19 QI. 24 Lt 12 Palmas/TO – CEP: 77.015-532

Endereço Eletrônico: gab-to@agricultura.gov.br

NOME: Eustáquio Ferreira dos Santos

CPF: 007.421.126-91

Natureza de Responsabilidade: 132 – Dirigente máximo da UG, que apresenta as contas - Substituto

Natureza de Responsabilidade: 100 – Ordenador de Despesas - Substituto

Período de Gestão: 01/01/2010 a 31/12/2010

Portaria nº 709/2009, publicada no DOU em 30/09/2009

Natureza de Responsabilidade: 110 – Responsável pela conformidade de Registro de Gestão

Portaria nº 139/2010, publicada no DOU em 03/09/2010

Período de Gestão: 03/09/2010 a 31/12/2010

Endereço Residencial: Quadra 204 Sul, Alameda 11 Lote 06 Aptº 102 – Palmas/TO – CEP.: 77.020-480

Endereço Eletrônico: eustaquio.santos@agricultura.gov.br

NOME: Rosinalva Gomes Bó

CPF: 361.161.061-53

Natureza de Responsabilidade: 100 –

Período de Gestão: 01/01/2010 a 19/09/2010

Portaria nº 41/2003, publicada no DOU em 14/12/2003

Endereço Residencial: 108 Norte Alameda 06 Lote 16 – Palmas/TO – CEP.: 77.006-102

Endereço Eletrônico: rosinalva.gomes@agricultura.gov.br

NOME: Márcio Marcolini

CPF: 757.302.007-49

Natureza de Responsabilidade: 100 – Ordenador de Despesas - Interino

Período de Gestão: 20/09/2010 a 31/12/2010

Portaria nº 144/2010, publicada no DOU em 22/09/2010

Natureza de Responsabilidade: 110 – Responsável pela conformidade de Registro de Gestão

Portaria nº 125/2009, publicada no DOU em 20/03/2009

Período de Gestão: 01/01/2010 a 02/09/2010

Endereço Residencial: Quadra 110 Sul Alameda 15 Lote 10 – Palmas/TO – CEP.: 77.006-120

Endereço Eletrônico: marcio.marcolini@agricultura.gov.br

NOME: Rivadávia Alves de Macêdo Júnior

CPF: 089.128.905-49

Natureza de Responsabilidade: 110 - Responsável pela conformidade de Registro de Gestão

Período de Gestão: 01/01/2010 a 02/09/2010

Portaria nº 79/2008, publicada no DOU em 15/07/2008

Endereço Residencial: Avenida NS 01 201 Sul Conj. 02 Lote 07 – Palmas/TO – CEP.: 77.015-202

Endereço Eletrônico: rivadavia.junior@agricultura.gov.br

NOME: Liane do Socorro Mira Picanço

CPF: 267.414.742-34

Natureza de Responsabilidade: 110 – Responsável pela conformidade de Registro de Gestão

Período de Gestão: 03/09/2010 a 31/12/2010

Portaria nº 139/2010, publicada no DOU em 03/09/2010

Natureza de Responsabilidade: 137 – Responsável pelos atos de gestão orçamentária

Natureza de Responsabilidade: 138 – Responsável pelos atos de gestão financeira

Período de Gestão: 03/09/2010 a 31/12/2010

Portaria nº 76/2007, publicada no DOU em 06/11/2007

Endereço Residencial: Quadra 14 Alameda 09 Lote 16 Setor Portal do Lago - Porto Nacional – CEP.: 77.500-000

Endereço Eletrônico: liane.mira@agricultura.gov.br

NOME: Josafá da Silva Rêgo

CPF: 022.068.111-20

Natureza de Responsabilidade: 137 – Responsável pelos atos de gestão orçamentária
Natureza de Responsabilidade: 138 – Responsável pelos atos de gestão financeira
Período de Gestão: 16/09/2010 a 31/12/2010
Portaria nº 142/2010, publicada no DOU em 23/09/2010
Endereço Residencial: Av. NS 01 201 Sul conj. 02 Lote 07 – Palmas/TO – CEP.: 77.015-202
Endereço Eletrônico: josafa.rego@agricultura.gov.br

NOME: Alberto Jerônimo Pereira **CPF.:** 135.037.821-68
Natureza de Responsabilidade: 107 – Responsável pela conformidade contábil - Titular
Período de Gestão: 01/12/2010 a 31/12/2010
Portaria nº 419/2008, publicada no DOU em 12/05/2008
Endereço Residencial: QRB 02 Bloco “O” Aptº 11 Residencial Santo Dumont – Santa Maria - Brasília/DF – CEP.: 77.593-010
Endereço Eletrônico: alberto.jeronimoi@agricultura.gov.br

NOME: José Calazans dos Santos **CPF.:** 150.533.771-20
Natureza de Responsabilidade: 107 – Responsável pela conformidade contábil - Substituto
Período de Gestão: 01/01/2010 a 31/12/2010
Portaria nº 784/2009, publicada no DOU em 30/09/2009
Endereço Residencial: QNL 06 Bloco “B” – Aptº 210 Taguatinga Norte – Horto – Brasília/DF – CEP.: 72.155-612
Endereço Eletrônico: Jose.calazans@agricultura.gov.br

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Tocantins – SFA/TO

**PROCESSO DE CONTAS
RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL
EXERCÍCIO 2010**

Palmas/Tocantins
Março/2011

MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
WAGNER GONÇALVES ROSSI

SECRETÁRIO EXECUTIVO
MILTON ELIAS ORTOLAN

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA
EDILSON GUIMARÃES

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
ERIKSON CAMARGO CHANDOA

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AGRONEGÓCIO
CÉLIO BROVINO PORTO

SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA
MANOEL VICENTE FERNANDES BERTONE

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO TOCANTINS
JALBAS AIRES MANDUCA

LISTA DE ABREVIATÖES E SIGLAS

ADAPEC – Agencia de Defesa Agropecuária do Tocantins
APOIOAGRIC – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas
APOIOPEC – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias
APPRODUTOR – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário
CBIO – Centro de Estudos da Biodiversidade
CCVB – Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas
CEDRUS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentavel
CERTORGAN – Certificação de Produtos Orgânicos de Alimentos
CGAL – Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
CGCD – Coordenação Geral de Combate as Doenças
CIG – Coordenação de Indicação Geográfica
CIS – Certificado de Inspeção Sanitária
COAGRE – Coordenação de Agroenergia
COESA – Comitê Estadual de Sanidade Avícola
CPIA – Coordenação de Produção Integrada da Cadeia Agrícola
CPIP – Coordenação Produção Integrada de Agropecuária
CPORG – Comissão da Produção Orgânica
CRHE – Coordenação da Raiva dos Herbívoros e da encefalopatias e espongiformes transmissíveis
CSM-TO – Comissão Estadual de Sementes e Mudass do Tocantins
CT-Agro – Câmara Técnica do Agronegócio
CTNBIO - Comissão Técnica Nacional e Biosegurança
DDA – Divisão de Defesa Agropecuária
DEFIA – Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas
DEPROS – Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade
DEPTA – Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária
DESENGORG – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica Pró-Orgânico
DFIP – Departamento de Insumos Pecuários
DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DIPOV – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
DPDAG – Divisão de Política, Produção e desenvolvimento Agropecuário
DPF – Boas Práticas de Fabricação
DSA – Departamento de Saúde Animal
DSV – Departamento de Sanidade Vegetal
EEB – Encefalopatia Espongiforme Bovina - Doença da Vaca Louca
EET – Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEBREAFTOS – Erradicação da Febre Aftosa
FFA – Fiscal Federal Agropecuário
FISAGROTOX – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins
FISCAGRIC – Fiscalização de Serviços Agrícolas
FISCALSEM – Fiscalização de Sementes e Mudass
FISCANIMAL – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos
FISCGENE – Fiscalização de Material Genético Animal
FISCINAN – Fiscalizações de Insumos Destinados à Alimentação Animal
FISCONTRATO – Fiscalização de Contrato de Repasse
FISCORGEN – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

FISCPLANTA – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos
 FISFECOI – Fiscalização de Fertilizantes Corretivos e Inoculantes
 FISFECOI – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
 FISPROVET – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
 GTA – Guia de Trânsito Animal
 INDGRAF – Fomento à Indicação Geográfica de Produto Agropecuário
 INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial
 INSPANIMAL – Inspeção e Fiscalização de Produto Origem Animal
 IPVEGETAL – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
 LANAGRO – Laboratório Nacional Agropecuário
 LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
 MANUTSFAS – Administração da Sede
 MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 OGM – Organismos Geneticamente Modificados
 OIE – Organização Mundial de Saúde Animal
 PADCLASSIF – Padronização e Classificação de Produtos Vegetais
 PCEANIMAL – Prevenção, Controle e Erradicação Doenças Animais
 PCEVEGETAL – Prevenção Controle e Erradicação de Praga dos Vegetais
 PI – Programa Interno
 PNCEBT – Programa Nacional de Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose
 PNCRH – Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalotia Espongiforme Bovina
 PNEFA – Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa
 PNSA – Programa Nacional de Controle e Erradicação das Doenças de Aves
 POA – Plano Operativo Anual
 PPA – Plano Plurianual
 PRODESA – Programa de Desenvolvimento do Agronegócio
 RENASEM – Registro Nacional de Sementes e Mudas
 SAPI – Sistema Agropecuário de Produção Integrada
 SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária
 SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
 SEFAG – Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários
 SEFIA – Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas
 SEFIP – Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários
 SFA/TO – Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Tocantins
 SGAU – Sistema de Gerenciamento de Atividades de Vigilância
 SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal
 SICONV – Sistema de Convênios do Governo Federal
 SIF – Serviço de Inspeção Federal
 SIOR – Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras
 SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento
 SIPOV – Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
 SISA – Serviço de Inspeção e Saúde Animal
 SISBOV – Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bufalina
 SISV – Serviço de Inspeção de Sanidade Vegetal
 UVL – Unidade Veterinária Local
 VIGIFITO – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual

SUMÁRIO

<u>Organograma Funcional</u>	09
<u>Introdução</u>	12
<u>Fiscalização de Sementes e Mudanças</u>	14
<u>Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes</u>	16
<u>Fiscalização de Agrotóxicos e Afins</u>	18
<u>Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal</u>	20
<u>Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário</u>	23
<u>Fiscalização de Material Genético Animal</u>	25
<u>Erradicação da Febre Aftosa</u>	28
<u>Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal</u>	30
<u>Prevenção, Controle e Erradicação de Doença dos Animais</u>	35
<u>Prevenção, Controle e Erradicação de Praga dos Vegetais</u>	41
<u>Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados</u>	44
<u>Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais</u>	46
<u>Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal</u>	47
<u>Padronização, Classificação e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal</u>	49
<u>Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário</u>	51
<u>Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas</u>	54
<u>Apoio as Cadeias Produtivas Pecuárias</u>	57
<u>Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário</u>	60
<u>Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica</u>	63
<u>Desenvolvimento da Agricultura Orgânica</u>	66
<u>Fiscalização de Serviços Agrícolas</u>	69
<u>Fiscalização de Contrato de Repasse</u>	72
<u>Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários</u>	76
<u>Apoio Administrativo</u>	78
<u>Execução Física das Ações Realizadas da UJ</u>	79
<u>Identificação das Unidades Orçamentária</u>	79
<u>Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas</u>	79
<u>Despesas por Modalidade de Contratação</u>	80
<u>Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa</u>	80
<u>Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa</u>	81
<u>Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores</u>	82
<u>Composição do Quadro de Recursos Humanos – Tabela 1</u>	82
<u>Composição do Quadro de Recursos Humanos – Tabela 2</u>	83
<u>Composição do Quadro de Recursos Humanos – Tabela 3</u>	83

<u>Composição do Quadro de Recursos Humanos – Tabela 4</u>	84
<u>Composição do Quadro de Recursos Humanos – Tabela 5</u>	84
<u>Composição do Quadro de Recursos Humanos – Tabela 6</u>	84
<u>Composição do Quadro de Recursos Humanos – Tabela 7</u>	85
<u>Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva</u>	85
<u>Contrato de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra</u>	86
<u>Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de mão de obra</u>	87
<u>Transferência – Tabela 1</u>	87
<u>Transferência – Tabela 2</u>	88
<u>Transferência – Tabela 3</u>	88
<u>Transferência – Tabela 4</u>	88
<u>Transferência – Tabela 5</u>	89
<u>Declaração do Gestor de Convênios</u>	90
<u>Declaração do Gestor de Contratos</u>	90
<u>Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</u>	91
<u>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União</u>	92
<u>Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ</u>	93
<u>Declaração Contábil</u>	93
<u>Declaração de Renda – Contadores</u>	94
<u>Declaração de Renda pela Gestão dos Recursos</u>	95
<u>Cartão de Pagamento do Governo Federal</u>	96
<u>Resultados e Conclusões</u>	106

1. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

À Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Tocantins, unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA, compete executar ações e atividades

- I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;
- II - fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura;
- III - assistência técnica e extensão rural;
- IV - infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- V - produção e comercialização de produtos agropecuários
- VI - administração e desenvolvimento de pessoas, bem como de serviços gerais;
- VII - planejamento estratégico e planejamento operacional;
- VIII - programação, acompanhamento e execução orçamentária/financeira dos recursos alocados;
- IX - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e
- X - aperfeiçoamento da gestão da própria Superintendência Federal.

Para a execução das competências regimentais acima elencadas a Superintendência Federal da Agricultura no Estado do Tocantins esta estruturada da seguinte forma:

- 1 Gabinete do Superintendente
 - 1.1 - Seção de Planejamento e Acompanhamento - SPA
 - 1.2 - Secretaria do Gabinete - GAB
- 2 Divisão de Defesa Agropecuária -DDA
 - 2.1 – Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA
 - 2.2 – Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV
 - 2.3 – Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG
- 3 – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento - DPDAG
 - 3.1 – Seção de Suporte Agropecuário - SESAG
- 4 – Serviço de Apoio Administrativo - SAD
 - 4.1 – Seção de Gestão de Pessoas - SGAP
 - 4.2 – Seção de Atividades Gerais – SEAG
 - 4.2.1 – Setor de Material e Patrimônio – SMP
 - 4.2.2 – Núcleo de Manutenção Predial – NMP
 - 4.2.3 – Núcleo de Protocolo - NPR
 - 4.3 – Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF

Gabinete do Superintendente

Diretamente vinculada ao Superintendente localiza-se a Seção de Planejamento e Acompanhamento, que tem sob sua responsabilidade as seguintes ações:

A Gestão Estratégica – Coordenar o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos componentes das estratégias e atualizar os instrumentos de apoio à gestão estratégica, especialmente, indicadores de desempenho e projetos estratégicos.

O Processo de Gestão Operacional, Coordenar o planejamento e acompanhamento ainda se responsabiliza pela internalização do Plano Plurianual; a orientação e o acompanhamento da execução das ações (projetos e atividades) constantes do Plano Plurianual, inclusive; a elaboração e consolidação do plano operativo anual, da programação físico-orçamentária.

A SPA também atua na elaboração de relatórios, periódicos e anuais, referentes à programação e ao monitoramento das execuções das ações, inclusive nos aspectos físico-orçamentário e financeiro e ainda a consolidação dos dados e composição do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Ações Finalísticas.

As ações de defesa agropecuária estão sob a responsabilidade da Divisão de Defesa Agropecuária – DDA, que conta com 3 serviços – Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA, Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV e Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG. As ações de apoio ao desenvolvimento agropecuário estão sob a responsabilidade da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento – DPDAG. Tais Divisões e Serviços contam com diversas ações finalísticas da SFA-TO que estão ancoradas nos seguintes Programas Nacionais do MAPA:

Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários - Programa que objetiva salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores. No âmbito deste programa são desenvolvidas sete ações específicas na SFA/TO, Fiscalização de Sementes e Mudanças, Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes, Fiscalização de Agrotóxicos e Afins, Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal, Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário, Fiscalização de Material Genético Animal e Fiscalização de Serviços Agrícolas

Segurança da Sanidade na Agropecuária - O objetivo deste programa é garantir o mais alto grau de sanidade na exploração comercial de animais no Estado, como por exemplo - manter o Estado do Tocantins como Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação e de plantéis avícolas certificados. Cinco ações específicas compõem esse Programa na SFA/TO, Erradicação da Febre Aftosa, Prevenção, Controle e Erradicação de Doença dos Animais, Prevenção, Controle e Erradicação de Praga dos Vegetais, Vigilância, Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais,.

Programa de Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas - que visa garantir aos consumidores brasileiros alimentos de origem animal e vegetal livres de resíduos e contaminantes e com níveis de qualidade de acordo com os padrões e as normas definidas pelo MAPA. Através de fiscalizações nas agroindústrias tocantinenses, análises de produtos de origem animal e vegetal, visa garantir a oferta aos mercados interno e externo produtos de boa qualidade. Quatro ações: Padronização, Classificação, Inspeção e Fiscalização de Produtos Vegetais, Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal, Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal e Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados.

Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário, que tem como objetivo apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito socioeconômico para o desenvolvimento do setor agropecuário. Neste programa são desenvolvidas nove ações: Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas, Apoio as Cadeias

Produtivas Pecuárias, Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário, Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica, Desenvolvimento da Agricultura Orgânica, Fiscalização de Contrato de Repasse, Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários; Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário; Fiscalização de Serviços Agrícolas.

Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio, que visa contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos produtos agropecuários brasileiros, de acordo com princípios pré-estabelecidos tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, à agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.

Apoio Administrativo

A gestão da área de apoio administrativo da Superintendência está baseada em sistemas nacionais e específicos do MAPA que são definidas pelo órgão central, responsáveis pela administração de pessoal, de material, de almoxarifado, de patrimônio, de transportes e, ainda, o orçamentário e financeiro.

As atividades desenvolvidas pela área administrativa dão suporte operacional, administrativo e logístico à Superintendência, sendo a provedora dos meios e facilidades para que as atividades fins ocorram conforme definidos pelos normativos vigentes.

As áreas administrativas e Técnicas estão estruturadas conforme preconiza o Regimento Interno das Superintendências e tendo como Missão “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”.

As ações são executadas de acordo com Planos Operativos elaborados pelos responsáveis locais, conforme programas discutidos e aprovados em reuniões promovidas pelas Secretarias específicas para tal finalidade.

As avaliações relativas aos objetivos estratégicos são feitas com base nos indicadores de desempenho associados a cada um destes objetivos, na forma de avaliação quantitativa e associadas às informações contidas nas avaliações do PPA 2008-2011. Salientamos que os objetivos estratégicos são transversais, portanto, influenciados por um grande número de programas e ações do Ministério.

2. INTRODUÇÃO

O constante avanço da qualidade das políticas públicas e seus benefícios para a sociedade é um fato que aumenta os desafios para a gestão pública, o que torna a avaliação das ações governamentais cada vez mais importantes. Nesse contexto, os resultados aqui apresentados além de permitirem uma avaliação quantitativa e qualitativa das ações desenvolvidas pela SFA-TO, podem também servir de base para avanços na interação entre o Estado e a Sociedade.

O presente Relatório contempla todos os programas, desenvolvidos sob a responsabilidade do MAPA, que têm reflexos no agronegócio do Estado do Tocantins e, está estruturado conforme a Portaria – TCU nº 277, de 07 de dezembro de 2010, a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, a Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, a Portaria CGU nº 2546, de 27 de dezembro de 2010 e a Resolução TCU nº 234, de 1º de setembro de 2010.

O documento apresenta o relatório detalhado de cada ação específica, incluindo seus objetivos gerais, objetivos específicos, público alvo, informações orçamentárias, análise dos resultados alcançados e análise crítica que confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais, propiciando a compreensão e a prestação de contas à sociedade. Gera-se assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade tocaninense e brasileira.

A participação crescente do Estado do Tocantins no comércio internacional de produtos do agronegócio é resultado de uma combinação de fatores como capacidade empreendedora, altos investimentos em pesquisa, infra- estrutura, tecnologia e regulação em sanidade e qualidade dos produtos e da integração das cadeias produtivas, englobando fornecedores de insumos, produtores, indústrias processadoras, distribuidores e prestadores de serviços.

Sendo o Agronegócio um dos mais dinâmicos e inovadores segmentos da economia brasileira, hoje é um dos responsáveis pela manutenção de superávits na balança comercial brasileira e também pelo crescimento sustentado da economia nos últimos anos. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através dos Planos, Programas e Ações legitima sua missão institucional e, portanto, sua participação no agronegócio brasileiro. A SFA/TO assume papel de fundamental importância nesse contexto na medida em que é responsável direta pela coordenação, supervisão e execução dessas atividades no Estado do Tocantins, as quais estão consubstanciadas no presente Relatório de Gestão 2010, que ora está sendo divulgado. Nele está a avaliação dos programas e ações sob sua responsabilidade.

Visando o cumprimento da Missão Institucional do MAPA, de Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira, além das ações puramente finalísticas, várias ações desenvolvidas em 2010 merecem destaque:

1. Participação da SFA/TO na AGROTINS, em maio de 2010, no estande do MAPA onde foram apresentadas as ações prestadas à sociedade.
2. Diversas Reuniões da Produção Integrada de Frutas, mais especificamente da Produção Integrada de Abacaxi, inclusive recebendo produtores do Amazonas, Pará e Bahia para conhecer o projeto.
3. Elaboração e apresentação do Termo de Referência da Produção Integrada de Carne Bovina, que foi aprovado pelo Conselho Setorial do Agronegócio e deverá ser implantado em 2011.

4. Reuniões para montagem do Grupo Gestor e Primeira capacitação de técnicos para o Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono. – ABC.

5. Participação em dias de campo de Semente de Soja, Semente de Feijão na área de várzeas do Estado do Tocantins e Integração Lavoura Pecuária.

6. Reuniões com os diversos parceiros do agronegócio do Estado para a estruturação do Programa de Melhoria da Qualidade do Leite.

7. Reuniões sobre Gestão Estratégica e primeira Reunião de Análise Estratégica da SFA/TO com a construção de indicadores de desempenho.

8. Reunião Técnica sobre Convênios Federais para todos os Fiscais Federais Agropecuários da SFA/TO e servidores envolvidos no processo.

9. Diversas palestras de capacitação e divulgação de instruções normativas para profissionais das áreas de Entrepósitos de Pescado, Laticínios, Sementes e Mudas, Frigoríficos de carnes, etc.

10. Orientações para a Agência de Defesa Agropecuária com vistas às supervisões técnicas e melhoria do Serviço de Defesa Agropecuária do Estado.

11. Reuniões para estruturação das demandas do Estado relativas ao Plano Agrícola e Pecuário 2010-11 com encaminhamento para a Secretaria de Política Agrícola.

12. Realização do 34º AGROEX em parceria com a Secretaria de Relações Internacionais.

13. Realização da Primeira Jornada Técnica sobre Produção de Cachaça de Alambique no Estado.

14. Participação efetiva nas Câmaras Técnicas e Comissões Estaduais ligadas ao agronegócio tocaninense.

15. Participação como membro efetivo no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRUS

Em relação às principais dificuldades apontadas para a realização dos objetivos desta Unidade Gestora, podemos apontar a deficiência de servidores técnicos e administrativos, isto porque o Agronegócio do Estado do Tocantins se encontra em franca expansão com aumento significativo das ações e serviços da Superintendência Federal de Agricultura do Estado do Tocantins.

Nesse sentido a própria infra-estrutura física da SFA/TO está também deficiente, com falta de espaço físico para abrigar adequadamente todas as áreas.

Os Planos e projetos para o exercício 2011 envolvem forte atividade junto a Agência de Defesa Agropecuária do Estado no sentido de manter o status sanitário do Estado do Tocantins e ajustar as não conformidades do sistema. Divulgação do Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono que é um dos programas prioritários do MAPA e do Governo Brasileiro. Expressiva ação na área de Gestão Estratégica com o monitoramento e acompanhamento dos indicadores de forma a dar um salto qualitativo em termos de gestão dos diversos programas e ações da SFA/TO. Implantação da Produção Integrada de Carne Bovina, alavancagem do Programa de Melhoria da Qualidade do Leite, Ampliação da interlocução com os parceiros do agronegócio do Estado de modo a divulgar os trabalhos que a SFA/TO presta para a sociedade.

Para a consecução dos Planos e Projetos mencionados temos como meta a necessária construção civil do segundo bloco da SFA/TO.

Abaixo estão relacionados os itens que Não se Aplicam (**Itens da norma (DN TCU nº 107/2010, anexo II).**

Nos Quadros A.2.1, A.2.2, A.2.3 - Existem informações que não estão preenchidas, pois são de competência da Sede do MAPA; Nos Quadros A.2.4, A.2.5, A.2.6, A.2.8, A.2.9, A.2.11, A.2.12, A.2.13, A.3.1, A.9.1, A.11.2, A.12.1 - as informações Não se Aplica, tendo em vista a ausência destas situações/informações na Unidade Gestora. Todos os quadros componentes do item A.14 não se aplicam a Unidade. No item 15 não houve ocorrências no exercício de 2010.

3. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

ACÃO I – PI FISCALSEM1

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
CÓDIGO NO PPA		DENOMINAÇÃO				
0375		QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS				
TIPO DO PROGRAMA		FINALISTICO				
ACÇÃO	2179	FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS				
OBJETIVO GERAL						
Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.						
Objetivos Específicos: A Fiscalização de Sementes e Mudas consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registrar cultivares; 2) Inscrever produtores, beneficiador embaladores, armazenadores, comerciantes de sementes e mudas; 3) credenciar certificadores de laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM; 4) Fiscalizar: a produção, a comercialização e a utilização de sementes e mudas; 5) elaborar e revisar normas técnicas relativas ao registro e credenciamento.						
GERENTE			RESPONSÁVEL			
JOSÉ DOURADO JÚNIOR			EDUARDO DA SILVA BARRETO			
PUBLICO ALVO						
Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários, amostradores e responsáveis técnicos.						
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA						EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 269.639,30	R\$ 137.482,52	R\$ 137.482,52	R\$ 132.578,00	R\$ 137.061,30	R\$ 132.578,00	
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Nº FISCALIZAÇÕES	2010	253	301	100.00%	118.97%

FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO									
O índice é obtido através da divisão do índice final pelo índice inicial vezes 100, ou seja, $301/253 * 100$, demonstrando que houve 118,97% de EFICIÊNCIA na execução das metas programadas.									
FORMULA DO CALCULO DO CUSTO/ FISCALIZAÇÃO REALIZADA									
O custo por fiscalização = recurso gasto nas fiscalizações dividido pelo nº de fiscalizações realizadas, ou seja, $R\$ 35.536,30 / 301 = R\$ 118,06$.									
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO									
No que se refere à EFICIENCIA, podemos afirmar que o desempenho da equipe foi altamente satisfatório, uma vez que conseguiu cumprir 118,97% da meta programada com gastos da ordem de 74,91% do programado, demonstrando a EFICÁCIA, e, ao mesmo tempo, atendendo ao princípio constitucional da ECONOMICIDADE.									

EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	125	0375	2124	A	3	fiscalização	63	72	63
20	125	0375	2124	A	3	campos de sementes	163	173	163
20	125	0375	2124	A	3	coleta de amostras	27	29	27
GLOSSARIO:									
FISCALIZAÇÃO		FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS PRODUTORES E COMERCIANTES DE SEMENTES E MUDAS							
CAMPOS DE SEMENTES		FISCALIZAÇÃO DE CAMPOS DE SEMENTES							
COLETA DE AMOSTRAS		COLETA DE AMOSTRAS FISCAIS PARA VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE							
Fonte: Relatório Mensal de Atividades, Plano Operativo Anual e SIPLAN									
OBS: O aumento nas fiscalizações deveu-se ao aumento no número de campos de sementes inscritos no período.									
RESULTADO DE AÇÕES FINALISTICAS (tabela complementar)									
SERVIÇO		SEFAG/SFA/TO							
DOCUMENTOS					QUANTIDADE				
					2009		2010		
RELATORIO DE FISCALIZAÇÃO					89		62		
FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS					81		72		
COLETA DE AMOSTRAS					35		29		
AUTOS DE INFRAÇÃO					31		13		
SUSPENSÃO DA COMERCIALIZAÇÃO					07		04		
TERMOS DE LIBERAÇÃO					02		02		
RELATORIA DE PROCESSOS					13		11		
APREENSÃO DE PRODUTOS					00		00		
INTERDIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS					02		01		
REUNIÕES TÉCNICAS					23		23		
PENALIDADES APLICADAS					APLICADAS (VALOR)		RECOLHIDAS (VALOR)		DIV. ATIVA (VALOR)
MULTAS *					421.621,44		17.640,00		0,00
AÇÕES COMPLEMENTARES (Tabela complementar)									
			PESSOAS CAPACITADAS						

AÇÃO	PROGRAMADO	EXECUTADO	PESSOAS CAPACITADAS
TREINAMENTOS	02	02	04
CURSOS	02	03	150
REUNIÕES	02	02	02
CONGRESSOS	01	01	02
OBS.: Foi realizado o "I CICLO DE PALESTRAS DA COMISSÃO DE SEMENTES E MUDAS-TO" em parceria com a Comissão de Sementes e Mudas do Tocantins - CSM-TO e Faculdade Católica do Tocantins - onde foram abordados os temas "Identidade e Qualidade na Produção de Mudas e a Responsabilidade Técnica" e "Planejamento e Implantação de Viveiros", e "Floricultura Tropical - Flores e Plantas". Evento este que contou com aproximadamente 150 participantes entre produtores, técnicos e estudantes de Agronomia			
ANALISE CRÍTICA			
As ações de Fiscalização de sementes e mudas conta apenas com um servidor para executar a programação. Entendemos que os resultados foram de grande relevância para os usuários de sementes, contribuindo desta forma para a alcance dos objetivos estratégicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cuja meta em 2015 é ser RECONHECIDO PELA QUALIDADE E AGILIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO, podendo-se concluir que os trabalhos alcançaram o seu objetivo de levar benefícios à sociedade como um todo. Neste ano foi adquirido através deste PI 01 (um) veículo tipo pick up Ranger para uso na fiscalização de Sementes e Mudas e 01 arquivo modular. Para melhor atendimento aos objetivos do programa e levando-se em consideração o aumento da demanda no estado, faz-se necessário a contratação de novos fiscais.			
CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS			
As metas físicas previstas foram totalmente executadas, inclusive com incremento no número de fiscalizações, tendo em vista que houve um aumento no número de campos de sementes inscritos no período.			
AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO			
Não tivemos problemas com a execução das ações de fiscalização.			
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS			
As ações de fiscalização superaram de forma significativa as metas físicas estabelecidas.			
Observação: A ausência de indicadores da ação para esta área dificulta a aferição da qualidade de sementes e mudas, tanto no âmbito nacional quanto a nível estadual.			

AÇÃO II – PI FISFECOI

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO		
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO		
CÓDIGO NO PPA	DENOMINAÇÃO	
0375	QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	
TIPO DO PROGRAMA	FINALISTICO	
AÇÃO	2141	FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES
OBJETIVO GERAL		
Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos		

produtores rurais.						
Objetivos Específicos:						
A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registrar estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registrar produtos; 3) Fiscalizar a produção, a importação e a comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaborar e revisar normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos.						
GERENTE			RESPONSÁVEL			
JOSÉ DOURADO JÚNIOR			GILSON HUMBERTO MOROMIZATO			
PUBLICO ALVO						
Agricultores, estabelecimentos produtores de fertilizantes minerais, orgânicos e organominerais, corretivos, inoculantes e biofertilizantes, estabelecimentos comerciais, armazenadores e laboratórios prestadores de serviços de controle de qualidade de insumos agropecuários.						
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA						EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 190.188,60	R\$ 154.164,50	R\$ 51.453,08	R\$ 50.849,78	R\$ 100.637,50	R\$ 50.849,78	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	TAXA DE CONFORMIDADE DE CORRETIVOS AGRÍCOLAS	31/12/2010	83,00	94,00	85,00	91,00%
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE						
Relação entre a quantidade (em toneladas) de corretivos agrícolas dentro dos padrões e a quantidade total analisada no ano, indicada em percentual. Taxa de conformidade de corretivos agrícolas = (CADG/TCA)*100 CADG - QUANTIDADE DE CORRETIVO ANALISADO DENTRO DA GARANTIA (TONELADAS) TCA - QUANTIDADE TOTAL DE CORRETIVO ANALISADO NO PERÍODO (TONELADA)						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
Podemos concluir que os objetivos foram alcançados e superaram as expectativas, pois a meta nacional foi de 83,00% e obtivemos 91,00%, apesar do valor obtido ter sido inferior ao do ano de 2009, não se pode concluir pela ineficácia da fiscalização, tendo em vista que o ano de 2010. A estratégia de ação concentrou nas unidades fabris que apresentaram maiores índices de inconformidades, portanto esperava-se resultado abaixo dos 96% obtidos em 2009. Do valor total programado, R\$ 100.637,50 é proveniente de aquisição de veículos.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	TAXA DE CONFORMIDADE DE FERTILIZANTES MINERAIS	31/12/2010	84,00	95,00	91,00	96,00%
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE						
Relação entre a quantidade, em toneladas, de fertilizantes minerais dentro dos padrões e a quantidade total analisada no ano, indicada em percentual. Taxa de conformidade de fertilizantes minerais = (FMADG/TFMA)*100 FMADG - Quantidade de fertilizante mineral sólido analisado dentro da garantia (toneladas) TFMA - Quantidade total de fertilizante mineral sólido analisado no período (toneladas).						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
O resultado obtido de 96,00% foi acima da média nacional que registrou 89,00% de conformidade dos fertilizantes minerais, superando as expectativas, pois foi previsto um índice de 91,00% (meta proposta pelo Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA/SDA/MAPA), em decorrência da mudança na estratégia de fiscalização, na qual foram efetivadas 03 forças tarefas nos principais pólos produtivos do Estado.						
ANALISE CRÍTICA						

• Contingenciamento no exercício: O contingenciamento de 19% dos recursos da área de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes, não comprometeu a execução das metas estabelecidas. • Eventos Negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução dos Programas de Governo: Devido a carência de pessoal, que tem sido um gargalo na SFA-TO, houve a necessidade da adoção de força tarefa nas 04 principais regiões produtoras de grãos do Estado do Tocantins (Lagoa da Confusão, Formoso do Araguaia, Campos Lindos e Pedro Afonso), a qual viabilizou a amostragem de grandes volumes de fertilizantes nas citadas regiões. A disponibilidade de um maior número de fiscais propiciaria um incremento no universo das fiscalizações dos insumos agrícolas.									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Sub-função	Progra- ma	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realiza da em 2011
20	125	0375	2141	A	3	fisc. de esta- belecimento	85	69	97
20	125	0375	2141	A	3	col. de amostras	65	106	79
Fonte: Plano Operativo Anual, SIPLAN, Relatório Mensal de Atividades									
ANALISE CRÍTICA									
• Cumprimento das metas físicas: As metas físicas previstas foram parcialmente executadas, caso fosse analisado em separado. Contudo, no final o resultado foi acima daquele previsto, ou seja somando as fiscalizações de estabelecimentos realizadas com o número de coletas de amostras, realizou-se um total de 175 fiscalizações, número superior ao programado, que foi de 150 fiscalizações. A diferença entre a meta prevista (85) e alcançadas (69) de fiscalizações em estabelecimentos e coleta de amostra prevista (65) para alcançada (106), deveu-se a mudança de estratégia como já mencionada, que foi a coleta em propriedades rurais, propiciou maior eficácia e representatividade. • Ações que apresentaram problemas na execução: A mudança na forma de calcular os indicadores TAXA DE CONFORMIDADE DE CORRETIVOS AGRÍCOLAS e TAXA DE CONFORMIDADE DE FERTILIZANTES MINERAIS, seria mais compatível com a realidade do mercado de insumos agrícolas.									

ACÇÃO III – PI FISAGROTOX

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO		
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO		
CÓDIGO NO PPA	DENOMINAÇÃO	
0375	QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	
TIPO DO PROGRAMA	FINALISTICO	
AÇÃO	2909	FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS
OBJETIVO GERAL		
Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalizar a atividade na elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registrar agrotóxicos; 3) Credenciar empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica 4) Fiscalizar produtos registrados, entidades credenciadas e o trânsito interestadual.		
GERENTE		RESPONSÁVEL

JOSÉ DOURADO JÚNIOR				RODRIGO FLEURY CURADO					
PUBLICO ALVO									
Empresas de Produção, Importação, Exportação e Pesquisa com Agrotóxicos e Afins, Usuários, Armazenadores, Centrais de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos e Afins e as Comunidades rurais envolvidas com Projetos de Educação Sanitária.									
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA								EM R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos				
Inicial	Final								
R\$ 3.468,75	R\$ 3.468,75	R\$ 3.468,75	R\$ 3.468,75	R\$ 0,00	R\$ 3.468,75				
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS									
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício			
		Data	Índice inicial	Índice final					
1	Nº FISCALIZAÇÕES	2010	1	1	100,00%	100,00%			
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO									
O índice é obtido através da divisão do índice final pelo índice inicial vezes 100, ou seja, $1/1 * 100$, demonstrando que houve 100,00% de EFICIÊNCIA na execução das metas programadas.									
FORMULA DO CALCULO DO CUSTO/ FISCALIZAÇÃO REALIZADA									
O custo por fiscalização = recurso gasto nas fiscalizações dividido pelo nº de fiscalizações realizadas, ou seja, R\$ 224,07/ 1 = R\$ 224,07. Observação: O restante dos recursos (R\$ 3.244,68) disponibilizados pelo MAPA foram utilizados para custeio de despesas com Inspectores Agropecuários Estaduais da ADAPEC – Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, responsáveis pela fiscalização do uso desses insumos.									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	125	0375	2909	A	3	fisc. de estabelecimento	1	1	4
Fonte: Plano Operativo Anual, SIPLAN, Relatório Mensal de Atividades									
ANALISE CRÍTICA									
Neste exercício não houve demanda de Fiscalização da Produção, Importação e Exportação de Agrotóxicos. Apenas uma empresa solicitou credenciamento para fins de desenvolvimento de pesquisas; instalação de ensaios com agrotóxicos e afins e emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agronômica e de resíduos.									

CUMPRIMENTO DAS METAS FISICAS	
A solicitação de credenciamento da empresa de pesquisa foi atendida e a Portaria publicada no Diário Oficial da União.	
AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO	
Não tivemos problemas com a execução das ações de fiscalização	
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS	
Não houve.	

AÇÃO IV - PI FISCINAN

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO						
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
CÓDIGO NO PPA		DENOMINAÇÃO				
0375		QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS				
TIPO DO PROGRAMA		FINALISTICO				
AÇÃO	2124	FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ANIMAL				
OBJETIVO GERAL						
Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal.						
Objetivos Específicos: Fiscalizar as condições higiênico-sanitárias de estabelecimentos fabricantes, importadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalizar a conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; Elaborar e revisar normas técnicas relativas aos produtos destinados à alimentação animal.						
GERENTE			RESPONSÁVEL			
JOSÉ DOURADO JÚNIOR			IVAN NUNES DE OLIVEIRA			
PUBLICO ALVO						
Estabelecimentos fabricantes de rações, suplementos minerais, ingredientes e aditivos usados para alimentação animal e produtores rurais.						
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA						EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 24.616,62	R\$ 28.770,46	R\$ 25.386,98	R\$ 25.386,98	R\$ 0,00	R\$ 25.386,98	
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Nº FISCALIZAÇÕES	2010	171	154	100,00%	90,06%
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO						

O índice é obtido através da divisão do índice final pelo índice inicial vezes 100, ou seja, $154/171 * 100$, demonstrando que houve 90,06% de *EFICIÊNCIA* na execução das metas programadas.

FORMULA DO CALCULO DO CUSTO/ FISCALIZAÇÃO REALIZADA

O custo por fiscalização = recurso gasto nas fiscalizações dividido pelo nº de fiscalizações realizadas, ou seja, R\$ 25.386,98/ 154 = R\$ 164,85.

ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO

Os resultados foram parcialmente alcançados, uma vez que foi atingido o índice de 90,06% do programado. O princípio constitucional de ECONOMICIDADE, como no caso anterior, também foi parcialmente atendido. O não alcance dos índices é devido à estratégia adotada, por sorteio, na fiscalização, o que dificulta a execução dos trabalhos. Salienta-se ainda, que não foi considerado, para efeito de composição dos índices, os trabalhos de coletas de amostras (salmonela e conformidade), o que superaria os índices apurados.

Com o objetivo de acelerar os trabalhos de fiscalização dos alimentos para animais, seria interessante a manutenção do sistema de sorteios, porém, regionalizados no Estado, o que impactaria positivamente os indicadores de medida.

EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	125	0375	2124	A	3	fiscalização	171	154	144
20	125	0375	2124	A	3	amostras	224	241	170
20	125	0375	2124	A	3	salmonella	52	47	45

GLOSSÁRIO:

FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÕES EM ESTABELECIMENTOS FABRICANTES E COMERCIANTES
AMOSTRAS	COLETA DE AMOSTRAS FISCAIS DE RAÇÕES, SUPLEMENTOS, CONCENTRATOS E ADITIVOS
SAMONELLA	COLETA DE AMOSTRAS FISCAIS PARA DETECÇÃO SALMONELLA

Fonte: Relatório Mensal de Atividades, SIPLAN e Plano Operativo Anual

OBSERVAÇÕES: A diminuição das metas a serem realizadas em 2011 é em função do fechamento de alguns fabricantes e a transferência da fiscalização dos produtos de origem animal para o Serviço de Inspeção e Sanidade Animal.

RESULTADO DE AÇÕES FINALÍSTICAS (tabela complementar)

SERVIÇO	SEFAG/SFA/TO	
DOCUMENTOS	QUANTIDADE	
	2009	2010
TERMOS DE FISCALIZAÇÃO	157	164
FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS	149	154
AUDITORIAS	08	10
COLETA DE AMOSTRAS	190	241
AUTOS DE INFRAÇÃO	43	26
RELATORIA DE PROCESSOS	43	26
APREENSÃO DE PRODUTOS	06	08
INTERDIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS	03	01
REUNIÕES TÉCNICAS	02	02
OUTROS		

PENALIDADES APLICADAS	APLICADAS (VALOR)	RECOLHIDAS (VALOR)	DIV. ATIVA (VALOR)
MULTAS *		43.438,00	12.116,19

AÇÕES COMPLEMENTARES (Tabela complementar)

AÇÃO	PESSOAS CAPACITADAS	
	PROGRAMADO	EXECUTADO

CURSOS DE CAPACITAÇÃO	02	02	
PESSOAS CAPACITADAS			
REUNIÕES	02	02	
CONGRESSOS			
ANALISE CRÍTICA			
CUMPRIMENTO DAS METAS FISICAS			
A meta de fiscalização não foi atingida em virtude do fechamento de vários estabelecimentos fabricantes de alimentos para animais e também, em consequência da alteração do Regimento Interno das SFA's que transferiu as atribuições da graxarias nos frigoríficos, para o Serviço de Inspeção e Sanidade Animal.			
AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO			
Não houve problemas com a execução das ações de fiscalização de produtos destinados alimentação animal.			
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS			
Dentre as ações que superaram as metas estabelecidas destacamos as Auditorias realizadas nos estabelecimentos fabricantes, objetivando a implantação das Boas Práticas de Fabricação (BPF – IN nº 04, de 23/02/2007) e um significativo número de amostras coletadas.			
INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL			
FISCALIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ANIMAL			
AÇÕES FINALISTICAS DO PROGRAMA			
EXERCICIOS DE 2009 E 2010			
INDICE DE EFICIENCIA (FISCALIZAÇÃO)	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
	171	154	90,06
2010			
2009	190	149	78,42
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS/ Nº TOTAL ESTABELECIMENTOS PROGRAMADOS = %		
INDICE DE EFICIENCIA (Nº DE COLETA DE AMOSTRAS) 2010	224	241	107,59
2009	219	190	86,76
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE AMOSTRAS COLETADAS/ Nº DE AMOSTRAS PROGRAMADAS = %		
INDICE DE EFICIENCIA (VALOR DA FISCALIZAÇÃO)	R\$ 24.616,62	R\$ 25.386,98	103,13

2010			
2009	R\$ 18.785,35	R\$ 16.346,96	87,02
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO VALOR DA FISCALIZAÇÃO/ VALOR DAS FISCALIZAÇÕES PROGRAMADAS = %		
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO			
Dentre as empresas fiscalizadas e auditadas 64% apresentaram e implantaram o Programa de Boas Práticas de Fabricação – BPF, o que foi possível em função da capacitação do quadro técnico para execução desta atividade. As demais foram notificadas e deverão se adequar à nova legislação sob pena de terem seus registros cancelados.			

AÇÃO V – PI FISPROVET

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO						
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
CÓDIGO NO PPA		DENOMINAÇÃO				
0375		QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS				
TIPO DO PROGRAMA		FINALISTICO				
AÇÃO	2140	FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO				
OBJETIVO GERAL						
Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores, em geral, níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS						
Licenciar e registrar estabelecimentos distribuidores e comerciais de uso veterinário; fiscalizar, nos estabelecimentos comerciais, produtos de uso veterinário em desacordo com a legislação pertinente.						
GERENTE			RESPONSÁVEL			
JOSÉ DOURADO JÚNIOR			HELENO GUIMARÃES DE CARVALHO			
PUBLICO ALVO						
Agricultores, estabelecimentos distribuidores e comerciais.						
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA						EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 53.887,64	R\$ 36.364,90	R\$ 36.364,90	R\$ 36.364,90	-	R\$ 36.364,90	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Nº FISCALIZAÇÕES	31/12/2010	168	277	100,00%	164,88%
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO						

O índice é obtido através da divisão do índice final pelo índice inicial vezes 100, ou seja, $277/168 * 100$, demonstrando que houve 164,88% de *EFICIÊNCIA* na execução das metas programadas.

FORMULA DO CALCULO DO CUSTO/ FISCALIZAÇÃO REALIZADA

O custo por fiscalização = recurso gasto nas fiscalizações dividido pelo nº de fiscalizações realizadas, ou seja, **R\$ R\$ 28.241,19/ 277 = R\$ 101,95**. O valor de R\$ 8.123,71 foi gasto com aquisição de equipamentos de informática para uso na fiscalização.

ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO

Em função da realização de duas forças tarefas em conjunto com órgão de defesa estadual – ADAPEC, o número de fiscalizações foi superado em 64,88% em relação a programação inicial.. O custo unitário da fiscalização foi de R\$101,95, valor este acima do executado no ano de 2009, que foi de R\$ 79,65, em consequência do aumento dos valores das diárias. O número total de fiscalizações realizadas em 2010 cresceu 61,04% em relação ao ano de 2009, demonstrando a eficiência da área de fiscalização de produtos veterinários.

EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	125	0375	2140	A	3	FISCAL	168	277	240
20	125	0375	2140	A	3	VALOR	R\$25.337,2	R\$28.241,19	R\$28.150,70
...	...	...	...						

GLOSSARIO:

FISCAL	FISCALIZAÇÕES
VALOR	VALOR PREVISTO PARA FISCALIZAÇÃO

Fonte: Relatório de acompanhamento de execução das ações, SIPLAN e POA

RESULTADO DE AÇÕES FINALÍSTICAS (tabela complementar)

SERVIÇO	SEFAG/SFA/TO	
DOCUMENTOS	QUANTIDADE	
	2009	2010
FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS	172	277
AUTOS DE INFRAÇÃO	68	32
APREENSÃO DE PRODUTOS	3459	7170

PENALIDADES APLICADAS	APLICADAS (VALOR)	RECOLHIDAS (VALOR)	DIV. ATIVA (VALOR)
MULTAS *	R\$ 143.100,00	R\$ 45.900,00	R\$ 75.600,00

* OBS: As Multas referem-se aos autos de infração aplicados em 2009, pois os autos de infração de 2010 não foram julgados.

AÇÕES COMPLEMENTARES (tabela complementar)

AÇÃO	PESSOAS CAPACITADAS	
	PROGRAMADO	EXECUTADO
CURSOS DE CAPACITAÇÃO		
PESSOAS CAPACITADAS		
REUNIÕES	1	1
CONGRESSOS		

ANALISE CRÍTICA

Um dos pontos que proporcionaram positivamente a execução das metas, foi a adoção de forças tarefas conjuntas realizadas com apoio do órgão de defesa local - ADAPEC o que proporcionou este aumento substancial entre o programado e o realizado. Observou-se uma melhoria da qualidade dos produtos oferecidos visto que em 2009 foram autuados 38,9% dos estabelecimentos, enquanto que em 2010 houve um redução de 6,10% de estabelecimentos

não conformes.			
CUMPRIMENTO DAS METAS FISICAS			
As metas físicas previstas foram totalmente executadas, o que contribuiu para o conhecimento da situação dos estabelecimentos comerciantes de produtos veterinários e de produtos oferecidos.			
AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO			
Não tivemos problemas com a execução das ações de fiscalização.			
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS			
Podemos concluir que os resultados foram alcançados, superando as expectativas da meta em decorrência da estratégia adotada em parceria com o Órgão Estadual de Defesa – ADAPEC.			
EVOLUÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES			
ANO	Nº DE ESTAB. FISCALIZADOS	Nº DE ESTAB. NÃO CONFORMES	EVOLUÇÃO
2007	23	16	69,57%
2008	66	23	34,85%
2009	172	68	39,53%
2010	277	91	32,85%

ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO
Houve uma evolução na qualidade dos produtos oferecidos aos consumidores, conforme tabela acima, visto a diminuição do numero de não conformidades encontradas nos estabelecimentos comerciais do estado, verifica-se ainda uma considerável evolução no numero de estabelecimentos fiscalizados em função da otimização da mão de obra existente e constante procura de nova formas de viabilizar a fiscalização de todo o comércio. No exercício de 2009 a fiscalização de 172 estabelecimentos somente foi possível em função do apoio de fiscais que trabalhavam no Serviço de Inspeção Federal em frigoríficos que tiveram suas atividades paralisadas. Já em 2010 só foi possível graças ao apoio de servidores da Agencia de Defesa Agropecuária através de forças tarefa realizada.

ACÃO VI – PI FISCGENE

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO			
CÓDIGO NO PPA		DENOMINAÇÃO	
375		PROGRAMA DE QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	
TIPO DO PROGRAMA		FINALISTICO	
AÇÃO	2019	FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL	
OBJETIVO GERAL			
Assegurar a qualidade e a identidade do material genético animal e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.			
Objetivos Específicos:			
1. Inspecionar e fiscalizar material genético animal. 2. Auditar sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuem sêmen, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade dos mesmos.			
GERENTE		RESPONSÁVEL	
JOSÉ DOURADO JÚNIOR		ÂNARA RÚBIA MARTINS	

PUBLICO ALVO									
Comerciantes de sêmem, centrais de transferência de embriões e produtores rurais.									
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA						EM R\$ 1,00			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos				
Inicial	Final								
433,21	R\$ 433,21	417,03	417,03		417,03				
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS									
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício			
		Data	Índice inicial	Índice final					
1	R\$	2010	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%			
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO									
O índice é obtido através da divisão do valor pago pelo valor liquidado, ou seja, R\$ 417,03/R\$ 417,03, demonstrando que houve 100% de <i>EFICIÊNCIA</i> na execução do orçamento programado.									
FORMULA DO CÁLCULO DO CUSTO/FICALIZAÇÃO REALIZADA									
O cálculo do custo de fiscalização realizada foi calculado dividindo-se o valor total utilizado pelo número de fiscalizações realizadas, chegando-se a um valor de R\$104,25, conforme programado.									
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO									
As informações acima levam à conclusão de que a programação estabelecida pela coordenação de material genético do DFIP/DAS/MAPA., foi cumprida em sua totalidade.									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizad a em 2011
20	125	375	2019	A	1	FISCALIZAÇÃ O	4	4	4
						VALOR	417,03	417,03	407,98
GLOSSARIO:									
Fiscalização		Estabelecimento fiscalizado.							
Fonte: SIPLAN									
OBSERVAÇÕES: Existem no Estado do Tocantins, cinco estabelecimentos que trabalham com material de multiplicação de animal, mas por determinação da coordenação de fiscalização de material genético do DFIP/SDA, foram programadas quatro fiscalizações.									
RESULTADO DE AÇÕES FINALISTICAS (tabela complementar)									
SERVIÇO		SEFAG							
DOCUMENTOS			QUANTIDADE						
			2009		2010				
FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS			1		4				
PENALIDADES APLICADAS			APLICADAS (VALOR)		RECOLHIDAS (VALOR)		DIV. ATIVA (VALOR)		
MULTAS *									
* OBS: Não foram aplicadas multas em 2010, pois foi concedido um prazo para os estabelecimentos fiscalizados que apresentaram irregularidades se adequarem.									
ANALISE CRÍTICA									

Considerando-se que 100% das ações programadas foram executadas, conclui-se que foram de grande relevância para os pecuaristas, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos do MAPA, demonstrando a EFETIVIDADE da ação, concluiu-se que os trabalhos alcançaram o objetivo de levar benefícios à sociedade como um todo, esclarecendo que o fiscal desta ação não tem dedicação exclusiva, contribuindo com outras ações do serviço.			
CUMPRIMENTO DAS METAS FISICAS			
As metas físicas previstas foram totalmente executadas.			
AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO			
Não tivemos problemas com a execução das ações de fiscalização de material genético animal.			
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS			
Não houve como superar as metas programadas, já que foram estabelecidas pelo DFIP e os recursos foram disponibilizados em quantidade suficiente apenas para a realização das metas programadas.			
AÇÕES PRIORITÁRIAS DA LDO			
Não é prioritária			
INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL			
FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL			
AÇÕES FINALISTICAS DO PROGRAMA			
EXERCICIOS DE 2009 E 2010			
INDICE DE EFICIENCIA (fiscalizações) 2.010	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
	04	04	100,00
2009	05	01	20,00
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS/ TOTAL FISCALIZAÇÕES PROGRAMADAS = %		
INDICE DE EFICÁCIA (fiscalizações) 2.010	FISCALIZADOS	REGULARES	%
	04	03	75,00
2.009	01	01	100,00
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE ESTABELECIMENTOS REGULARES/ Nº DE ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS = %		
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO			
Os trabalhos foram executados de acordo com orientações do DFIP/SDC/MAPA, sendo que a seleção dos estabelecimentos a serem fiscalizados foi efetivada através de análise de necessidade de fiscalização, sendo fiscalizados 100,00% dos estabelecimentos programados. Representando tais alcances, o índice de EFICIÊNCIA. Em relação à EFICÁCIA, alcançou-se 75,0 % de regularidade, o índice foi menor que em 2009 porque o número de estabelecimentos fiscalizados aumentou. O estabelecimento irregular recebeu um prazo para entrega de documentos que estava devendo ao SEFAG/SFA/TO.			

ACÃO VII – PI FEBREAFTOSA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO						
IDENTIFICAÇÃO DE PROGRAMA DO GOVERNO						
CÓDIGO NO PPA		DENOMINAÇÃO				
0357		SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA				
TIPO DO PROGRAMA		ATIVIDADE				
AÇÃO	4842	ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA				
OBJETIVO GERAL						
Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões zoossanitários dos mercados internos e externos.						
Objetivos Específicos: Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.						
GERENTE			RESPONSÁVEL			
ADRIANA CARLA FLORESTA FEITOSA			LUIZ EDUARDO CARDOSO ROCHA			
PUBLICO ALVO						
Produtores, consumidores, exportadores, importadores, armazenadores, transportadores e inclusive passageiros.						
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA						EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$124.373,00	R\$ 124.373,00	R\$124.373,00	R\$ 103.549,20	-	R\$ 103.549,20	
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Área declarada livre de FA(KM²)	31/12/2007	247.425	277.621	247.425	247.425
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE						
Fórmula de cálculo: área do território nacional declarada livre de febre aftosa, pela OIE. Área total declarada livre de febre aftosa, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde Animal - OIE no Estado do Tocantins. Fonte: OIE - SIPLAN - PPA-2008-2011.						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
A finalidade do programa é manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado. O Estado do Tocantins possui uma área livre de febre aftosa com vacinação reconhecida pela OIE e uma área considerada zona de proteção. A zona de proteção possui área de 30.196 km² e a área livre 247.425 km². A Zona de Proteção tem sete municípios na divisa com Maranhão e Piauí, estados com status de risco médio para aftosa. No exercício de 2010 foram realizados trabalhos em conjunto com o Departamento de Sanidade Animal/DSA/MAPA, SFA/TO e Órgão Executor da Defesa Animal do Estado do Tocantins/ADAPEC-TO na ZONA PROTEÇÃO, e o Ministério da Agricultura reconheceu nacionalmente, no dia 28 de dezembro/2010, estes sete municípios restantes como Livres de Febre Aftosa com Vacinação . Este resultado foi encaminhado à OIE e será analisado na 79ª Sessão Geral da OIE, entre os dias 22 e 27/05/2011, em Paris -França.Conclui-se que as ações realizadas atingiram os objetivos, 100 % da área livre de Febre Aftosa, porém com reconhecimento nacional, mas como o PPA determina o reconhecimento internacional, somente será avaliado o resultado efetivamente alcançado pelo indicador no exercício de 2011.						
ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						

O **Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa- PNEFA** é executado de forma descentralizada, por meio de convênio com o órgão público estadual, contudo a coordenação e supervisão regional do PNEFA é realizada por técnicos da Unidade, o que requer quantitativo de pessoal para execução destas atividades. Os recursos aplicados neste exercício cumpriram o objetivo deste programa no que se refere à EFICIENCIA, demonstrando que o desempenho foi positivo. Com a definição da nova estrutura das SFA's, no segundo semestre de 2010, supriu-se a necessidade de recursos humanos para a execução deste programa, minimizando os problemas ocorridos no primeiro semestre.

Além das atividades normais, foi realizado inquérito Soro-epidemiológico de circulação viral na Zona Tampão do Estado do Tocantins para o qual foram destinados recursos da ordem de R\$ 67.720,10 para apoio as atividades necessários as ações de exclusão da Zona de Proteção do Estado do Tocantins, o que culminou com classificação de **zona livre de febre aftosa com vacinação**, com reconhecimento nacional.

EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0357	4842	A	3	KM²	277.621	247.425	277.621

Obs.: Para efeito de reconhecimento nacional a meta de 100% já foi alcançada

Fonte: PPA e SIPLAN

RESULTADO DAS AÇÕES FINALÍSTICAS (tabela complementar)

SERVIÇO	SISA/DDA/SFA/TO	
DOCUMENTOS	2010	
	Programadas	Executadas
Supervisões/fiscalizações	22	7
Colheita de amostras para inquérito Soro-epidemiológico de circulação viral na Zona de Proteção	3328	3328
Reuniões	5	5

ANALISE CRÍTICA CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS

As supervisões/fiscalizações programadas foram executadas na verificação das ações dos convênios 003 e 004/2009 entre o MAPA e a ADAPEC, e também nos programas sanitários executados pela mesma. O número de supervisões executada foi menor do que o programado, esta atividade foi minimizada com implantação da nova estrutura ocorrida no segundo semestre. No segundo semestre foram realizadas 05 reuniões nacionais para definição dos procedimentos a serem seguidos na realização dos três inquéritos soroepidemiológicos, determinados pelo MAPA a serem seguidos e executados pela ADAPEC/TO sob a supervisão do Serviço de Inspeção e Saúde Animal desta Unidade. A Colheita de 3.328 amostras de soro para inquérito soroepidemiológico de circulação viral na Zona de Proteção foi executada pela ADAPEC/TO, sob acompanhamento e supervisão do Serviço de Inspeção e Saúde Animal, com verificação documental do Sistema de Gerenciamento de Atividades de Vigilância –SGAV e nos escritórios e inspeções a propriedades.

As duas etapas de vacinação rotineira da febre aftosa ocorreram dentro do planejado, sendo que a de maio alcançou índice vacinal acima de 99% e a de novembro atingiu o índice vacinal de 99,52%.

O apoio de recursos financeiros solicitado pela ADAPEC-TO à SFA/TO e a descentralização pelo órgão central, para a realização de colheita de amostras e envio das mesmas, para inquérito soroepidemiológico de circulação viral na Zona de Proteção, teve um alto impacto positivo no objetivo estratégico, pois tornou a ex-Zona de Proteção, uma área livre de febre aftosa com vacinação com reconhecimento nacional e poderá no exercício de 2011, refletir na consolidação do cumprimento de 100% das metas, ou seja, tornar o Estado do Tocantins, 100 % livre de Febre Aftosa com vacinação com reconhecimento internacional.

AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO

As dificuldades encontradas para execução das ações foram: A expectativa da mudança do Regimento Interno das

SFA's que acarretou dificuldade no planejamento do antigo serviço, minimizado com a publicação da Portaria 428 criando novo serviço fundindo os dois serviços, solucionando em parte o problema da supervisão e a realização dos inquéritos soropidemiológicos, no acompanhamento dos mesmos.

AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS

Reconhecimento nacional da antiga zona de proteção como **Livres de Febre Aftosa com Vacinação/2010**. Este resultado foi encaminhado à OIE para ser analisado na 79ª Sessão Geral da OIE para reconhecimento internacional. Esta ação já trouxe reflexos na região, pois como consequência, houve orientações do órgão central, no sentido da diminuição de restrições no trânsito de animais daquela região para as demais do Estado do Tocantins, retirada de quarentena e sorologia e consequente reflexo financeiro para os produtores da região e para o Estado do Tocantins. Com a aprovação na OIE, em maio próximo, haverá a consolidação do cumprimento de 100% das metas, ou seja, tornar o Estado do Tocantins, 100 % livre de Febre Aftosa com vacinação com reconhecimento na área internacional.

AÇÕES PRIORITÁRIAS DA LDO

O PNEFA faz parte das ações prioritárias da LDO, ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA, e foram realizados todos os esforços possíveis para o cumprimento de metas e estratégias para manutenção da zona livre de febre aftosa com vacinação do Estado e coordenação de ações e execução de metas para retirada da Zona de proteção do Estado do Tocantins.

ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO

Reconhecimento nacional da antiga zona de proteção como **Livres de Febre Aftosa com Vacinação/2010**. Este resultado foi encaminhado à OIE para ser analisado na 79ª Sessão Geral da OIE para reconhecimento internacional. Manutenção da zona livre de febre aftosa com vacinação nos 247.425 Km² com percentual de vacinação acima de 99% nas duas etapas (maio e novembro).

AÇÃO VIII – PI INSPANIMAL3

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO					
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO					
CÓDIGO NO PPA		DENOMINAÇÃO			
0356		SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS			
TIPO DO PROGRAMA		ATIVIDADE			
AÇÃO	8938	INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL			
OBJETIVO GERAL					
Assegurar a qualidade e inocuidade dos alimentos ofertados aos consumidores.					
Objetivos Específicos:					
Garantir a segurança alimentar trazendo menor risco à saúde humana pela contaminação de produtos de origem animal e a ausência de fraude e de não conformidade e a boa qualidade dos produtos no mercado consumidor.					
GERENTE			RESPONSÁVEL		
ADRIANA CARLA FLORESTA FEITOSA			LUIS FELIPE LOPES CONCEIÇÃO		
PUBLICO ALVO					
Produtores, indústrias, estabelecimentos comerciais e consumidores					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				

R\$ 88.676,39		R\$ 88.676,39	R\$88.676,39	R\$ 74.087,51	-	R\$ 74.087,51
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	SDA.R5.1 - Índice de conformidade de produtos de origem animal(número índice)	12/01/2005	0,74	0,73	0,70	0,8122
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE						
IA = Índice de conformidade de produtos processados de origem animal (0,7 * (nº relatórios de auditoria e supervisão conformes/nº total relatórios de auditoria e supervisão) + 0,3 * (nº de amostras de produtos em conformidade/total de amostras analisadas)) Fonte: Gestão Estratégica do MAPA-PPA 2008-2011; SIPLAN						
Justificativa do uso deste indicador: No Plano Plurianual 2008 – 2011, o indicador é Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal, porém o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal /DAS/MAPA realizou revisão do indicador do PPA entre o segundo semestre de 2009 e o primeiro semestre de 2010, que o modificou de forma significativa, a previsão de metas foi revista a partir do ano de 2010. Desta forma, a fonte mais fidedigna do indicador que representa a Ação 8938- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal é o SDA. R5. 1- Índice de conformidade de produtos de origem animal (número índice), que é adotado desde o início de 2010 dentro do Planejamento Estratégico do MAPA, observando que é um indicador nacional. Este indicador mede de forma ponderada a conformidade dos processos de garantia da qualidade e inocuidade de produtos de origem animal, tendo como justificativa que quanto maior a conformidade das supervisões e das análises de produtos de origem animal realizadas pelo MAPA, maior será a garantia de inocuidade e qualidade dos produtos.						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
A frequência de mensuração do indicador SDA.R5.1 - Índice de conformidade de produtos de origem animal é trimestral, e obteve-se os seguintes resultados: 1º Trimestre: 0,7000; 2º Trimestre: 0,8535; 3º Trimestre: 0,8876 e 4º Trimestre: 0,808, com média anual 0,8122 , sendo o critério de acompanhamento acumulado ao ano. Em relação aos resultados apresentados durante os quatro trimestres do exercício de 2010, pode-se observar melhoria nos índices em geral, superando o índice previsto nacional, em 16,02 %. Desta forma, os elementos que contribuíram para a melhoria dos índices em geral, foram um melhor planejamento na realização de supervisões regionais, treinamento para todos os servidores em programas de autocontrole e de Elementos de Inspeção junto à educação continuada para com os clientes do MAPA, que também puderem participar dos treinamentos e reuniões de harmonização. Após estas reuniões e treinamentos houve melhor preparo de servidores no desempenho de suas atividades, as empresas revisaram os programas de autocontrole, padronizando os procedimentos, reduzindo o número de não conformidades.						
ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						
Através da divisão do valor pago pelo valor liquidado, ou seja, R\$ 74.087,51/ R\$88.676,39, demonstrando que houve 83,54 % de EFICIÊNCIA na execução do orçamento programado, este índice ficou prejudicado em virtude de um contingenciamento de recursos no período de setembro a outubro, somente liberado em novembro, sem tempo hábil para execução. O custo por ação executada <i>foi reduzido</i> em aproximadamente 10,03% o valor programado, uma vez que foi previsto o custo de R\$ 137,26 e aplicados R\$123,47 para cada ação executada. O custo com manutenção de veículos influenciou negativamente no custo médio unitário da ação. Observa-se que nesta ação foram descentralizadas recursos para atender a três situações a saber: - Com base na programação normal das atividades realizadas serviço ou para atender demandas extraordinárias e aquelas não programáveis, já inseridos acima no valor de R\$ 74.087,51 - Para emissão de diárias e passagens áreas, para servidores do serviço, especificamente para atendimento						

de atividades do DIPOA/MAPA no valor **R\$ 75.992,82**.

- Para aquisição de material permanente: 01 armário deslizante, 02 veículos, 02 GPS, 02 máquinas fotográficas, 01 filmadora e 01 data-show no valor de **R\$197.800,00**.

EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade e de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0356	8938	A	3	Número índice	0,70	0,812	0,73

Fonte: PPA 2008-2011, SIPLAN, Gestão Estratégica

OBSERVAÇÕES: A meta do indicador desta ação a ser alcançado durante o exercício de 2011 estão inseridas no SDA.R5.1 - Índice de conformidade de produtos de origem animal. As metas físicas de 2011 estão no Plano Operativo Anual do SISA/DDA/SFA/TO, que foi elaborado por força de determinação da Secretaria de Defesa Agropecuária, através do Memorando Circular n.º 013/2010/SDA/MAPA.

RESULTADO DE AÇÕES FINALÍSTICAS (tabela complementar)

SERVIÇO	SISA/DDA/SFA/TO	
DOCUMENTOS	QUANTIDADE	
	2009	2010
Supervisões/fiscalizações	66	58
Coleta de amostras	398	512
Treinamentos de servidores/qualificação	9	8
Reuniões técnicas	5	3

PENALIDADES APLICADAS	APLICADAS (VALOR)	RECOLHIDAS (VALOR)	DIV. ATIVA (VALOR)
MULTAS *	R\$ 92.423,21	R\$ 33.542,45	R\$ 58.880,36

As penalidades destacadas acima referem-se a autos de infração lavrados em outros exercícios e julgados e finalizados no ano de 2010.

ANALISE CRÍTICA

O cumprimento das metas físicas resultou em impactos na conformidade de produtos de origem animal, com um índice realizado acima da meta nacional em 15,71%,. Apesar da superação da meta global algumas metas apresentaram os seguintes percentuais: Colheita de amostras (89,66%) priorizou-se produtos de origem animal, com base no risco destes produtos com impacto na população e empresas reincidentes em não conformidades, além de amostras recusadas pelos laboratórios oficiais em função da logística de transporte e distância do Estado do Tocantins, em relação ao laboratórios oficiais (GO e PA).; Supervisão (93,54) devido a paralisação temporária de atividades em empresas fiscalizadas. Treinamento (100%) a qualificação de servidores, que visam a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação, foram 100 % executados os treinamentos programados, que teve como consequência o aumento do índice de conformidade de produtos harmonizando e nivelando procedimentos, o que traz eficiência e eficácia para as atividades.

CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS

A quantidade de metas físicas realizadas em função do número de ações programadas, que representa todo o esforço do Serviço para atingir o desempenho esperado, ou seja, garantir a INOCUIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR, obteve um desempenho altamente satisfatório. Todas as ações previstas tiveram

bom desempenho nas quantidades e qualidades previstas nas normas e orientações do MAPA. Em virtude destes resultados, pode-se afirmar que os consumidores têm consumido produtos de origem animal de melhor qualidade e confiabilidade e o trabalho da inspeção/fiscalização durante supervisões/inspeções, tem atingido seus objetivos.

AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO

Não houve problemas durante a execução da ação.

AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS

Quanto aos principais resultados alcançados, merecem destaque a evolução dos índices de conformidades apresentados pelos estabelecimentos de produtos de origem animal durante as supervisões, no exercício de 2009 com 74,24 % e em 2010 de 82,75% de conformidade. Justificado em razão dos avanços na implantação dos programas de autocontroles (Circular 175/176/2005) nas empresas fiscalizadas, levando a padronização de atividades das empresas e do serviço, gerando confiabilidade dos dados coletados e demonstrando a realidade dos estabelecimentos naquele momento.

Merece destaque especial a vinda da Missão Veterinária do Chile que resultou na aprovação de dois Matadouros Frigoríficos que pleitearam a habilitação que foram previamente indicados e aprovados pelo Serviço ao DIPOA para receber a Missão, que é um dos melhores e mais rígidos mercados compradores de carne bovina do mundo, abrindo as fronteiras do país e do Estado do Tocantins para outros mercados.

Observe-se ainda pelo quadro abaixo que o quantitativo de animais abatidos sob Serviço de Inspeção Federal teve um aumento significativo, mesmo com o fechamento de um abatedouro de aves ocorrido em 2010.

QUANTITATIVO ABATES NAS INDÚSTRIAS SOB SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL /TO ANO 2010

Espécies	2009	2010	
Bovinos	696.969 cab	781.555	10,82%
Aves	12.207054 aves	8.001.395	
			-34%
Pescado	1.634.782,07 kg	3.238.383	98%

As empresas sob Serviço de Inspeção Federal do Estado do Tocantins, habilitadas para exportação de carne bovina, no ano de 2010 exportaram para 21 países, dentre eles Rússia, Hong Kong, Argélia, Egito, Chile, Venezuela, etc, no total de 19.424.509 kg de Carne Bovina e 2.598.341 kg de miúdos de bovinos. O quadro abaixo, demonstra a evolução no quantitativo de exportação em relação aos anos de 2008, 2009 e 2010.

	2008	2009	2010	Geral
Total Carne:	11.755.560	17.318.683	19.424.509	29.074.243
Total Miúdos:	4.270.768	2.775.527	2.598.341	7.046.295

INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL			
AÇÕES FINALISTICAS DO PROGRAMA			
EXERCICIOS DE 2009 E 2010			
INDICE DE EFICIENCIA (SUPERVISÕES) 2.010	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
	62	58	93,54
2009	74	66	89,18
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº SUPERVISÕES REALIZADAS/ TOTAL SUPERVISÕES PROGRAMADAS = %		
INDICE DE EFICIENCIA (COLHEITA AMOSTRAS) 2.010	571	512	89,66
2.009	446	396	88,78
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE COLHEITA DE AMOSTRAS REALIZADAS/ Nº DE COLHEITA DE AMOSTRAS PROGRAMADOS = %		
INDICE DE EFICIENCIA (TREINAMENTOS) 2.010	10	8	80,00%
2.009	10	9	90,00%
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº TREINAMENTOS REALIZADOS/ Nº DE TREINAMENTOS PROGRAMADOS = %		
INDICE DE EFICIENCIA (VALOR FISCALIZADO) 2010	R\$ 86.676,39	R\$74.087,51	85,47%
2.009	R\$ 127.924,88	R\$ 59.039,65	46,15%
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO VALOR DOS CUSTOS REALIZADOS/ VALOR DOS CUSTOS PROGRAMADOS = %		

ÍNDICE DE EFICÁCIA (SUPERVISÕES) 2.010	REALIZADOS	CONFORMES	%
	58	48	82,75%
2.009	66	49	74,24 %
FORMULA DO CALCULO DO ÍNDICE	DIVISÃO DO Nº DE SUPERVISÕES CONFORMES/ Nº DE SUPERVISÕES REALIZADAS = %		
ÍNDICE DE EFICÁCIA (COLHEITA DE AMOSTRAS) 2.010	512	442	86,44%
2.009	398	356	90,19%
FORMULA DO CALCULO DO ÍNDICE	DIVISÃO DO Nº DE ANÁLISES CONFORMES/ Nº DE ANÁLISES REALIZADAS = %		

AÇÃO IX – PI PCEANIMAL

PROGRAMA 0357 - SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA						
CÓDIGO NO PPA		SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA				
0357						
TIPO DO PROGRAMA		ATIVIDADE				
AÇÃO	8658	PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS				
OBJETIVO GERAL						
Minimizar o risco de introdução e disseminação de doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões zoossanitários dos mercados internos e externos.						
Objetivos Específicos: Garantir a segurança alimentar						
GERENTE				RESPONSÁVEL		
Adriana Carla Floresta Feitosa				Welciton de Assunção Alves		
PUBLICO ALVO						
Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros,armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária						
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA						EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$23.363,90	R\$ 23.363,90	R\$17.056,80	R\$17.056,80	-	R\$17.056,80	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingid o no exercíci o
		Data	Índice inicial	Índice final		

1	Área com plantéis avícolas certificados pelo programa nacional de sanidade avícola (unidade)	01/08/2007	0	0	2	100
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE						
Fórmula de cálculo: Número total de estabelecimentos certificados pelo PNSA, por estados Indicador :Área com plantéis avícolas certificados pelo programa nacional de sanidade avícola Fonte: PPA-2008-2011 ; Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
Consta no PPA apenas o índice nacional, e não foi informado pelo órgão central o índice regional, o que impossibilitou a análise do resultado alcançado pelo indicador com base no índice previsto no exercício. No Estado do Tocantins, atualmente existem somente 02 estabelecimentos de reprodução de aves e ambos foram certificados pelo Serviço no ano de 2010, portanto, a nível regional, 100% da meta foram atingidas. Observe-se que o indicador utilizado: Área com plantéis avícolas certificados pelo programa nacional de sanidade avícola (unidade) é deficiente e não consegue medir o desempenho alcançado pelo serviço neste programa e, também o objetivo maior do PNSA-Programa Nacional de Sanidade Avícola que é controlar e/ou erradicar, as principais enfermidades que afetam o rebanho avícola nacional. Este programa é executado pela ADAPEC/TO e, a supervisão e coordenação dos trabalhos cabem ao serviço.						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Número de estabelecimentos certificados como livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina.(unidade)	08/01/2004	0,0	0,0	0,0	0,0
Fórmula de Cálculo do Índice Número de estabelecimentos certificados como livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina. Fonte: PPA-2008-2011						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
Neste exercício de 2010, não houve nenhuma propriedade certificada como livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina no Estado do Tocantins, apenas 01 (uma) propriedade solicitou certificação a SFA/TO e está em tramite, Processo n.º 21056.000322/2010-63. Consta no PPA apenas o índice nacional, e não foi informado pelo órgão central o índice regional, o que impossibilitou a análise do resultado alcançado pelo indicador com base no índice previsto no exercício. Este programa é de adesão voluntária, sendo um instrumento que os produtores e o setor agroindustrial podem utilizar para agregar valor aos seus produtos, este não é um programa apenas do governo federal e dos governos estaduais, mas sim um projeto que envolve o setor produtivo e suas comunidades, o setor industrial e os consumidores, e os médicos veterinários que atuam no setor privado. O setor público atua como agente certificador dentro de um processo que envolve diretamente toda a cadeia produtiva, o que torna este indicador precário para medir o esforço e desempenho do Serviço.						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Número total de casos confirmados da peste suína clássica em rebanhos do país.(unidade)	01/12/2006	0,0	0,0	0,0	0,0
Fórmula de Cálculo do Índice Número total de casos confirmados da peste suína clássica em rebanhos do país. Fonte: PPA-2008-2011						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
O Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos visa à manutenção de área livre de Peste Suína Clássica em rebanhos do país. No Estado do Tocantins este programa é executado pela ADAPEC/TO, cabendo a supervisão e coordenação ao SISA/DDA/SFA/TO. No PPA consta o índice nacional, mas a finalidade do programa é a manutenção da área livre de PSC em rebanhos do país, o índice 0,0 se aplica ao Estado do Tocantins. Foram realizadas ações no ano de 2010, pela ADAPEC/TO, sob supervisão e acompanhamento do serviço e foi mantido o status sanitário de área livre de Peste Suína Clássica no Estado do Tocantins.						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Número total de casos confirmados da doença da vaca louca em rebanhos do país(unidade)	01/12/2001	0,0	0,0	0,0	0,0
Fórmula de Cálculo do Índice Número total de casos confirmados da doença da vaca louca em rebanhos do país Fonte: PPA-2008-2011.						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
A finalidade do programa Ações e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina é manter a condição sanitária da Encefalopatia Espongiforme Bovina em todo o território nacional. A categoria de países no qual o Brasil está incluído é na categoria de países em que o risco está controlado, de acordo com a Resolución N° 18 (78ª Sesión General, mayo de 2010) da OIE. Este programa, diferente dos demais programas sanitarios, foi executado exclusivamente pelo serviço no ano de 2010. O órgão executor de defesa sanitária animal estadual, não manifestou interesse na execução do mesmo, por ser um programa ainda não compulsório nas metas estipuladas nos convênios de repasse de recursos. Desenvolveu-se um trabalho em conjunto no âmbito da SFA/TO, entre a área de Inspeção Animal (Gestor EEB e Inspetores Veterinários localizados nos Matadouros Frigoríficos Bovinos) e os técnicos da Saúde Animal, atingindo a finalidade do programa, a manutenção do status sanitário do Brasil, e o alcance do índice estipulado para o exercício. As consequências deste resultado são imprescindíveis para evitar restrição sanitária aos produtos brasileiros no mercado Europeu causando significativos efeitos sociais e econômicos.						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	Número total de casos confirmados de Raiva Bovina em rebanhos do país(unidade)	01/12/2006	0	0	0	0

Fórmula de Cálculo do Índice: Número total de casos confirmados de Raiva Bovina em rebanhos do país .
Fonte: PPA-2008-2011 e ADAPEC-TO

Análise do Resultado Alcançado: A finalidade do Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros é o efetivo controle da ocorrência da Raiva dos Herbívoros no Brasil .A raiva é considerada uma das zoonoses de maior importância em Saúde Pública, não só por sua evolução drástica e letal, como também por seu elevado custo social e econômico. Consta no PPA apenas o índice nacional, e não foi informado pelo órgão central o índice regional, o que impossibilitou a análise do resultado alcançado pelo indicador com base no índice previsto no exercício.

Os informes mensais encaminhados pela ADAPEC/TO, registram que no ano de 2010, foram confirmados 24 casos de raiva bovina e em 2009 foram 40 casos , concluindo-se que esta redução de 40 %, de casos positivos de raiva bovina deve-se ao trabalho executado pela ADAPEC-TO e SFA-TO.

Análise crítica da execução orçamentária

Em razão da expectativa de mudança nas estruturas das SFA's, as metas e estratégias de atuação dos programas sanitários desta ação foram efetivamente executadas no segundo semestre de 2010. Os recursos efetivamente solicitados para a realização de ações em todos os programas cumpriram o objetivo proposto, apresentado resultados satisfatórios. No PNCEBT, foi solicitado poucos recursos e somente para executar atividades de atendimento de denúncias e foram realizados mais trabalhos de ordem administrativa. Na EEB, os recursos solicitados também cumpriram o objetivo proposto, mesmo com a execução de ações e fiscalizações em propriedades rurais ter iniciados apenas no segundo semestre de 2010. Pela quantidade de ações executadas e recursos solicitados/gastos, observa-se que no que se refere à EFICIENCIA, podemos afirmar que o desempenho foi altamente positivo.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada (Regional)	Meta a ser realizada em 2011
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0357	8658	A	3	Área com plantéis avícolas certificados pelo programa nacional de sanidade avícola (unidade)	0,00	2,00	*
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0357	8658	A	3	Número de estabelecimentos certificados como livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina.(unidade)	0,00	0,00	*
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0357	8658	A	3	Número total de casos confirmados da peste suína clássica em rebanhos do país.(unidade)	0,00	0,00	*
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0357	8658	A	3	Número total de casos confirmados da doença da vaca louca	0,00	0,00	*

	ação					em rebanhos do país(unidade)			
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0357	8658	A	3	Número total de casos confirmados de Raiva Bovina em rebanhos do país(unidade)	0,00	0,00	*

Fonte: PPA

Obs.: * A meta para 2011 é indefinida, depende de decisão de nível nacional ou ocorrência.

RESULTADO DE AÇÕES FINALÍSTICAS (tabela complementar)

SERVIÇO	SISA/DDA/SFA/TO	
DOCUMENTOS	2010	
	Programadas	Executadas
Supervisões/fiscalizações	25	21
Fiscalização Ativa de Alimentos para ruminantes em estabelecimentos de criação	34	10
Reuniões Nacionais	4	4
Reuniões técnicas com órgão executor	10	10
Reunião COESA	06	05
Palestras	-	01
Colheita de amostras de produtos destinados à alimentação de ruminantes em propriedades rurais .TR	-	05
Colheita de amostras de produtos destinados à alimentação de ruminantes em propriedades rurais, para o Laboratório Oficial positivas	-	01
Encaminhar Troncos encefálicos	-	291
Fiscalização Convênios 004/2009	-	11
Habilitação / credenciamento de veterinários para emissão de GTA /CIS-E-Aves	-	03
Habilitação de médicos veterinários para diagnóstico de brucelose e Tuberculose	-	04
Emissão de liberação de licenças para importação de sêmen bovino dos EUA	-	02

CUMPRIMENTO DAS METAS FISICAS

Com base no quadro Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ observa-se que os resultados alcançados pelo Serviço foram satisfatórios baseado na estratégia de atuação e metas de cada programa sanitário, mesmo em razão da expectativa de mudança nas estruturas das SFA's, as metas ações deste programa foram efetivamente executadas no segundo semestre de 2010.

Com referencia a tabela complementar, ações finalística, alcançou-se resultados satisfatórios no número de supervisões/fiscalizações programadas, 84%. Na Fiscalização Ativa de Alimentos para ruminantes em estabelecimentos de criação o resultado demonstrado, foi positivo, apesar de **29,41 %**, pois o quantitativo de fiscalizações determinadas pelo Departamento de Saúde Animal/MAPA, superou o quantitativo de amostras executáveis pelo serviço, em razão da estrutura e também pela falta de sensibilização da ADAPEC/TO não ter contribuído com este programa no exercício de 2010, por não ser uma meta compulsória nos convênios de repasse, apesar da importância nacional deste programa (Vaca louca) para a saúde pública e segurança da pecuária nacional. o Serviço conseguiu demonstrar resultados alcançados na consecução dos objetivos de cada programa sanitários.

No PNSA -**Programa Nacional de Sanidade Avícola**, dentre as ações executadas cite-se a reativação do COESA– Comitê Estadual de Sanidade Avícola; supervisões nas UVL's do órgão executor referente ao PNSA; supervisão nos estabelecimentos avícolas de reprodução(matrizeiros e incubatório);supervisão na coleta oficial de amostras em estabelecimento avícola de reprodução, para certificação/manutenção de certificação; palestra em Simpósio e 3 novas Habilitação de Méd. Veterinário privado para emissão de GTA e CIS "E", sendo que o ano de 2010, fechou com 05 Médicos Veterinários regularmente habilitados pela SFA/TO,para emissão de GTA e CIS "E", no Estado do Tocantins.

No PNSS - **Programa Nacional de Sanidade dos Suínos**, dentre as metas cumpridas destacamos a supervisão do Serviço no inquérito soro epidemiológico nos criatórios de suínos do Estado do Tocantins, realizado pela ADAPEC-TO. Foram colhidas 1364 amostras de soro e encaminhamento a Laboratório Oficial, com o objetivo da manutenção da área livre de Peste Suína Clássica. Das 1364 amostras colhidas, 1360 resultaram negativas e 4 amostras foram

inconclusivas, e foi realizada a condução de uma investigação epidemiológica complementar nas propriedades onde ocorreu pelo menos um animal reagente ao teste de triagem. Nesse sentido foi solicitado á ADAPEC/TO, visitas às estas propriedades para realização de investigação clínico-epidemiológica, que foram supervisionados pelo técnico do serviço.

No PNCRH- **Programa Nacional de Controle da raiva dos Herbívoros e das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis**, foi realizado auditoria pelo órgão central, CRHE/CGCD/DSA/SDA/MAPA, na SFA/TO, na central da ADAPEC/TO e auditoria em 02 UVL (Porto Nacional e Palmas) acompanhada por 02 técnicos do Serviço. Foram tomadas providencias imediata junto as não conformidades relatadas, ocorrendo maior aproximação dos técnicos responsáveis pelo programa na ADAPEC e da SFA/TO e direcionamento das estratégias de atuação deste programa no Estado em alinhamento com o órgão central. Após a auditoria, realizou-se no segundo semestre 10 fiscalizações em propriedades rurais, com a coleta de amostras de alimentos para ruminantes diretamente no cocho, para diagnóstico quanto à presença de proteínas de origem animal e para averiguar denúncias de uso de cama de aviário. Foi detectado por técnicos do serviço, no município de Monte Santo-TO, o uso de cama de aviário, com lavratura de termo de interdição do lote animais (17 bovinos), colheita de amostras e encaminhamento ao laboratório oficial. O resultado das amostras do cocho foi positivo para cama de aviário, os animais foram destinados ao abate acompanhado pelo Serviço de Inspeção Federal. Dentre as metas cumpridas neste programas de grande impacto na manutenção sanitária do Brasil, foram coletados 291 troncos encefálicos por Médicos Veterinários do Serviço de Inspeção Federal, em casos de sinais clínicos de distúrbios nervosos e em abates de emergência, que faz parte do programa Vigilância epidemiológica na população. Na SFA/TO realiza-se a conferencia e envio deste material coletado, para o laboratório da rede de diagnóstico de EETs credenciado pela CGAL- LANAGRO-PE. Desta forma, este programa foi executado exclusivamente pela SFA/TO no ano de 2010. As conseqüências deste resultado são imprescindíveis para evitar restrição sanitária aos produtos brasileiros no mercado Europeu causando significativos efeitos sociais e econômicos.

No PNCEBT- **Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose**, foram expedidos 03 certificados de habilitação de médicos veterinários para realização de exames de brucelose e tuberculose e feito o cancelamento de 02 habilitações, sendo que o ano de 2010, fechou com 73 Médicos Veterinários regularmente habilitados para o PNCEBT no Estado do Tocantins. Realizou-se atendimento a denúncia referente ao funcionamento irregular de laboratório credenciado para o PNCEBT, na cidade de Colinas-TO, sendo realizado o descredenciamento.

AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO
A ação que apresentou mais problema na execução foi na EEB, em razão da determinação pelo órgão central da realização de 34 Fiscalizações Ativa de Alimentos, que ultrapassou a quantidade executável pelo Serviço, em razão da estrutura da SFA e pela não cooperação do órgão executor de defesa sanitária animal do Estado. Em razão disso para o ano de 2011, o Departamento reprogramou 16 fiscalizações e tornou compulsória a execução do programa pelo órgão executor-ADAPEC/TO, dentro das metas dos convênios de repasse.
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS
Não se aplica.
AÇÕES PRIORITÁRIAS DA LDO
O PCEANIMAL faz parte das ações prioritárias da LDO, conforme demonstrado na análise dos indicadores, foram realizados todos os esforços possíveis para o cumprimento de metas e estratégias desta ação
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO
Os trabalhos de atenção sanitária em propriedades, como parte de um processo de atenção sanitária epidemiológica, desenvolve um papel fundamental para a prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais domésticos de produção, este trabalho possibilita desenvolver ações de atenção e vigilância epidemiológica, nas propriedades, fator primordial para a manutenção de status sanitários de saúde animal, dando ao Estado do Tocantins subsídio para requerer novos mercados para os produtos de origem animal aqui produzidos. Pelas informações prestadas acima, conclui-se que as metas estipuladas e estratégias de atuação dos programas sanitários nesta ação atingiram o resultado esperado.

AÇÃO X – PI PCEVEGETAL

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
DENOMINAÇÃO						
Código no PPA: 0357		SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA				
Tipo do Programa		FINALÍSTICO				
Ação	8572	PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS				
Objetivo Geral do Programa: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.						
Objetivos Específicos da Ação: Garantir a segurança fitossanitária, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.						
GERENTE ELSO POLIZEL JÚNIOR				RESPONSÁVEL FERNANDO AZEVEDO DE FREITAS		
PÚBLICO ALVO DO PROGRAMA						
Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 43.858,84	R\$ 43.858,84	30.177,92	30.177,92		30.177,92	
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS						
Ordem	Indicador (Unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Área Livre para a Praga Sigatoka Negra (Nº municípios)	31/12/2010	139	139	139	138
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE						
Número de municípios no Estado do Tocantins livre (sem ocorrência) da praga sigatoka negra.						
Fonte: SIPLAN						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
Os resultados foram bastante expressivos, pois, dos 139 municípios presentes no Estado do Tocantins, apenas o município de Araguaína-TO apresentou focos da praga sigatoka negra.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Auditorias executadas (Nº)	31/12/2010	11	11	11	12
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE						
Nº auditorias executadas = soma (nº de auditorias realizadas nos escritórios da ADAPEC)						
Fonte: Plano Estratégico/MAPA						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
Os resultados das auditorias são obtidos a partir das fiscalizações de acompanhamento “in loco” realizadas nas ações do Convênio 001/2009 entre a SFA-TO/MAPA e a ADAPEC (Agência de Defesa Agropecuária no Estado do Tocantins).						

do Tocantins).

As auditorias visam verificar a conformidade e o cumprimento do objeto do Convênio em epígrafe, que é a manutenção do sistema unificado de atenção à sanidade vegetal no Estado do Tocantins sob execução da ADAPEC.

Em fim, pode-se concluir que os resultados obtidos foram amplamente alcançados, pois o índice atingido foi superior ao programado.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Índice de Fitossanidade (Nº)	31/12/2010	0,00	0,00	0,00	0,00

FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE

O índice de fitossanidade avalia, de forma ponderada, a ocorrência das pragas: mosca da carambola, cancro cítrico, greening e *Cydia pomonella*, nas culturas presentes no Estado do Tocantins. É calculado utilizando-se a seguinte fórmula:

$$[(TF1 \cdot P1) + (TF2 \cdot P2) + (TF3 \cdot P3) + (TF4 \cdot P4)] / P1 + P2 + P3 + P4.$$

Onde: P = peso atribuído para cada praga considerada, levando-se em conta a importância da praga para o agronegócio tocaninense e TF_n (por praga) = nº de municípios com os focos da praga/total de municípios onde a cultura tem expressão econômica.

Portanto, quanto menor o valor (**próximo de zero**), **melhor o índice de fitossanidade**.

Fonte: Plano Estratégico/MAPA

ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO

Os dados são excelentes, pois não existe, até o momento, a ocorrência das pragas quarentenárias: mosca da carambola, *Cydia pomonella*, cancro cítrico e greening no Estado do Tocantins.

Os resultados são obtidos através dos levantamentos de detecção realizados em todo o Estado do Tocantins para cada uma das pragas consideradas.

A única exceção é com relação à praga *Cydia pomonella*, onde os monitoramentos/levantamentos não são realizados pelo fato desta praga ocorrer, somente, em fruteiras temperadas como maçã, pêra e pêssego, culturas estas não presentes no Estado do Tocantins. Por consequência, sem condições para a ocorrência desta praga no Estado.

ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA

Contingenciamento no Exercício

Não houve contingenciamento de recursos, o que favoreceu o alcance das metas físicas programadas.

EVENTOS NEGATIVOS E POSITIVOS QUE PREJUDICARAM OU FACILITARAM A EXECUÇÃO DA AÇÃO

A ação poderia apresentar resultados ainda mais promissores, devido à sua importância para sanidade das culturas, com a consequente abertura de mercados ao agronegócio tocaninense, caso houvesse a disponibilidade de um maior número de fiscais.

Execução Física das atividades realizadas

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	603	0357	8572	A	3	ha	40.000	40.000	*
20	603	0357	8572	A	3	Sup.AL	2	2	*
20	603	0357	8572	A	3	Aud.UP	9	9	*
20	603	0357	8572	A	3	Pal.	4	4	*
20	603	0357	8572	A	3	Aud.Conv.	11	12	*
20	603	0357	8572	A	3	Cap.	2	2	*
20	603	0357	8572	A	3	Reun.	2	2	*

Glossário:

ha	Área controlada em hectares
Sup.AL	Nº de Supervisões realizadas da Área Livre para a Praga Sigatoka Negra (unid.)
Aud.UP	Nº de Auditorias realizadas em Unidade de Produção para Credenciamento no SMR (Sistema de Mitigação de Risco) para a praga Sigatoka Negra (unid.)

Pal.	Nº de Palestras realizadas sobre o SMR da praga Sigatoka Negra (unid.)
Aud.Conv.	Nº de Auditorias realizadas em Convênio de Sanidade Vegetal (unid.)
Cap.	Nº de Fiscais Federais Agropecuários que participaram de ações de capacitação (unid.)
Reun..	Nº de Fiscais e/ou Colaboradores Eventuais que participaram de Reuniões Nacionais (unid.)
Fonte: Relatórios de viagens das ações realizadas e SIPLAN (Sistema Integrado de Planejamento).	
*Ações e metas a serem determinadas pelo Departamento de Sanidade Vegetal (DSV/SDA/MAPA) e conforme a demanda apresentada.	
ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO FÍSICA	
CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS	
A médio e longo prazos os resultados foram alcançados contribuindo para a manutenção do sistema unificado de atenção à sanidade vegetal, através de um sistema de vigilância e de controle de pragas ativo para evitar a introdução e dispersão de pragas quarentenárias, garantindo a credibilidade dos produtos agrícolas e, por consequência, a abertura de mercados para aqueles produtos que encontram-se livres de pragas quarentenárias que são restritivas ao comércio interestadual e/ou internacional	
AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO	
Não houve problemas de execução, haja vista que todas as metas físicas previstas foram alcançadas.	
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS	
Todas as ações foram desempenhadas alcançando as metas programadas, contudo a ação de execução de auditorias foi superior à programada.	
AÇÕES PRIORITÁRIAS NA LDO	
A ação de Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais é caracterizada como prioritária, conforme descrito no anexo I da <u>Lei Federal Nº 12.017, de 12 de agosto de 2009.</u>	
DEMAIS AÇÕES DE SANIDADE VEGETAL	
Apesar da não liberação de recursos para a ação de Erradicação da Mosca da Carambola (Ação 4738), houve a consecução de atividades para esta ação, através da realização de levantamentos de detecção em todo o Estado do Tocantins. Os levantamentos de detecção da mosca da carambola - <i>Bactrocera carambolae</i> (Diptera: Tephritidae), foram e estão sendo realizadas via Convênio com a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC), onde foram instaladas 40 armadilhas nos pontos considerados de risco para introdução e dispersão da praga. Ao longo do ano de 2010, conforme fomos realizando as fiscalizações de acompanhamento "in loco" do Convênio, pudemos verificar, na amostragem realizada, que os levantamentos estão sendo realizados a contento e, até o momento, nenhum exemplar foi coletado. Caracterizando, assim, a condição do Estado do Tocantins como livre da praga em questão. Cabe esclarecer que esta ação (verificar o acompanhamento do convênio e, por consequência, o cumprimento dos levantamentos de detecção da praga - mosca da carambola), foi realizada com recursos do PI PCEVEGETAL. Da mesma forma que na ação acima, apesar da não liberação de recursos para a ação de Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária (Ação nº 8654), houve a consecução de atividades de educação sanitária através de realização de Palestras sobre o Sistema de Mitigação de Risco para a praga Sigatoka Negra. O público alvo destas palestras contou com a participação de Produtores, Técnicos e Engenheiros Agrônomos da Assistência Técnica e Extensão Rural e de Fiscais Estaduais Agropecuários. Enfim, cabe esclarecer que todas as palestras foram realizadas a partir de recursos da ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais (PCEVEGETAL – Ação 8572).	

AÇÃO XI – PI FISCORGEN

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO

Código no PPA		DENOMINAÇÃO				
0356		SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS				
Tipo do Programa		FINALÍSTICO				
Ação: 4745		FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS				
Objetivo Geral do Programa: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.						
Objetivos Específicos da Ação: Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados.						
GERENTE ELSO POLIZEL JÚNIOR			RESPONSÁVEL FERNANDO AZEVEDO DE FREITAS			
PÚBLICO ALVO						
Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores .						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 23.200,00	R\$ 23.200,00	R\$ 14.695,88	R\$ 14.695,88		R\$ 14.695,88	
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS						
Orde m	Indicador (Unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Fiscalização em Experimentos com OGM (Nº)	31/12/2010	6	7	7	7
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE						
Número de fiscalizações executadas = soma (nº de fiscalizações em experimentos realizadas no ano de 2010).						
Fonte: SIPLAN						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
Os resultados foram bastante expressivos, das 6 (seis) fiscalizações programadas, 07 (sete) foram realizadas em experimentos com Organismos Geneticamente Modificados.						
Portanto, todos os experimentos envolvendo Organismos Geneticamente Modificados conduzidos no Estado do Tocantins foram fiscalizados, visando verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelos Pareceres Técnicos da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança).						
Orde m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Fiscalização em plantios comerciais com restrição de uso de transgênicos (Nº)	31/12/2010	17	17	17	17
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE						
Nº fiscalizações executadas = soma (nº de fiscalizações em plantios comerciais de milho e algodão realizadas no ano de 2010)						
Fonte: SIPLAN						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
Estes resultados são obtidos a partir das fiscalizações dos cultivos comerciais de algodão e milho, que apresentam restrição de uso quanto ao emprego de cultivares geneticamente modificados.						
A fiscalização em lavouras de milho geneticamente modificadas visa verificar o cumprimento da Resolução Normativa Nº 04/2007 da CTNBio, que estabelece as distâncias mínimas obrigatórias entre a lavoura de milho geneticamente modificada e a convencional em propriedades circunvizinhas.						
A fiscalização em lavouras de algodão visa verificar o cumprimento da Portaria MAPA nº 21/2005, que define a Zona de Exclusão onde não se é permitido o cultivo de algodoeiros geneticamente modificados. Nesta ação foram lavrados dois autos de infração com a correspondente abertura de dois processos administrativos de apuração de responsabilidades.						
Enfim, pode-se concluir que os resultados obtidos foram amplamente alcançados, pois o índice atingido foi igual ao previsto no exercício de 2010.						

ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA									
Contingenciamento no Exercício									
Não houve contingenciamento de recursos, o que favoreceu o alcance das metas físicas programadas.									
EVENTOS NEGATIVOS E POSITIVOS QUE PREJUDICARAM OU FACILITARAM A EXECUÇÃO DA AÇÃO									
Apesar desta ação alcançar as metas propostas e contar com a participação conjunta entre o Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal (SISV/DDA/SFA-TO/MAPA) e o Serviço de Fiscalização Agropecuária (SEFAG/DDA/SFA-TO/MAPA), os Fiscais Federais Agropecuários envolvidos nesta ação são responsáveis por outras atividades de fiscalização. Portanto, entendemos que se o quadro de fiscais fosse ampliado, esta ação poderia apresentar resultados ainda mais promissores com um conseqüente aumento no número de fiscalizações									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS ATIVIDADES REALIZADAS									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	125	0356	4745	A	4*	Fisc.Pesq.	6	7	**
20	125	0356	4745	A	4*	Fisc.Cult.	17	17	**
20	125	0356	4745	A	4*	Reun.	3	3	**
Glossário:									
Fisc.Pesq.		Nº de Fiscalizações realizadas em experimentos (atividades de pesquisa) (unid.)							
Fisc.Cult.		Nº de Fiscalizações realizadas em cultivos comerciais de algodão e milho (unid.)							
Reun.		Nº de Fiscais Federais Agropecuários que participaram de ações de Reunião Nacional (unid.)							
Fonte: Relatórios de viagens das ações realizadas e SIPLAN (Sistema Integrado de Planejamento).									
* Não considerado como ação prioritária, levando-se em consideração o anexo I da <u>Lei Federal Nº 12.017, de 12 de agosto de 2009.</u>									
** Ações e metas a serem determinadas pela Coordenação de Biossegurança de OGM (CBIO/SDA/MAPA) e conforme a demanda apresentada.									
ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO FÍSICA									
CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS									
Todas as metas propostas foram alcançadas. A médio e longo prazo os resultados buscam o cumprimento da legislação correlata às atividades com Organismos Geneticamente Modificadas, bem como na aplicação das penalidades previstas em lei. Os resultados alcançados permitem a condução de atividades de pesquisa e cultivos comerciais, de cultivares geneticamente modificados, sem a ocorrência de efeitos adversos ao meio ambiente e/ou à saúde humana e/ou animal.									
AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO									
Não houve problemas de execução, haja vista que todas as metas físicas previstas foram alcançadas									
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS									
Todas as ações foram desempenhadas alcançando as metas programadas, contudo a ação de fiscalização de experimentos com OGM foi superior à programada.									
AÇÕES PRIORITÁRIAS NA LDO									
Não se aplica									

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO	
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO	
DENOMINAÇÃO	
Código no PPA: 0357	SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA
Tipo do Programa	FINALÍSTICO
Ação: 2134	VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS
Objetivo Geral do Programa: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.	

Objetivos Específicos da Ação: Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira, com ênfase na fiscalização do trânsito interestadual de vegetais.						
GERENTE ELSO POLIZEL JUNIOR				RESPONSÁVEL JOÃO CARNEIRO CORREIA		
PÚBLICO ALVO						
Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.						
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 23.537,00	R\$ 23.537,00	20.920,12	20.920,12	3.147,01	17.773,11	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Auditorias executadas (Nº)	31/12/2010	18	18	18	18
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE						
Nº auditorias executadas = soma (nº de auditorias realizadas nos escritórios da ADAPEC)						
Fonte: SIPLAN/SIAFI						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
Os resultados das auditorias são obtidos a partir das fiscalizações de acompanhamento “ <i>in loco</i> ” realizadas nas ações do Convênio 002/2009 entre a SFA-TO/MAPA e a ADAPEC (Agência de Defesa Agropecuária no Estado do Tocantins).						
As auditorias visam verificar a conformidade e o cumprimento do objeto do Convênio em epígrafe, que é a manutenção do sistema unificado de atenção à sanidade vegetal no Estado do Tocantins sob execução da ADAPEC, com ênfase na vigilância e fiscalização do trânsito de vegetais.						
Enfim, pode-se concluir que os resultados obtidos foram amplamente alcançados, pois o índice atingido foi superior ao programado.						
ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA						
Contingenciamento no Exercício						
Não houve contingenciamento de recursos						
EVENTOS NEGATIVOS E POSITIVOS QUE PREJUDICARAM OU FACILITARAM A EXECUÇÃO DA AÇÃO						
Considerando a importância da ação de supervisão e fiscalização do trânsito de vegetais e da certificação fitossanitário, a atividade poderia apresentar resultados ainda mais promissores, caso houvesse a disponibilidade de						

maior número de fiscais.									
Execução Física das atividades realizadas									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	603	0357	2134	A	4*	Aud.Conv.	18	18	**
20	603	0357	2134	A	4*	Reun.	3	3	**
20	603	0357	2134	A	4*	Fisc.	16.530	17.661	**
Glossário:									
Aud.Conv.		Nº de Auditorias realizadas em Convênio de Sanidade Vegetal (unid.)							
Reun.		Nº de Fiscais e/ou Colaboradores Eventuais que participaram de Reuniões Nacionais (unid.)							
Fisc.		Nº de Fiscalizações realizadas em partidas vegetais nas barreiras fixas fitozoosanitárias (unid.), realizadas pela Agencia de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC							
Fonte: Relatórios de viagens das ações realizadas e SIPLAN (Sistema Integrado de Planejamento).									
* Não considerado como ação prioritária, levando-se em consideração o anexo I da Lei Federal Nº 12.017, de 12 de agosto de 2009.									
**Ações e metas a serem determinadas pelo Departamento de Sanidade Vegetal (DSV/SDA/MAPA) e conforme a demanda apresentada.									
ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO FÍSICA									
Cumprimento das metas físicas									
Todas as metas propostas foram alcançadas. A médio e longo prazo, os resultados contribuem significativamente para evitar a introdução e dispersão de pragas quarentenárias, procedentes de outras Unidades da Federação, no Estado do Tocantins.									
AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO									
Não houve problemas de execução, haja vista que todas as metas físicas previstas foram alcançadas									
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS									
Todas as ações foram desempenhadas alcançando as metas programadas, contudo a ação de fiscalização de partidas de vegetais nas barreiras fixas fitozoosanitárias foi superior à programada.									
AÇÕES PRIORITÁRIAS NA LDO									
Não se aplica									

AÇÃO XIII – PI IPVEGETAL2

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO	
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO	
DENOMINAÇÃO	
Código no PPA: 0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS
Tipo do Programa	FINALÍSTICO
Ação: 8939	INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL
Objetivo Geral: Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados, de origem vegetal	
Objetivos Específicos: Garantir a segurança das bebidas em geral, através de inspeções periódicas das fábricas instaladas no Estado, seguindo os critérios da Lista de Verificação estabelecida pela Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas – CGVB/SDA/MAPA, com coletas oficiais de amostras de controle e amostras de fiscalização, com envio das mesmas aos laboratórios oficiais.	
GERENTE ELSO POLIZEL JUNIOR	RESPONSÁVEL MAURO MEDEIROS DE MOURA
PÚBLICO ALVO	

Produtores, exportadores, importadores e consumidores em geral							Em R\$ 1,00		
Informações orçamentárias e financeiras do Programa									
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos				
Inicial	Final								
R\$ 29.629,88	R\$ 29.629,88	17.037,66	17.037,66	0,00	17.037,66				
Informações sobre os resultados alcançados									
Orde m	Indicador (Unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício			
		Data	Índice inicial	Índice final					
1	índice de conformidade de produtos de origem vegetal - ICV	31/12/2010	0,74	0,85	0,74	1,00			
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE									
ICV = [0,5 x (EI/ER)] + [0,5 x (AC/NA)] onde: ICV = [0,5 x (28/28)] + [0,5 x (10/10)]									
EI → nº de estabelecimentos inspecionados ICV = 1,00									
ER→ nº total de estabelecimentos registrados									
AC→ nº de amostras de produtos conformes									
NA→ nº total de amostras analisadas Variação do ICV: de 0 a 1									
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO									
observa-se que mesmo tendo havido uma redução de 25% no número de inspeções programadas, todos os estabelecimentos registrados foram inspecionados em 2010, proporcionando um índice de 1,00 (100%) de eficiência, o que demonstra uma boa e regular aplicação dos recursos públicos nas ações realizadas.									
ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA									
O Plano Operativo Anual (POA) de 2010 da Unidade foi elaborado estimando um orçamento de R\$ 19.746,00 para as despesas a serem realizadas com base em 52 inspeções programadas. Por motivos devidamente justificados às instâncias superiores, foram realizadas 39 inspeções, ou seja, 75% (setenta e cinco) por cento das inspeções programadas no POA/2010. Percebe-se que os 25% (vinte e cinco) por cento restantes refere-se à realização de inspeções programadas e não executadas, entretanto, houve uma redução de 13,72% nos gastos financeiros programados. Dessa forma, pode-se caracterizar que o POA/2010 foi bem elaborado.									
CONTINGENCIAMENTO NO EXERCÍCIO									
Como pode ser visualizado nos dados demonstrativos estabelecidos na tabela acima, não houve contingenciamento de recursos, visto que a dotação inicial programada pela CGVB/SDA/MAPA foi maior que a efetivada na POA/2010 e, todo recurso financeiro foi liberado, exceto os recursos para aquisição de material permanente.									
Eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução da ação									
A ação é de responsabilidade de apenas 01 (um) Fiscal Federal Agropecuário e só não foram realizadas em sua totalidade por que o mesmo gozou Licença Premio por 60 dias. Não obstante, como evento positivo, foi realizado um curso específico para produtores de cachaça de alambique, indutor do aprimoramento do processo produtivo.									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS									
Funçã o	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	125	0356	8939	A	4*	Inspeção	52	39	28
* Não considerado como ação prioritária, levando-se em consideração o anexo I da Lei Federal Nº 12.017, de 12 de agosto de 2009.									
ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO FÍSICA									
Cumprimento das metas físicas									
Como pode ser visualizado, 75% das metas propostas foram alcançadas. Ao contabilizar 39 inspeções realizadas, em um universo de 28 empresas registradas, registre-se que todas as empresas foram inspecionadas pelo menos uma vez, o que caracteriza uma presença constante da equipe de fiscalização de bebidas nos estabelecimentos									

industriais. Os resultados analíticos das amostras de controle indicam que os produtos estão sendo elaborados conforme preconiza a legislação pertinente.

AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO

Não houve problemas diretos de execução nas metas programadas. No entanto, não é aconselhável as inspeções serem realizadas nas indústrias por tão somente um fiscal. Por esta razão, entende-se que este fato faculta um problema indireto a ser sanado.

AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS

Não foi verificada nenhuma excepcionalidade.

AÇÕES PRIORITÁRIAS NA LDO

Não se aplica

ACÇÃO XIV – PI PADCLASSIF

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
Código no PPA		DENOMINAÇÃO				
0356		SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS				
Tipo do Programa		FINALÍSTICO				
Ação: 4746		PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS				
Objetivo Geral: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores						
Objetivos Específicos: Proporcionar a oferta de alimentos de origem vegetal , conformes e seguros a sociedade						
GERENTE ELSO POLIZEL JUNIOR				RESPONSÁVEL ANDRÉ DE PAULA SIMÕES		
FORÇA DE TRABALHO				FFA VICENTE DE PAULA		
PÚBLICO ALVO						
Produtores, indústrias, cerealistas, armazenadores, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 31.366,29	R\$ 31.366,29	R\$ 21.840,22	R\$ 21.840,22	R\$ 795,09	R\$ 21.045,13	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício 2010	Índice atingido no exercício 2010
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de conformidade de produtos de origem vegetal	2009	0,73	0,76	0,75	0,80
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE						
Índice de conformidade de produtos de origem vegetal: $ICV = 0,5 \times (AC/NA)$, onde ; AC - Número de amostra de produtos em conformidade; NA - Número total de amostras analisadas, ou seja, é calculado através da divisão do numero de amostras conformes (20) pelo número de amostras classificadas (25).						
OBS: O valor do ICV varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 melhor é a qualidade da produção vegetal fiscalizada.						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
O resultado alcançado para esta ação demonstra que a conformidade dos produtos ofertados a sociedade é da ordem de						

80%, atingindo a meta institucional estabelecida no PPA e no Plano Estratégico do MAPA.									
Ao longo do triênio 2007 – 2010, este indicador apresentou uma evolução altamente significativa, contribuindo para a melhoria da cadeia produtiva, já que, em agosto de 2007, era da ordem de 33%, sendo elevado para 80% em dezembro de 2010. Observa-se ainda, que o ritmo de crescimento do índice de conformidade vem diminuindo, com tendência a estabilização no patamar de 80%. A partir desta estabilização os ganhos de qualidade não podem ser mais somente fruto de melhorias nos processos produtivos, mas sim da melhoria constante das condições estruturais da cadeia produtiva de alimentos no estado do Tocantins.									
Fonte: SIPLAN, Relatório Gestão Estratégica									
ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA									
O valor total liquidado no período 2010 nesta ação demonstra que não houve escassez de recursos para execução das atividades, fato que viabilizou o atendimento da meta estratégica programada para o ano de 2010, expressa na portaria 1031 de 25/10/2010 que estabelece as metas globais do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. O custo estimado por ação de fiscalização, que engloba coleta de amostras, fiscalização de estabelecimentos e fiscalização de credenciadas foi de R\$ 218,40, mas se levarmos em consideração o custo por tonelada fiscalizada, teremos um custo de R\$ 5,23, evidenciando que a ação é executada levando-se em conta os princípios da economicidade, em benefício da sociedade brasileira.									
CONTINGENCIAMENTO NO EXERCÍCIO									
Não houve contingenciamento durante o exercício									
EVENTOS NEGATIVOS E POSITIVOS QUE PREJUDICARAM OU FACILITARAM A EXECUÇÃO DA AÇÃO									
Devido à importância da qualidade dos produtos oferecidos à sociedade, a manutenção dos trabalhos inerentes a este programa são de grande relevância. O aumento do número de estabelecimentos e municípios fiscalizados fará com que sejam ofertados a um maior percentual da população alimentos conformes e seguros, o que impactará positivamente em sua qualidade de vida. A participação de mais um Fiscal nos citados trabalhos foi de suma importância para a superação das metas estabelecidas.									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS ATIVIDADES REALIZADAS									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	603	0356	4746	A	4	Amostra coletada	60	172	*
20	603	0356	4746	A	4	Fisc. Estab.	50	50	*
20	603	0356	4746	A	4	Fisc Cred	5	5	*
20	603	0356	4746	A	4	Ton fisc	2500	4171	*
Glossário:									
Fisc Estab.	Fiscalização de Estabelecimentos Embaladores, Supermercados, distribuidores e Atacadistas de produtos de origem vegetal								
Fisc Cred	Fiscalização de empresas ou organizações credenciadas pelo MAPA para Prestação de serviço de classificação vegetal								
Ton fisc	Toneladas de Produtos de origem vegetal padronizados fiscalizadas								
Fonte: Relatórios de viagens das ações realizadas e SIPLAN (Sistema Integrado de Planejamento).									
* As ações e metas a serem determinadas pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (DIPOV/SDA/MAPA) e conforme a demanda apresentada.									
ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO FÍSICA									
Cumprimento das metas físicas									
Todas as metas propostas foram superadas. Os resultados alcançados das metas físicas são de fundamental importância para que o indicador do resultado estratégico da ação possa ser alcançado.									
AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO									
Não houve problemas de execução, haja vista que todas as metas físicas previstas foram alcançadas.									
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS									
Todas as ações superaram as metas programadas, onde o principal resultado alcançado foi o índice de									

conformidade de produtos de origem vegetal, que atingiu 80%, superando em 5% o índice estabelecido pelo MAPA, representando tal fato a EFETIVIDADE DA AÇÃO.

Não se aplica			
INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL			
AÇÕES FINALÍSTICAS DO PROGRAMA			
EXERCÍCIOS DE 2009 E 2010			
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA (COLETA DE AMOSTRAS)	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
2.010	60	172	286,67
2009	50	30	60,00
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº ESTAB. FISCALIZADOS/ TOTAL ESTAB..PROGRAMADOS = %		
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA (FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS)	50	70	140,00
2.010			
2.009	60	40	66,67
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE COLHEITA DE AMOSTRAS REALIZADAS/ Nº DE COLHEITA DE AMOSTRAS PROGRAMADOS = %		
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA (FISCALIZAÇÃO DE CREDENCIADAS)	5	5	100,00%
2.010			
2.009	10	10	100,00
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº FISC. EFETIVADAS/ Nº DE FISC. PROGRAMADOS = %		
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA (VOLUME FISCALIZADO -TON)	2.500	4.171	166,84
2010			
2.009	2500	3.084	123,36
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO VOLUME FISCALIZADO/ VOLUME PROGRAMADO = %		

AÇÃO XV – PRODESA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO		
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO		
CÓDIGO NO PPA	DENOMINAÇÃO	
6003	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	
TIPO DO PROGRAMA	FINALÍSTICO	
AÇÃO	7H17	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO
OBJETIVO GERAL		
Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola, do fomento da agroindústria, da gestão de sistemas de rastreabilidade e do acesso às informações e inovações tecnológicas, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor		

agropecuário.									
Objetivos Específicos: Analisar previamente propostas de contrato de repasse.									
GERENTE					RESPONSÁVEL				
ANTONIO HUMBERTO SIMÃO					ELISANGELA PINTO FIGUEIREDO				
PUBLICO ALVO									
Instituições públicas estaduais e municipais, pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.									
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA									EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	não processados					
-	-	-	-	-		-			
Informações sobre os resultados alcançados									
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício			
		Data	Índice inicial	Índice final					
1	R\$							-	
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO									
Não se aplica a esta UJ, no entanto para análise das propostas contendo obras no seu objeto, foram realizadas vistorias prévias com recursos do PI APPRODUTOR, ação 8611.									
FORMULA DO CALCULO DO CUSTO/ ATIVIDADE FISCALIZADA									
Não se aplica a esta UJ									
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO									
Não se aplica a esta UJ									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Metas previstas	Metas analisadas	Meta a ser realizada em 2011
20		6003	8611	P		NPA	-	101	*
20		6003	8611	P		NPE	50	50	*
20		6003	8611	P		NPAP	50	49	*
20		6003	8611	P		NPC	50	36	*
GLOSSARIO:									
NPA		Nº de propostas para análise no SICONV em 2010							
NPE		Nº de propostas empenhadas							
NPAP		Nº de propostas aceitas na SFA-TO							
NPC		Nº de propostas contratadas							
Fonte: SICONV e controles internos									
OBSERVAÇÕES: As propostas não aprovadas e/ou não contratadas deveram-se à presença de irregularidades nos dados cadastrais das proponentes e no atraso do envio da proposta para análise. * Como as metas a serem alcançadas durante o exercício de 2011 serão determinadas através de Sede pela Secretaria de Desenvolvimento do Cooperativismo, não é possível o registro dos quantitativos a serem analisados pela SFA/TO.									
RESULTADO DE AÇÕES FINALISTICAS (tabela complementar)									
SERVIÇO	DPDAG/SFA/TO								
DOCUMENTOS					QUANTIDADE				
					2009		2010		

PARECER PRÉVIO DE VIABILIDADE	235		315
PENALIDADES APLICADAS	APLICADAS (VALOR)	RECOLHIDAS (VALOR)	DIV. ATIVA (VALOR)
MULTAS			
NÃO SE APLICA A ESTA UJ			
ANALISE CRÍTICA			
Sistema de Convênios – SICONV, em constante processo de atualização, dificulta o acesso as informações e a inserção de dados prejudicando o bom andamento do trabalho.			
CUMPRIMENTO DAS METAS FISICAS			
As metas físicas previstas foram executadas, com a análise das propostas apresentadas.			
AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO			
A maior parte das emendas é autorizada no final do ano pelo MAPA/SEDE , o que inviabiliza a análise e aprovação das propostas para contratação em tempo hábil. Para contornar esta situação procede-se uma análise do total das propostas, mesmo sem a garantia de que as mesmas serão autorizadas, acarretando perda de tempo em análises desnecessárias. Outra dificuldade é a falta de preparo das prefeituras para trabalhar no SICONV e rotatividade das pessoas que trabalham com este sistema nas mesmas.			
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS			
A definição das metas não é de responsabilidade da Divisão, o seu quantitativo é indeterminado.			

AÇÕES PRIORITÁRIAS DA LDO			
APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO é prioritária para o MAPA, conforme estabelecido no Anexo I da Lei Federal Nº 12.017, de 12 de agosto de 2009.			
INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL			
ANÁLISE DE PROPOSTAS DE CONTRATO DE REPASSE			
AÇÕES FINALÍSTICAS DO PROGRAMA			
EXERCÍCIOS DE 2009 E 2010			
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA (Nº DE PROPOSTAS ANÁLISADAS)	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
2.010	50	101	202%
2009	43	54	126%
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE PROPOSTAS ENCAMINHADAS PARA ANÁLISE/ Nº DE PROPOSTAS ANALISADAS = %		
ÍNDICE DE EFETIVIDADE (Nº DE PROPOSTAS ANÁLISADAS)	PROGRAMADAS	CONTRATADAS	%
2.010	50	36	72%

2009	43	36	84%
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE CONTRATOS / Nº DE EMPENHOS = %		
INDICE DE EFETIVIDADE (VALOR DAS PROPOSTAS) 2.010	PROGRAMADAS	CONTRATADAS	%
	15.000.000,00	12.474.538,93	83%
2009	9.162.500,00	8.339.218,89	91%
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	VALOR DAS PROPOSTAS CONTRATADAS / VALOR DAS PROPOSTAS EMPENHADAS / Nº = %		
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO			
Um único plano de trabalho com emenda empenhada não aprovado pela SFA-TO, foi devido à proponente ter perdido o prazo máximo estipulado para análise. Os demais planos de trabalhos aprovado não foram contratados pela Caixa Econômica Federal devido às proponentes estarem com pendências em seus dados cadastrais no SICONV.			

ACÃO XVI – PI APOIOAGRIC

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO			
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO			
CÓDIGO NO PPA		DENOMINAÇÃO	
1442		DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	
TIPO DO PROGRAMA		FINALÍSTICO	
AÇÃO	8591	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGRÍCOLAS	
Objetivo Geral			
Apoiar a organização da base produtiva das cadeias agrícolas, por meio de projetos de: Produção Integrada; de Boas Práticas Agrícolas e de Desenvolvimento do Suporte à Produção Integrada, com a promoção, divulgação, logística de pós-colheita e comercialização, bem como de material genético melhorado para as cadeias produtivas do agronegócio			
Objetivos Específicos			
1 - Coordenar e identificar os processos de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio. 2- Implantar o Sistema Agropecuário de Produção Integrada – SAPI.			
GERENTE		RESPONSÁVEL	
ANTÔNIO HUMBERTO SIMÃO		ANTÔNIO HUMBERTO SIMÃO	
PUBLICO ALVO			
Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário			
			EM R\$ 1.00

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
21.196,00	21.196,00	18.607,56	18.607,56	0,00	17.750,23	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	R\$					95,39%
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO						
O índice é obtido através da divisão do valor pago pelo valor liquidado, ou seja, R\$ 17.750,23/R\$ 18.607,56, demonstrando que houve 95,39% de <i>EFICIÊNCIA</i> na execução do orçamento programado.						
FORMULA DO CÁLCULO DO CUSTO / ATIVIDADE REALIZADA						
O cálculo do custo da atividade realizada foi calculado dividindo-se o valor total utilizado para visitas técnicas de campo (R\$ 12.075,28) pelo número de visitas técnicas realizadas (52), chegando-se a um valor de R\$ 232,22, conforme programado.						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
As informações acima levam à conclusão de que o princípio constitucional de ECONOMICIDADE foi atendido.						

EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	601	1442	8591	A	3	VTPI	52	52	60
20	601	1442	8591	A	3	NBPIF	47	47	65
						VALOR	12.955,00	12.075,28	15.000,00
GLOSSÁRIO:									
VTPI			Visitas técnicas para Produção Integrada						
NBPIF			Número de produtores beneficiados através da produção integrada de frutas.						
Fonte: SIPLAN; SIAFI e controles internos									
OBSERVAÇÃO: O alcance das metas previstas para o exercício de 2011 dependerá da disponibilidade de recursos a serem descentralizados à DPDAG/SFA-TO pelo CPIA/DEPROS/SDC/MAPA e da atuação efetiva dos parceiros locais, públicos e privados, por meio do comprometimento de disponibilização de apoio técnico, logístico e financeiro.									

AÇÕES COMPLEMENTARES (Tabela complementar)

AÇÃO	Nº DE PESSOAS PARTICIPANTES	
	PROGRAMADO	EXECUTADO
Participação em reuniões técnicas do MAPA	01	01
Participação em eventos nacionais	01	02
Participação em eventos em outras Unidades da Federação	0	01
ANALISE CRÍTICA		
No ano de 2010, além do Projeto de Produção Integrada de Abacaxi já em execução, estava previsto o início das atividades do Projeto de Produção Integrada de Banana, aprovado junto à Coordenação de Produção Integrada da		

Cadeia Pecuária (CPIP). Porém devido à escassez de recursos, o projeto não foi iniciado no Estado do Tocantins. As ações de acompanhamento, assessoramento e monitoramento do Projeto de Produção Integrada de Abacaxi no Estado do Tocantins são coordenadas pelo Pesquisador da Embrapa/Mandioca e Fruticultura, Dr. Aristóteles Pires de Matos, e executadas mensalmente.

Apesar da Missão do MAPA ser “*promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira*” e na sua Visão de Futuro, prevista para 2015, constar “*o reconhecimento pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio*”, a ação 8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas e o programa a que esta pertence (1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio) não fazem parte do rol das ações prioritárias do MAPA conforme estabelecido no Anexo I da Lei Federal Nº 12.017, de 12 de agosto de 2009

CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS

As metas físicas da ação foram cumpridas.

AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO

A falta de recursos para implantação do Projeto de Produção Integrada de Banana, já aprovado, provocou desmotivação dos produtores e parceiros locais já mobilizados para a implementação do mesmo.

A maior dificuldade encontrada para a expansão dos trabalhos de Produção Integrada no Estado do Tocantins diz respeito a pouca disponibilidade de técnicos para realizar os trabalhos de campo. Ressalta-se ainda que, internamente, para a realização de todas as atribuições regimentais instituídas pela Portaria MAPA Nº 428, de 09/06/2010, o DPDAG/SFA-TO conta apenas com um engenheiro agrônomo e uma zootécista.

AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS

Para que todas as visitas de monitoramento, acompanhamento e assessoramento do Projeto de Produção Integrada de Abacaxi pudessem ser realizadas, foram necessários articulações com setor produtivo e parceiros locais, públicos e privados, uma vez que a CPIA/DEPROS/SDC/MAPA não dispunha dos recursos necessários para o atingimento das metas propostas. Desta forma a participação efetiva desses parceiros, principalmente em termos financeiros, foi fundamental para o desenvolvimento das atividades de Produção Integrada de Abacaxi no Estado.

AÇÕES PRIORITÁRIAS DA LDO

Não se aplica

INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGRÍCOLAS

AÇÕES FINALÍSTICAS DO PROGRAMA

EXERCÍCIOS DE 2009 E 2010

ÍNDICE DE EFICÁCIA (visitas técnicas)	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
2.010	52	52	100,00
2009	08	08	100,00
FORMULA DO CÁLCULO DO ÍNDICE	DIVISÃO DO Nº DE VISITAS TÉCNICAS EXECUTADAS/ TOTAL DE VISITAS TÉCNICAS PROGRAMADAS = %		
ÍNDICE DE EFICÁCIA (Nº de produtores beneficiados pelo Projeto de PI-Abacaxi)	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
	47	47	100,00

2.010			
2.009	39	39	100,00
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE PRODUTORES BENEFICIADOS/ Nº DE PRODUTORES BENEFICIADOS PROGRAMADOS = %		
INDICE DE EFETIVIDADE (Implantação de produção integrada de frutas) 2.010	PROJETOS IMPLANTADOS	PROJETOS APROVADOS	%
	01	02	50,00
2009	01	02	50,00
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE PROJETOS IMPLANTADOS / PROJETOS APROVADOS = %		
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO			
O objetivo da implantação de produção integrada de frutas no estado do Tocantins é aprimorar a atividade frutícola através do uso de boas práticas agrícolas, gerando agregação de valor à produção e sistemas produtivos sustentáveis em termos ambientais, econômicos e sociais. Devido ao êxito alcançado na condução dos trabalhos da Produção Integrada de Abacaxi, tornando-se referência nacional, principalmente após a publicação das Normas Técnicas Específicas, foi elaborado e encaminhado, por solicitação dos parceiros locais, o Projeto de Produção Integrada de Banana. O Projeto foi aprovado, porém por falta de recursos, não foi implantado, o que causou frustrações nos produtores e nos parceiros locais do mesmo. No ano de 2010 tinha-se a expectativa do Projeto da Produção Integrada da Banana ter os recursos liberados para a implantação, o que gerou algumas ações junto aos produtores, principalmente àquelas relacionadas ao Sistema de Mitigação de Risco para Sigatoka Negra.			

AÇÃO XVII – PI APOIOPEC

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO		
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO		
CÓDIGO NO PPA	DENOMINAÇÃO	
1442	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	
TIPO DO PROGRAMA	FINALÍSTICO	
AÇÃO	8598	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS PECUÁRIAS
OBJETIVO GERAL		
Apoiar a organização da base produtiva das cadeias pecuárias, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Pecuárias e de Desenvolvimento Agropecuário do Suporte à Produção Integrada, com a promoção, divulgação, seleção, multiplicação e preservação do material genético animal e a melhoria da eficiência da produção pecuária.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
1- Coordenar e identificar os processos de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio. 2- Implantar o Sistema Agropecuário de Produção Integrada – SAPI.		
GERENTE		RESPONSÁVEL

ANTÔNIO HUMBERTO SIMÃO				ANTÔNIO HUMBERTO SIMÃO					
PUBLICO ALVO									
Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.									
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA							EM R\$ 1,00		
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos				
Inicial	Final								
9.037,98	9.037,98	8.363,05	8.363,05	0,00	8.363,05				
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS									
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício			
		Data	Índice inicial	Índice final					
1	R\$		100%			100,00%			
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO									
O índice é obtido através da divisão do valor pago pelo valor liquidado, ou seja, R\$ 8.363,05 / R\$ 8.363,05, demonstrando que houve 100,00 % de <i>EFICIÊNCIA</i> na execução do orçamento programado.									
FORMULA DO CÁLCULO DO CUSTO / ATIVIDADE REALIZADA									
O cálculo do custo de atividades da ação foi calculado dividindo-se o valor total utilizado pelo número de reuniões, participação em eventos e seminários realizados, chegando-se a um valor de R\$ 2.090,76.									
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO									
As informações acima levam à conclusão de que o princípio constitucional de <i>ECONOMICIDADE</i> foi atendido.									
Observação: O custo unitário da ação acima da média dos demais eventos se deve a necessidade de mobilização de profissionais de fora do estado.									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada a	Meta a ser realizada em 2011
20	602	1442	8598	A	3	Reunião	03	03	-
20	602	1442	8598	A	3	Visita Técnica	01	01	-
As metas para 2011 somente poderiam ser estimadas se houvesse dotação orçamentária para a implementação do Projeto de Produção Integrada de Carne Bovina. Como não há essa dotação e nem previsão para tal, não é possível propor metas para 2011 nessa atividade.									
Ressalta-se que a ação Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias – Nacional envolve outras atividade além da produção integrada, que são desenvolvidas pela DPDAG/TO, tais como: avaliação zootécnica para importação de material genético, registro de empresas leiloeiras e cadastramento e acompanhamento das atividades leiloeiras									
Fonte: SIPLAN; SIAFI e controles internos									
RESULTADO DE AÇÕES FINALÍSTICAS (tabela complementar)									
SERVIÇO		DPDAG							
DOCUMENTOS					QUANTIDADE				
					2009		2010		
Elaboração de projeto para produção integrada de carne bovina no estado do Tocantins					0		1		
AÇÕES COMPLEMENTARES (Tabela complementar)									

AÇÃO	PESSOAS CAPACITADAS		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	
Participação em eventos nacionais	02	02	
ANALISE CRÍTICA			
Foi elaborado, no ano de 2009, através de uma ação conjunta entre SFA-TO e EMBRAPA/Gado de Corte-MS, a partir de demanda de pecuaristas tocantinenses, o Projeto de Produção de Carne Bovina no Tocantins. O Projeto foi entregue em mãos ao Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pelo Governador do Estado do Tocantins, Superintendente da SFA-TO e representante dos pecuaristas. O Projeto foi aprovado na Câmara Técnica do Agronegócio (CT-Agro), porém devido à escassez de recursos, o mesmo não foi iniciado. No ano de 2010 estava previsto o início das atividades do Projeto de Produção Integrada de Carne Bovina, com isso foram realizadas reuniões de articulações com o Coordenador do Projeto, representante dos pecuaristas e parceiros locais e visita técnica a propriedade piloto do Projeto, o que despendeu os recursos financeiros supra mencionados. Apesar da Missão do MAPA ser “<i>promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira</i>” e na sua Visão de Futuro, prevista para 2015, constar “<i>o reconhecimento pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio</i>”, A ação 8598 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias e o programa a que esta pertence (1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio) não fazem parte do rol das ações prioritárias do MAPA conforme estabelecido no Anexo I da Lei Federal Nº 12.017, de 12 de agosto de 2009.			
CUMPRIMENTO DAS METAS FISICAS			
As metas físicas da ação foram cumpridas.			
AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO			
A falta de recursos para a implantação do Projeto de Produção Integrado de Carne Bovina, já aprovado, causou desmotivação e desmobilização por parte dos produtores e parceiros locais para a implementação do mesmo. Ressalta-se ainda que, internamente, para a realização de todas as atribuições regimentais instituídas pela Portaria MAPA Nº 428, de 09/06/2010, o DPDAG/SFA-TO conta apenas com um engenheiro agrônomo e uma zootecnista.			
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS			
A participação efetiva e a motivação do Governo do Estado e pecuaristas em torno do Projeto de Produção Integrada de Carne Bovina.			
AÇÕES PRIORITÁRIAS DA LDO			
Não se aplica			
INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL			
APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS PECUÁRIAS			
AÇÕES FINALISTICAS DO PROGRAMA			
EXERCICIOS DE 2009 E 2010			
INDICE DE EFICÁCIA (reunião do grupo de trabalho de Pícarne)	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
	3	3	100%
2.010			
2009	00	00	100%
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE REUNIÕES EXECUTADAS/ TOTAL DE REUNIÕES PROGRAMADAS = %		
	PROGRAMADOS	ELABORADOS	

INDICE DE EFETIVIDADE (Nº projetos elaborados/ Nº de projetos programados)	01	01	100,00
2.010			
2.009	00	00	-
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº PROJETOS ELABORADOS/ Nº DE PROJETOS PROGRAMADOS = %		
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO			
O Projeto de Produção Integrada de Carne Bovina foi aprovado, porém por falta de recursos, não foi implantado, o que causou frustrações nos produtores e nos parceiros locais do Projeto. No ano de 2010 tinha-se a expectativa do Projeto de Produção Integrada de Carne Bovina ter os recursos liberados para a implantação, o que gerou algumas ações junto aos produtores e parceiros locais beneficiários do mesmo.			

AÇÃO XVIII – PI APPRODUTOR

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO					
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO					
CÓDIGO NO PPA		DENOMINAÇÃO			
6003		PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO			
TIPO DO PROGRAMA		FINALISTICO			
AÇÃO	8611	APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGROPECUÁRIO			
OBJETIVO GERAL					
Apoiar a pequena e a média produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
Incentivar e fomentar a produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, equipamentos de processamento agroindustrial e obras agropecuárias em investimentos de pequeno vulto. Promover a correção de solos. Acompanhar e avaliar projetos que visem o desenvolvimento sustentável da pequena e da média produção, bem como apoiar a realização de eventos técnicos, seminários, palestras, oficinas, fóruns, convenções e cursos técnicos, visando a promoção, o intercâmbio, a divulgação de inovações e o desenvolvimento do agronegócio.					
GERENTE			RESPONSÁVEL		
ANTONIO HUMBERTO SIMÃO			ELISANGELA PINTO FIGUEIREDO		
PUBLICO ALVO					
Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
-	-	13.486,93	13.486,93	0,00	13.361,92

INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS									
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício			
		Data	Índice inicial	Índice final					
1	R\$					99,00%			
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO									
O índice é obtido através da divisão do valor pago pelo valor liquidado, ou seja, R\$ 13.361,92 /R\$ 13.486,93, demonstrando que houve 99% de EFICIÊNCIA na execução do orçamento programado.									
FORMULA DO CALCULO DO CUSTO/ ATIVIDADE FISCALIZADA									
O cálculo do custo da atividade fiscalizada foi obtido através da divisão do valor total pago pelo número de vistorias, fiscalizações e acompanhamento de convênios realizados, chegando-se a um valor de R\$ 890,79.									
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO									
As informações acima levam à conclusão de que o princípio constitucional de ECONOMICIDADE foi atendido.									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	605	6003	8611	A	4	VP	13	13	-
20	605	6003	8611	A	4	AC	04	04	-
20	605	6003	8611	A	4	FCR	00	01	-
GLOSSARIO:									
VP		VISTORIA PRÉVIA DE CONTRATO DE REPASSE							
AC		ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO							
FCR		FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO DE REPASSE							
VALOR		CUSTO TOTAL DAS AÇÕES							
Fonte: SIPLAN; SIAFI e Relatório de acompanhamento de execução das ações									
OBSERVAÇÃO:									
Os 4 convênios vigentes no ano de 2010 foram acompanhados conforme determinado em Portarias Específicas publicadas no Boletim de Pessoal. As vistorias prévias de Contratos de Repasse foram planejadas pelo DPDAG/SFA-TO, estabelecendo como meta a vistoria de 100% das propostas de Contrato de Repasse que contemplasse obras e serviços de engenharia, cujas emendas tivessem sido empenhadas até outubro de 2010, o que totalizou 14 propostas.									
Não foram propostas metas para 2011, pois as atividades a serem desenvolvidas dependem previamente da formalização dos Convênios pela SDC/MAPA e das indicações e empenho das emendas parlamentares. Desta forma, as ações somente são programadas após a formalização dos Convênios e as indicações e empenho das emendas parlamentares, que podem ocorrer ao longo de todo ano, ocorrendo na maioria das vezes no último trimestre do ano, e com frequência no mês de dezembro.									
RESULTADO DE AÇÕES FINALÍSTICAS (tabela complementar)									
SERVIÇO		DPDAG/SFA/TO							
DOCUMENTOS					QUANTIDADE				
					2009		2010		
RELATORIO DE FISCALIZAÇÃO					0		01		
TERMO DE VISTORIA PRÉVIA					0		13		
TERMO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO					08		04		
RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO					0		04		
PENALIDADES APLICADAS					APLICADAS (VALOR)		RECOLHIDAS (VALOR)		DIV. ATIVA (VALOR)
MULTAS									
NÃO SE APLICA									
ANALISE CRÍTICA									
As atividades desenvolvidas nesta ação dependem diretamente das dotações orçamentárias disponíveis e das indicações de emendas parlamentares aos municípios tocantinenses. Assim os Convênios são analisados e aprovados pela SDC/MAPA sem consulta alguma à SFA-TO. Somente após toda a formalização do processo é que nos é solicitado a indicação de um servidor para o acompanhamento in loco da execução física do mesmo.									
Com relação aos Contratos de Repasse ficamos na dependência das indicações dos parlamentares para									

agirmos. Somente após as indicações e empenhos dos recursos é que iniciamos as atividades de análise de viabilidade e compatibilidade com o Programa e as vistorias prévias das propostas que contemplam obras e serviços de engenharia.

CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS

As metas físicas previstas foram totalmente executadas.

AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO

Os problemas encontrados na execução das atividades foram relativos à logística, pois a frota da Divisão encontra-se bastante desgastada.

AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS

Não há metas previamente estabelecidas para que sejam superadas

AÇÕES PRIORITÁRIAS DA LDO

A ação 8611- APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGROPECUÁRIO é prioritária para o MAPA, conforme estabelecido no Anexo I da Lei Federal Nº 12.017, de 12 de agosto de 2009.

INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGROPECUÁRIO

AÇÕES FINALÍSTICAS DO PROGRAMA

EXERCÍCIOS DE 2009 E 2010

ÍNDICE DE EFICÁCIA (ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS)	PROGRAMADOS	ACOMPANHADOS	%
2.010	04	04	100,00
2009	07	07	100,00
FORMULA DO CÁLCULO DO ÍNDICE	DIVISÃO DO Nº DE CONVÊNIOS ACOMPANHADOS/ Nº DE CONVÊNIOS PROGRAMADOS = %		
ÍNDICE DE EFETIVIDADE (Nº CONVÊNIOS)	FORMALIZADOS	REGULARES	%
2.010	4	02	50%
2009	08	05	62,5%
FORMULA DO CÁLCULO DO ÍNDICE	DIVISÃO DO Nº DE CONVÊNIOS REGULARES/ Nº DE CONVÊNIOS FORMALIZADOS = %		
ÍNDICE DE EFICÁCIA (Nº DE VISTÓRIAS PRÉVIAS)	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
	13	13	100,00

2.010			
2009	-	-	-
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE VISTORIAS PREVIAS EXECUTADAS/ Nº DE VISTORIAS PREVIAS PROGRAMADAS = %		
INDICE DE EFETIVIDADE (VISTORIA PRÉVIA)	PROPOSTAS DE CR CORRETAS	TOTAL DE PROPOSTAS DE CR VISTORIADAS	%
	06	13	46,15%
2.010			
2009	-	-	-
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº PROPOSTAS DE CR CORRETAS / TOTAL DE PROPOSTAS DE CR VISTORIADAS = %		
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO			
Observou-se que 50% dos convênios não atenderam aos objetivos do programa, o que demonstra a necessidade de aprimoramento dos critérios utilizados pela SDC para aprovação das propostas de Convênio. Ressalta-se que à DPDAG/SFA-TO em momento algum é consultada sobre a formalização dos Convênios, somente somos indicados formalmente para fazer o acompanhamento dos mesmos após a formalização e liberação dos recursos, não sendo, na maioria das vezes, possível fazer correções no objeto e/ou no plano de trabalho nesta fase. As vistorias prévias de contrato de repasse foram planejadas com o objetivo de diminuir erros frequentes encontrados em planos de trabalhos de propostas contratos de repasse envolvendo obras e serviços de engenharia, por meio de recursos de emendas parlamentares. Tais vistorias têm possibilitado ajustes prévios nas propostas, evitando-se termos aditivos e futuros desperdícios de recursos públicos. Após as vistorias prévias realizadas, 8 das 13 prefeituras vistoriadas modificaram seus planos de trabalhos, adequando-os as suas reais necessidades e à legislação vigente. Para se confirmar a real efetividade destas ações deverá ser verificado, nos próximos anos, se estes contratos foram finalizados com êxito e sem necessidade de reprogramações. Ressalta-se que em 2 das 13 prefeituras vistoriadas houve necessidade de se alterar o objeto da proposta para que o real objetivo da obra/serviço fosse alcançado, respeitando-se as normas técnicas e legais vigentes. Nestes dois casos como o recurso já estava empenhado, houve necessidade de cancelamento do empenho, gerando prejuízo financeiro à Prefeitura de 0,5% do valor total do contrato. Este fato pode ser evitado com a realização do empenho somente após a vistoria prévia e aprovação da proposta no SICONV, o que não vem ocorrendo como procedimento padrão. As ações de acompanhamento de Convênio e Vistoria Prévia de Contratos de Repasse ainda não podem ser comparadas com objetivo de se promover uma análise para verificação anual da melhoria ou não dos índices, pois a cada ano, os Convenientes e Contratados são outros. Somente após alguns anos, quando estes começarem a se repetir poder-se-á fazer análises dessa natureza.			

AÇÃO XIX – PI CERTORGAN

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO		
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO		
CÓDIGO NO PPA	DENOMINAÇÃO	
1442	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	
TIPO DO PROGRAMA	FINALISTICO	
AÇÃO	4720	APLICAÇÃO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA
OBJETIVO GERAL		
Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos.		
Objetivos Específico		

1- Credenciar, supervisionar e auditar entidades certificadoras da produção orgânica; 2- Cadastrar e fiscalizar produtores e produtos orgânicos; 3- Capacitar recursos humanos para a fiscalização e auditorias; 4- Implantar e manter o sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.									
GERENTE					RESPONSÁVEL				
ANTONIO HUMBERTO SIMÃO					ANTONIO HUMBERTO SIMÃO				
PUBLICO ALVO									
Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores, entidades certificadoras e técnicos do setor agropecuário.									
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA									EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos			
Inicial	Final								
4.387,15	4.387,15	2.138,75	2.138,75	0,00	2.138,75				
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS									
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício			
		Data	Índice inicial	Índice final					
1	R\$		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%			
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO									
O índice é obtido através da divisão do valor pago pelo valor liquidado, ou seja, R\$ 2.138,75/R\$ 2.138,75, demonstrando que houve 100% de <i>EFICIÊNCIA</i> na execução do orçamento programado.									
FORMULA DO CÁLCULO DO CUSTO/ATIVIDADE REALIZADA									
O custo de capacitação realizada foi calculado dividindo-se o valor total utilizado pelo número de pessoas capacitadas, chegando-se a um valor de R\$ 1.069,38, conforme programado pela SDC/MAPA, tendo em vista que a capacitação aconteceu fora do estado.									
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO									
As informações acima levam à conclusão de que o princípio constitucional de ECONOMICIDADE foi atendido.									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizad a em 2011
20	125	1442	4720	A	3	Capacitaç ão	2	2	-
GLOSSARIO:									
Capacitação		Nº de pessoas capacitadas							
Fonte: SIPLAN									
A única meta prevista para ser realizada no estado do Tocantins foi a participação de uma reunião com todas as SFA-UFs, em Brasília-DF, promovida pela Coordenação de Agroecologia – COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA. Como o Tocantins ainda não possui produtores credenciados como orgânicos, as ações de fiscalização referentes a aplicação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica será feita sobre demanda e/ou denúncias, não sendo									

possível, portanto, a quantificação de metas para próximo exercício.			
ANALISE CRÍTICA			
Apesar da Missão do MAPA ser “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira” e na sua Visão de Futuro, prevista para 2015, constar “o reconhecimento pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio”, a ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica e o programa a que esta pertence (1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio) não fazem parte do rol das ações prioritárias do MAPA conforme estabelecido no Anexo I da Lei Federal Nº 12.017, de 12 de agosto de 2009.			
AÇÕES PRIORITÁRIAS DA LDO			
Não se aplica			
INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL			
APLICAÇÃO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA			
AÇÕES FINALÍSTICAS DO PROGRAMA			
EXERCÍCIOS DE 2009 E 2010			
ÍNDICE DE EFICÁCIA (participação em capacitações)	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
	01	01	100,00
2.010			
2009	01	01	100,00
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	Nº DE CAPACITAÇÕES EXECUTADAS / Nº DE CAPACITAÇÕES PROGRAMADAS		
ÍNDICE DE EFETIVIDADE (Número de Unidades Controladas)	EXISTENTES	REGULARES	%
	0	0	-
2.010			
2009	0	0	-
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	Nº DE UNIDADES CONTROLADAS EXISTENTES / Nº DE UNIDADES CONTROLADAS REGULARES		
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO			
Desta forma os trabalhos serão executados conforme demanda e/ou denúncias. As ações de capacitações promovidas pela COAGRE/SDC/MAPA partiram de uma demanda dos DPDAGs/UFs e foram importantes para esclarecer algumas dúvidas dos técnicos responsáveis pelas ações nos Estados, além de harmonizar os procedimentos de fiscalização entre eles, visto que as ações de controle e fiscalização da aplicação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica entrarão em vigor a partir de janeiro de 2011 e o Estado do Tocantins ainda não apresenta unidades de produção orgânica controladas para serem fiscalizadas.			

ACÃO XX – PI DESENGORG

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO						
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
CÓDIGO NO PPA		DENOMINAÇÃO				
1426		CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE				
TIPO DO PROGRAMA		FINALÍSTICO				
AÇÃO	8606	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA - PRÓ-ORGÂNICO				
OBJETIVO GERAL						
1- Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacionais e internacionais; 2- Viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; 3- Articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural.						
Objetivos Específicos						
1 - Ampliar o número de técnicos capacitados da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica. 2- Promover o acesso ao crédito, com características diferenciadas, que considere as particularidades do sistema de produção orgânica; 3- Divulgar o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; 4-Fomentar e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica; 5-Realizar e participar de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais; 6- Articular a formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares.						
GERENTE			RESPONSÁVEL			
ANTONIO HUMBERTO SIMÃO			ANTÔNIO HUMBERTO SIMÃO			
PUBLICO ALVO						
Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária, agricultores familiares.						
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA						EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
4.500,00	4.500,00	3.004,34	3.004,34	0,00	3.004,34	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	R\$		100,00%	100,00%	100,00%	100%
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO						
O índice é obtido através da divisão do valor pago pelo valor liquidado, ou seja, R\$ 3.004,34/R\$ 3.004,34, demonstrando que houve 100,00% de <i>EFICIÊNCIA</i> na execução do orçamento programado.						
FORMULA DO CALCULO DO CUSTO/ATIVIDADES						
A Divisão participou de quatro atividades relativas a esta ação, sendo necessário, em média, R\$ 751,00 por atividade.						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						

As informações acima levam à conclusão de que o princípio constitucional de ECONOMICIDADE foi atendido.

EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	665	1426	8606	A	3	APE	2	1	2
20	665	1426	8606	A	3	ADSA	1	1	-
20	665	1426	8606	A	3	RCPOrg	4	4	4
20	665	1426	8606	A	3	PRAE	0	10	-
GLOSSÁRIO:									
APE			APOIO E PROMOÇÃO DE EVENTOS						
ADSA			AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES DE ADUBOS VERDES						
RCPOrg			REUNIÕES DA COMISSÃO ESTADUAL DA PRODUÇÃO ORGÂNICA (CPOrg-TO)						
PRE			PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES, AÇÕES E EVENTOS LIGADOS À AGROECOLOGIA						
Fonte: SIAFI, SIPLAN, SFA-TO									
Observação: Devido à insuficiência de recursos disponíveis para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica no Tocantins, estão sendo programadas apenas duas atividades que implicam em disponibilidade de recursos: promoção e organização da Semana dos Alimentos Orgânicos e promoção do Seminário Estadual de Agroecologia. A realização das reuniões ordinárias da Comissão da Produção Orgânica do Estado do Tocantins (CPOrg-TO), programadas para o exercício de 2011, não envolve dispêndio direto de recursos orçamentários. As demais atividades, como a participação em reuniões e eventos, serão realizadas conforme as demandas dos produtores e parceiros locais.									

RESULTADO DE AÇÕES FINALÍSTICAS (tabela complementar)

SERVIÇO	DPDAG/SFA/TO		
DOCUMENTOS	QUANTIDADE		
	2009	2010	
BENEFICIÁRIOS DA CAMPANHA DOS ALIMENTOS ORGÂNICOS	600	800	
PRODUTORES BENEFICIÁRIOS DO BANCO COMUNITÁRIO DE SEMENTES DE ADUBOS VERDES	08	14	
INSTITUIÇÕES BENEFICIÁRIAS DO BANCO COMUNITÁRIO DE SEMENTES DE ADUBOS VERDES	02	04	
PENALIDADES APLICADAS	APLICADAS (VALOR)	RECOLHIDAS (VALOR)	DIV. ATIVA (VALOR)
MULTAS			
NÃO SE APLICA			
ANÁLISE CRÍTICA			
Devido ao contingenciamento de recursos não foi possível a promoção do Seminário Estadual de Agroecologia, previsto na atividade de apoio e promoção de eventos.			
CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS			
Excetuando-se a realização do Seminário de Agroecologia, todas as outras metas foram alcançadas.			

AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO			
Não houve ações com problemas significativos			
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS			
Não houve ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas.			
AÇÕES PRIORITÁRIAS DA LDO			
Não se aplica			
INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL			
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA - PRÓ-ORGÂNICO			
AÇÕES FINALÍSTICAS DO PROGRAMA			
EXERCÍCIOS DE 2009 E 2010			
ÍNDICE DE EFICÁCIA (Aquisição de Sementes de Adubos Verdes) 2.010	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
	210 kg	210 kg	100,00
2009	-	-	-
ÍNDICE DE	DIVISÃO DO Nº SEMENTES EXECUTADAS / TOTAL DE AQUISIÇÃO DE SEMENTES PROGRAMADAS = %		
ÍNDICE DE EFICÁCIA (Nº de pessoas beneficiadas na Semana dos Alimentos Orgânicos) 2.010	PROGRAMADOS	EXECUTADOS	%
	350	700	200.00
2.009	200	300	150,00
FORMULA DO CÁLCULO DO ÍNDICE	DIVISÃO DO Nº DE BENEFICIÁRIOS EXECUTADOS / Nº DE BENEFICIÁRIOS PROGRAMADOS = %		
ÍNDICE DE EFICÁCIA (Produtores beneficiários pelo banco de sementes de adubos verdes) 2.010	PROGRAMADOS	EXECUTADOS	%
	20	14	70,0
2.009	-	-	-
FORMULA DO CÁLCULO DO ÍNDICE	DIVISÃO DO Nº DE BENEFICIÁRIOS EXECUTADOS/ Nº DE BENEFICIÁRIOS PROGRAMADOS = %		
ÍNDICE DE EFICÁCIA (Apoio e Promoção de Eventos) 2.010	PROGRAMADOS	EXECUTADOS	%
	2	1	50,0

2.009	2	1	50,0
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE EVENTOS EXECUTADOS/ Nº DE EVENTOS PROGRAMADOS = %		
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO			
Foram programados dois grandes eventos: a Semana Nacional dos Alimentos Orgânicos e o Seminário Estadual de Agroecologia, por motivo de contingenciamento de recursos só foi possível realizar a Semana dos Alimentos Orgânicos. Em 2010, o número de pessoas beneficiadas pelas atividades desenvolvidas durante a Semana superou o programado. Com relação ao Programa Bancos Comunitários de Sementes de Abubos Verdes as aquisições de sementes programadas foram executadas e dos 20 produtores previstos para serem beneficiados, 14 foram atendidos.			

AÇÃO XXI – PI FISCAGRIC1

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO						
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
CÓDIGO NO PPA		DENOMINAÇÃO				
0375		QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS				
TIPO DO PROGRAMA		FINALÍSTICO				
AÇÃO	2177	FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS				
OBJETIVO GERAL						
Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS						
1- Fiscalizar as empresas prestadoras de serviços agrícolas e proprietários de aviões agrícolas; 2 -Registrar e manter cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas;						
GERENTE			RESPONSÁVEL			
JOSÉ DOURADO JÚNIOR - SEFAG/DDA/SFA-TO ANTONIO HUMBERTO SIMÃO -DPDAG			RODRIGO FLEURY CURADO – SEFAG/DDA/SFA-TO ANTÔNIO HUMBERTO SIMÃO – DPDAG/SFA-TO			
PUBLICO ALVO						
Agricultores, empresas prestadoras de serviços agrícolas, proprietários de avião agrícola						
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA						EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
17.150,00	17.150,00	9.893,52	9.893,52	0,00	9.273,53	
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	R\$					94%
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO						

O índice é obtido através da divisão do valor pago pelo valor liquidado, ou seja, R\$ 9.273,52/R\$ 9.893,52, demonstrando que houve 94% de *EFICIÊNCIA* na execução do orçamento programado.

FORMULA DO CALCULO DO CUSTO/EMPRESA FISCALIZADA

O custo por empresa fiscalizada *foi reduzido* em aproximadamente 31% do valor programado, uma vez que foi previsto o custo de R\$ 1429,17 por fiscalização e aplicados R\$ 448,74 por fiscalização

ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO

As informações acima levam à conclusão de que o princípio constitucional de ECONOMICIDADE foi atendido.

EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	125	375	2177	A	3	Fiscalização realizada	12	21	12

GLOSSÁRIO:

Fonte: SIPLAN

Observação: Foram realizadas mais fiscalizações do que o programado e com menor gasto de recursos. Isto deveu-se ao fato de que algumas empresas demandaram mais de uma fiscalização.

A meta para 2011 será a mesma de 2010, tendo em vista que até o momento não houve registro de novas empresas no mercado.

RESULTADO DE AÇÕES FINALÍSTICAS (tabela complementar)

SERVIÇO	DPDAG/SFA/TO		
DOCUMENTOS	QUANTIDADE		
	2009	2010	
RELATORIA DE PROCESSOS DE AUTO DE INFRAÇÃO	-	07	
AUTO DE INFRAÇÃO	-	06	
PENALIDADES APLICADAS	APLICADAS (VALOR)	RECOLHIDAS (VALOR)	DIV. ATIVA (VALOR)
MULTAS *	0,00	0,00	0,00

* OBS: Os processos contendo os autos de infração foram relatados em primeira instância em 2010, sendo que os julgamentos e a aplicação das penalidades ocorrerão no ano de 2011. Daí a ausência da aplicação das multas, mesmo tendo sido lavrados autos de infração.

AÇÕES COMPLEMENTARES (Tabela complementar)

AÇÃO	PESSOAS CAPACITADAS	
	PROGRAMADO	EXECUTADO
Participação no Congresso Nacional de Aviação Agrícola	01	02

ANÁLISE CRÍTICA

As atividades relativas à Ação Fiscalização de Serviços Agrícolas foram todas realizadas sob a responsabilidade do SEFAG/DDA/SFA-TO. A atividade passou a ser de responsabilidade da DPDAG/SFA-TO com a publicação da Portaria MAPA N°428/2010. A DPDAG/SFA-TO somente acompanhou fiscalizações de rotina, a quatro empresas agroagrícolas registradas no MAPA, no mês de dezembro/2010.

Ressalta-se que para atuação nas atividades relativas a esta Ação, o servidor deverá ser Fiscal Federal Agropecuário, Engenheiro Agrônomo e possuir Curso de Coordenador em Aviação Agrícola, com certificado expedido por empresa credenciada no MAPA, sendo que a Divisão no momento não dispõe, no seu quadro técnico, servidor com essa qualificação.

CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS

As metas físicas executadas foram maiores que as previstas.

AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO			
Não houve problemas na execução da meta			
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS			
Foi realizado um maior número de fiscalizações do que o programado.			
AÇÕES PRIORITÁRIAS DA LDO			
Não se aplica			
INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL			
FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS			
AÇÕES FINALISTICAS DO PROGRAMA			
EXERCICIOS DE 2009 E 2010			
ÍNDICE DE EFICICÁCIA (Nº de Fiscalizações) 2.010	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
	12	21	175,00
2009	-	-	-
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE FISCALIZAÇÕES EXECUTADAS / Nº DE FISCALIZAÇÕES PROGRAMADAS = %		
ÍNDICE DE EFETIVIDADE (Nº de Empresas Fiscalizadas) 2.010	TOTAL	REGULARES	%
	10	04	40,00%
2.009	-	-	-
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE EMPRESAS FISCALIZADA TOTAL / Nº DE EMPRESAS FISCALIZADAS REGULARES = %		
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO			
Conforme já comentado foram executadas mais fiscalizações que o programado, com um uso de recurso menor que o estimado, o que demonstra boa eficácia na execução dos trabalhos e economicidade nos gastos públicos. Das empresas fiscalizadas 60% apresentaram irregularidades. Espera-se, para 2011, que com os autos de infração e as sanções administrativas aplicadas, este índice melhore e as empresas atuem de forma regular, conforme estabelecido na legislação vigente. Vale ressaltar que para se obter uma maior efetividade nas atividades referentes a Ação Fiscalização de Serviços Agrícolas, faz-se necessário a lotação na DPDAG/SFA-TO de mais servidores qualificado para a execução das ações.			

AÇÃO XXII – PI FISCONTRATO

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO	
CÓDIGO NO PPA	DENOMINAÇÃO

6003		PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO							
TIPO DO PROGRAMA			FINALISTICO						
AÇÃO	2B17	FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE							
OBJETIVO GERAL									
Acompanhar a execução de contratos de repasse formalizados com entidades públicas federais, estaduais e municipais.									
Objetivos Específicos:									
Fiscalizar, acompanhar e avaliar os contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua, por amostragem ou denúncias.									
GERENTE					RESPONSÁVEL				
ANTONIO HUMBERTO SIMÃO					VICENTE DE PAULA ELISÂNGELA PINTO FIGUEIREDO				
PUBLICO ALVO									
Órgãos e Entidades Públicas, pequenos e médios produtores rurais, cooperativas, associações de produtores e criadores e entidades públicas que figurem como beneficiários dos projetos.									
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA									EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Restos a Pagar não processados		Valores Pagos	
Inicial	Final								
-	R\$ 7.413,47	7.413,47		7.206,84		0,00		6.853,83	
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS									
Orde m	Indicador (Unidade medida)		Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício		
			Data	Índice inicial	Índice final				
1	R\$						92,45 %		
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO									
O índice é obtido através da divisão do valor pago pelo valor liquidado, ou seja, R\$ 6.853,83 / R\$ 7.413,47, demonstrando que houve 92,45 % de EFICIÊNCIA na execução do orçamento programado.									
FORMULA DO CALCULO DO CUSTO/CONTRATO FISCALIZADO									
O custo por contrato fiscalizado foi reduzido em 32,37 % do valor programado, uma vez que foi estimado um custo de R\$ 320,10 e aplicados R\$ 216,47 por contrato fiscalizado, uma vez que foram programadas 17 fiscalizações e executadas 19.									
OBSERVAÇÕES:									
A diferença entre o valor aplicado em custeio da ação e o total gasto, R\$ 1.411,97, refere-se a gasto com manutenção do veiculo utilizado pela Divisão.,									
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO									
As informações acima levam à conclusão de que o principio constitucional de ECONOMICIDADE foi atendido e que as metas executadas extrapolaram o programado.									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	122	6003	2B17	A	3	CONTR	17	23	*
20	122	6003	2B17	A	3	PREF	8	9	*
20	122	6003	2B17	A	3	VP	1	1	*

20	122	6003	2B17	A	3	ACOMP	1	1	*
						VALOR	7.413,47	6.853,83	
GLOSSARIO:									
PREF			PREFEITURAS FISCALIZADAS						
CONTR			CONTRATOS FISCALIZADOS						
VP			VISTORIA PRÉVIA DE CONTRATO DE REPASSE						
ACOMP			ACOMPANHAMENTO <i>in loco</i> DA EXECUÇÃO FÍSICA DE CONVÊNIO						
VALOR			CUSTO TOTAL DA AÇÃO						
Fonte: SIPLAN, SIAFI e relatório de acompanhamento de execução das ações									
Como já supramencionado, além da fiscalização dos contratos de repasse programados pelo DIEL/SDC/MAPA, por meio do Plano de Fiscalização de Contratos de Repasse, foram incluídos a fiscalização de mais seis contratos de repasse, sendo este o motivo da superação das metas programadas pelo DIEL/SDC/MAPA.									
As metas a serem alcançadas durante o exercício de 2011 são determinadas pelo DIEL/SDC/MAPA, por meio do Plano de Fiscalização de Contratos de Repasse, que leva em consideração da disponibilidade orçamentária para a execução da ação.									
RESULTADO DE AÇÕES FINALISTICAS (tabela complementar)									
SERVIÇO		DPDAG/SFA/TO							
DOCUMENTOS					QUANTIDADE				
					2009		2010		
RELATORIO DE FISCALIZAÇÃO					17		23		
TERMO DE VISTORIA PRÉVIA					-		01		
TERMO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO					-		01		
ANALISE CRÍTICA									
Observa-se que os recursos investidos através de Contratos de Repasse não contribuindo de forma satisfatória para desenvolvimento do setor agropecuário. Alguns bens são adquiridos/construídos sem a participação do público alvo, em sua maioria pequenos e médios produtores agropecuários, deixando, com isso, de atender as suas verdadeiras necessidades. Com objetivo de um melhor aproveitamento dos recursos, há necessidade de que sejam propiciados mecanismos para uma análise mais profunda das propostas pela Divisão, principalmente no que se refere à capacidade das futuras contratadas para cumprir e executar as metas propostas nos planos de trabalho. Percebe-se a necessidade de uma maior discussão acerca do alcance dos objetivos das emendas parlamentares, dentre outras, a promoção de reuniões com todos os atores do programa, quais sejam, parlamentares, prefeitos, governadores, secretários de estado, representantes da SDC/MAPA, das SFAs e da Caixa Econômica Federal com o objetivo de reavaliar a forma de gerenciamento do Programa, desde a indicação e aprovação da emenda até a prestação de contas final, fazendo com os recursos sejam verdadeiramente aplicados de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira, missão estratégica do MAPA. Com o objetivo de acelerar os trabalhos de fiscalização dos Contratos de Repasse, é importante a manutenção do sistema de sorteios, porém, por regiões do Estado. Desta forma, sorteando-se os municípios de maior relevância, a equipe de fiscalização executaria os trabalhos nas prefeituras sorteadas e em outras próximas a elas, fato que provocaria reflexos importantes no principal objetivo da ação de fiscalização, que consiste na redução dos contratos de repasse em situação de irregularidade e/ou não conformidade.									
CUMPRIMENTO DAS METAS FISICAS									
As metas físicas previstas foram totalmente executadas, o que contribuiu para o conhecimento da situação dos contratos, indicando a necessidade da adoção de providências no sentido de se exigir um melhor aproveitamento dos bens adquiridos/construídos com recursos do Orçamento Geral da União, fazendo com que o programa alcance plenamente os objetivos propostos.									
AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO									
Não houve problemas na execução das ações de fiscalização de contratos de repasse.									
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS									
As metas executadas foram extrapoladas, tanto no e aspecto físico quanto no financeiro, uma vez que foram executadas a custo menor do que o estabelecido.									
AÇÕES PRIORITÁRIAS DA LDO									
NÃO SE APLICA.									

INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL			
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE			
AÇÕES FINALISTICAS DO PROGRAMA			
EXERCICIOS DE 2009 E 2010			
INDICE DE EFICÁCIA (Prefeituras Fiscalizadas) 2.010	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
	08	09	112,5
2009	14	13	92,9
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE PREFEITURAS FISCALIZADAS EXECUTADAS/ TOTAL PREFEITURAS FISCALIZADAS PROGRAMADAS = %		
INDICE DE EFICÁCIA (Nº de Contratos de Repasse Fiscalizados) 2.010	17	23	135,3
2.009	32	32	100,0
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE CONTRATOS FISCALIZADOS EXECUTADOS/ Nº DE CONTRATOS FISCALIZADOS PROGRAMADOS = %		
INDICE DE EFETIVIDADE (Prefeituras Fiscalizadas) 2.010	TOTAL	REGULARES	%
	09	01	11,1
2.009	30	15	50,0
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE PREFEITURAS FISCALIZADAS REGULARES / Nº TOTAL DE PREFEITURAS FISCALIZADAS = %		
INDICE DE EFETIVIDADE (Nº de Contratos de Repasse Fiscalizados) 2.010	23	10	43,5
2.009	30	15	50,00
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE CONTRATOS FISCALIZADOS REGULARES/ Nº TOTAL DE CONTRATOS FISCALIZADAS = %		
INDICE DE EFETIVIDADE (Valor Fiscalizado) 2.010	R\$ 7.252.377,83	R\$ 2.386.707,33	32,9
2.009	R\$ 9.719.112,75	R\$ 3.334.085,39	34,30
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO VALOR DE CONTRATOS REGULARES / VALOR TOTAL DOS CONTRATOS FISCALIZADOS = %		
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO			
De acordo com o Plano de Fiscalização de Contratos de Repasse do MAPA, a Fiscalização de Contratos de Repasse, no âmbito da SFA/TO, tiveram inicio no ano de 2009.			
No ano de 2010 foram alvos da Ação, 9 (Nove) prefeituras, havendo sido fiscalizados 23 Contratos de Repasse. Constatou-se que 56,5% dos contratos fiscalizados apresentavam algum tipo de não conformidade. Considerando-se			

valor fiscalizado, quase R\$ 4.900.000,00 do total de R\$ 9.719.112,36, o referido índice passa para 67%, caracterizando que somente 33% do valor investido está sendo utilizado de forma a contribuir para o alcance dos objetivos do Programa. Percebe-se que os valores de efetividade na execução dos contratos de repasse fiscalizados no ano de 2010 muito se assemelham aos obtidos no ano de 2009, fato que deve ser atribuído à fiscalização de prefeituras ainda não fiscalizadas, demonstrando assim a coerência das informações obtidas. Somente será possível mensurar os efetivos efeitos da fiscalização a partir da repetição das fiscalizações em contratadas já fiscalizadas. Outras preocupações da Divisão são os indícios de irregularidades nos processos licitatórios, uma vez que as exigências da legislação vigente (Lei Nº 10.520/2002 e Decretos Nº 5.450/2005), não vêm sendo atendidas, bem como o fato de proponentes nos quais foram constatadas irregularidades na execução dos contratos, continuarem sendo beneficiadas.

INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL			
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE			
AÇÕES FINALISTICAS DO PROGRAMA			
EXERCICIOS DE 2009 E 2010			
INDICE DE EFICACIA (participação em reuniões de planejamento) 2.010	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
	01	01	100,00
2009	-	-	100,00
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	Nº DE PARTICIPAÇÕES REALIZADAS / Nº DE PARTICIPAÇÕES PROGRAMADAS		
INDICE DE EFETIVIDADE (Projetos de IGs no Estado) 2.010	PROGRAMADAS	IMPLANTADOS	%
	-	-	-
2009	-	-	-
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	Nº DE PROJETOS DE IGs IMPLANTADOS / Nº DE PROJETOS DE IGs PROGRAMADOS		
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO			
Ainda não se tem Projetos de IG ou outros signos distintivos implantados no Estado. Este fato deve-se a organização ainda incipiente da base produtiva e do desconhecimento, na maioria das vezes, sobre os procedimentos para se obter uma IG de produtos agropecuários e os benefícios que este registro junto ao INPI traz em termos de agregação de valor ao produto final.			
Desta forma, como a CIG/DEPTA/SDC/MAPA apresenta recursos limitados para o fomento das atividades relativas à Ação 2B47 – Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários, fica-se muito dependente dos interesses e dos recursos financeiros disponíveis dos produtores e parceiros estaduais para o desenvolvimento destas atividades, o que justifica a ausência de projetos de IG ou outros signos distintivos implantados no Estado do Tocantins.			

AÇÃO XXIII – PI INDGRAE

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO		
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO		
CÓDIGO NO PPA	DENOMINAÇÃO	
393	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	
TIPO DO PROGRAMA	FINALÍSTICO	
AÇÃO	2B47	FOMENTO À INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS
OBJETIVO GERAL		

Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados.									
OBJETIVOS ESPECÍFICOS									
1- Apoiar projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos; 2- Realizar estudos e diagnósticos de produtos agropecuários; 3- Realizar programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais; 4- Orientar, promover e acompanhar processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG; 5- Incrementar a produção de produtos agropecuários que têm potencial de reconhecimento como IG; 6- Auditar as cadeias produtivas protegidas como IG.									
GERENTE					RESPONSÁVEL				
ANTONIO HUMBERTO SIMÃO					ANTONIO HUMBERTO SIMÃO				
PUBLICO ALVO									
Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro									
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA									EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Restos a Pagar não processados		Valores Pagos	
Inicial	Final								
2.003,90	2.003,90	1.652,92		1.652,92		0,00		1.652,92	
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS									
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício			
		Data	Índice inicial	Índice final					
1	R\$					100,00%			
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO									
O índice é obtido através da divisão do valor pago pelo valor liquidado, ou seja, R\$ 1.652,92/R\$ 1.652,92, demonstrando que houve 100% de <i>EFICIÊNCIA</i> na execução do orçamento programado.									
FORMULA DO CÁLCULO DO CUSTO/ATIVIDADE REALIZADA									
A única atividade executada para esta ação foi a participação, em reunião, convocada pela Coordenação de Indicação Geográfica (CIG/DEPTA/SDC/MAPA), em Brasília-DF, onde foi utilizado a totalidade do recurso liquidado.									
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO									
As informações acima levam à conclusão de que o princípio constitucional de <i>ECONOMICIDADE</i> foi atendido.									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	665	393	2B47	A	3	Reunião de Planejamento	1	1	-
Fonte: SIPLAN; SIAFI e SFA-TO									
RESULTADO DE AÇÕES FINALÍSTICAS (tabela complementar)									
SERVIÇO		DPDAG							
DOCUMENTOS					QUANTIDADE				

	2009	2010
NÃO SE APLICA		
PENALIDADES APLICADAS	APLICADAS (VALOR)	RECOLHIDAS (VALOR)
NÃO SE APLICA		

AÇÕES COMPLEMENTARES (Tabela complementar)

AÇÃO	PESSOAS CAPACITADAS	
	PROGRAMADO	EXECUTADO
Participação em Reunião Técnica Nacional de Planejamento de Ações	01	01

ANALISE CRÍTICA

Existem no Tocantins duas demandas para o fomento da Indicação Geográfica e / ou Signos Distintivos dos produtos - “Cachaça dos Azuis” e das “Sementes das Várzeas Tropicais Tocantinenses”, porém a primeira necessita que seus produtores regularizem o registro de seus produtos (cachaça) junto ao MAPA, para se dar continuidade de seus trabalhos e a segunda não teve continuidade por problemas orçamentários para a segunda fase do projeto, que envolveria a organização da documentação e dos produtores beneficiados para postar o Projeto de solicitação da Indicação Geográfica junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

CUMPRIMENTO DAS METAS FISICAS

A reunião prevista foi executada conforme programado.

AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO

Os trabalhos de fomento de IGs e signos distintivos no Tocantins dependem da ação dos parceiros estaduais e do interesse dos produtores beneficiados, além de recursos externos. Desta forma, sem a participação e interesse efetivo, em termos técnicos e financeiros, desses parceiros, dificulta as atividades relacionadas com a Ação Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.

Ressalta-se ainda o reduzido corpo técnico da DPDAG/SFA-TO, composto de um engenheiro agrônomo e uma zootenista, para a execução de todas as atribuições designadas na Portaria MAPA Nº428/2010.

AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS

Não houve superação significativa das metas.

AÇÕES PRIORITÁRIAS DA LDO

Não se aplica.

INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

FOMENTO À INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

AÇÕES FINALÍSTICAS DO PROGRAMA

EXERCÍCIOS DE 2009 E 2010

ÍNDICE DE EFICÁCIA (participação em reuniões de planejamento)	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
2.010	01	01	100,00
2009	-	-	100,00

FORMULA DO CALCULO DO INDICE	Nº DE PARTICIPAÇÕES REALIZADAS / Nº DE PARTICIPAÇÕES PROGRAMADAS		
INDICE DE EFETIVIDADE (Projetos de IGs no Estado) 2.010	PROGRAMADAS	IMPLANTADOS	%
	-	-	-
2009	-	-	-
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	Nº DE PROJETOS DE IGs IMPLANTADOS / Nº DE PROJETOS DE IGs PROGRAMADOS		
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO			
Recursos limitados para o fomento das atividades relativas à Ação, aliados à organização incipiente da base produtiva e ao desconhecimento dos produtores, na maioria das vezes, sobre os procedimentos para se obter uma Indicação Geográfica e seus benefícios, justificam a ausência de projetos de Indicação Geográfica ou outros signos distintivos implantados no Estado do Tocantins.			

AÇÃO XXVI – PI MANUTSFAS

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO						
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
Código no PPA: 0750		APOIO ADMINISTRATIVO				
Tipo do Programa: Apoio as políticas publicas e áreas especiais						
Objetivo Geral: Prover os órgãos da união dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus órgãos finalísticos.						
Objetivos Específicos: Apoiar a área finalística dos meios necessários a execução dos programas e ações sob a responsabilidade da SFA-TO.						
Gerente:			Responsável: Jalbas Aires Manduca			
Público Alvo: Governo						
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
700.433	667.500	700.433	667.500	92.921	525.616	
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS						
Orde m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não se aplica	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						
Orde m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Não se aplica	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99

Fórmula de Cálculo do Índice
Texto ...
Análise do Resultado Alcançado
Texto
Fonte:

4. EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS DA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	122	750	4716	A	3	Não se aplica	Não se aplica		
Fonte:									

5. IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC.PEC.E ABAST. NO ESTO DO TOCANTINS	22000	130018
Fonte: SIAFI		

6. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa						Valores em R\$ 1,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	130018				1.845.823
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
<u>Movimentação Interna</u>	<u>Concedidos</u>					
	<u>Recebidos</u>	<u>130018</u>	<u>449052</u>	<u>1.302.384</u>		
<u>Movimentação Externa</u>	<u>Concedidos</u>					
	<u>Recebidos</u>					
Fonte: SIAFI						

7. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ			Valores em R\$ 1,00
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada	Despesa paga	

	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	786.485	1.827.199	786.485	715.343
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	220.655	103.489	220.655	103.489
Inexigibilidade	37.641	46.200	37.641	56.200
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	133.527	32.639	133.527	32.639
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	5540.898	7.911.778	5540.898	7.911.778
Diárias	364.588	353.902	364.588	353.902
Outros				
Fonte:				

8. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

DESPESAS <u>CORRENTES</u> POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	6.792.955	7,911,778	6.792.955	7,911,778				
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
3339014	364.588	153.902	364.588	153.902				
3339033	182.044	181.990	182.044	181.990				
3339037	97.799	209.365	97.799	209.365				
Demais elementos do grupo	468.165	350.054	468.165	350.054				
Fonte:								

9. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

DESPESAS DE <u>CAPITAL</u> POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
449052-42	0	182.539	0	139.830	0	42.709	0	
409052-52	277.500	1.017.784	277.500	0		1.017.784		
40.90.52-35	9.005	13.679	9.005			13.789		
Demais elementos do grupo	7.464	17.590		7.464	101.256	17.590	26.947	
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

10. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010	
2009	1.641			1.641	
2008	0	0	0	0	
...					
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010	
2009	15.878	7.735	5.353	2.790	
2008	51.6038	5.325	48.712	23.600	

...				
Observações:				

11. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – Tabela I

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	48	48	02	0
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira	47	47	2	0
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	47	47	2	0
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	7	7	2	0
1.4.1 Cedidos	5	5	0	0
1.4.2 Removidos	0	0	0	0
1.4.3 Licença remunerada	2	2	2	0
1.4.4 Licença não remunerada				
2 Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	1	1		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas	3	3	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	3	3	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total	0	0	0	0
Fonte: SIAPE				
Posição: 31/12/2010				

12. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – Tabela 2

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010					
Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo	3	13	9	9	15
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	3	13	8	8	15
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	1	1	-
2. Provedimento de cargo em comissão	0	3	5	5	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	2	3	2	-
2.3. Funções gratificadas	-	1	2	3	-
Fonte: SIAPE – Posição em 31/12/2010					

13. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – Tabela 3

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010									
Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	0	1	2	5	7	34	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	1	2	5	6	33	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	1	1	-	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão	0	0	0	1	4	8	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1	6	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	1	3	2	-	-	-
LEGENDA Nível de Escolaridade 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.									
Fonte: SIAPE – Posição 31/12/2010									

14. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – Tabela 4

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010		
Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	0	0
1.1 Voluntária	8	0
1.2 Compulsório	0	0

1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras		
2 Proporcional	0	0
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsório	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
Fonte: SIAPE		
Posição: 31/12/2010		

15. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – Tabela 5

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010		
Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	8	0
2. Proporcional	0	0
Fonte: SIAPE		
Posição: 31/12/2010		

16. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – Tabela 6

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(Valores em R\$ 1,00)
Nível superior					38.242,00
• Área Fim	03	03	03	03	
• Área Meio	02	02	02	02	
Nível Médio	0	0	0	0	7.691,46
• Área Fim	0	0	0	0	
• Área Meio	2	2	2	2	
Fonte: SIAPE					
Posição: 31/12/2010					

17. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – Tabela 7

CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010.								Valores em R\$ 1,00
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-

2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	1.415.216,26	4.283,01	1.276.547,99	250.153,67	143.870,17	-	1.079,84	3.091.1509 5
2009	2.225.061,84	-	2.401.624,11	324.866,11	162.413,04	677,22	42.798,14	5.157.440,4 6
2010	2.625.618,38	423,14	2.884.744,99	400.271,31	222.006,52	56.154,00	44.075,67	6.233.294,0 1
Servidores com Contratos Temporários								
2008	1.351,13	-	2.850,00	7.606,32	8.295,87	81,37	18.651,68	38.836,37
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	12.322,75	-	2.801,35	-	630,00	-	-	15.754,10
2009	89.645,24	-	9.776,50	-	3.234,58	-	-	102.656,32
2010	90.732,30	-	7.582,23	-	7.296,00	3.045,00	-	108.655,53
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	488.119,50	127.105,66	295.407,81	41.612,31	14.378,70	1.795,49	6.256,94	974.676,41
2009	453.027,68	139.526,30	549.945,10	45.581,26	13.628,47	-	1.783,74	1.203.492,5 5
2010	441.064,27	135.460,84	576.452,77	41.695,10	25.883,12	9.920,00	-	1.230.476,1 0
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	154.814,83	34.342,63	122.097,96	3.983,58	15.263,82	-	4.640,86	335.143,68
2009	224.890,61	31.065,72	55.338,69	4.079,45	9.823,25	-	4.168,85	329.366,57
2010	216.277,43	27.422,34	61.654,80	-	26.371,58	3.768,00	3.858,73	339.352,88
Fonte: SIAPE								

EXERCÍCIOS	ANOS	TOTAL	MÉDIA MÊS
	2008	4.455.561,51	371.296,79
	2009	6.792.955,90	566.079,66
	2010	7.911.778,52	659.314,88

18. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Tocantins													
UG/Gestão: 130018						CNPJ:							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	007/2009	04.795.101/0001-57	10/02/09	10/02/11	1	1	3	3			P
2008	V	O	003/2008	06.088.000/0002-52	28/11/08	28/02/11			4	4			P

Observação:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.	
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.	
Fonte:	

19. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Tocantins													
UG/Gestão: 130018							CNPJ: 00.396.895/0071-80						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	009/2010	04.795.101/0001-57	15/10/10	15/10/11	1	1	4	4			A
2009	L	O	007/2009	04.795.101/0001-57	10/02/09	10/02/11	1	1					P
Observação:													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													
Fonte:													

20. DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
009/2010	1	1	PROTOCOLO
009/2010	1	1	SAG/SAD/GAB/SFA
009/2010	1	1	GABINETE/SFA
009/2010	1	1	PORTARIA
009/2010	1	1	NÚCLEO DE TRANSPORTES
LEGENDA Área: 1- Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2- Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3- Serviços de Copa e Cozinha; 4 - Manutenção e conservação de Bens Móveis;			5- Serviços de Brigada de Incêndio; 6 - Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; 7- Higiene e Limpeza; 8- Vigilância Ostensiva; 9- Outras.
Fonte:			

21. TRANSFERENCIAS – Tabela 1

CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA								Valores em R\$ 1,00	
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Tocantins – SFA/TO									
CNPJ: 00396.895/0074-80				UG/GESTÃO: 130018/00001					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	704.362	02.903.683/0001-78	518.800,00	52.500,00	0,00*	466.300,00	2009	Maio/2011	1**
1	704.371	02.903.683/0001-78	1.130.000,00	130.000,00	0,00*	1.000.000,00	2009	Nov/2010	1
1	704385	02.903.683/0001-78	3.159.594,00	330.000,00	0,00	2.829.594,00	2009	Dez/2010	1
1	704.590	02.903.683/0001-78	2.571.840,00	260.000,00	0,00	2.311.840,00	2009	Out/2011	1
LEGENDA									
Modalidade:						Situação da Transferência:			
1 - Convênio						1 - Adimplente			
2 - Contrato de Repasse						2 - Inadimplente			
3 - Termo de Parceria						3 - Inadimplência			
4 - Termo de Cooperação						Suspensa			
5 - Termo de Compromisso						4 - Concluído			
						5 - Excluído			
						6 - Rescindido			
						7 - Arquivado			
Fonte: SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse.									
* Recursos repassados em 2009, não havendo novos aportes de recursos em 2010.									
** Em andamento.									

22. TRANSFERENCIAS – Tabela 2

RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS						
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Tocantins – SFA/TO						
CNPJ: 00396.895/0074-80				UG/GESTÃO: 130018/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			valores repassados em cada exercício		
				valores em R\$ 1,00		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	1	4	4	3.510.953,00	6.607.734,00	0,00
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						

Termo de Compromisso						
Totais	1	4	4	3.510.953,00	6.607.734,00	0,00

23. TRANSFERENCIAS – Tabela 3

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS					
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Tocantins – SFA/TO					
CNPJ: 00396.895/0074-80			UG/GESTÃO: 130018/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	02 *	3.090.640,00	2.778.140,00	0,00	100
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais	02				100
Fonte: SICONV					
Convênio pactuado em 2009, com vigência em 2011					

24. TRANSFERENCIAS – Tabela 4

RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATO DE REPASSE					Valores em R\$
Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Tocantins – SFA/TO					
CNPJ: 00396.895/0074-80			UG/GESTÃO: 130018/00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		02	
		Montante Repassado		3.829.594,00	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		
2009	Contas prestadas	Quantidade		01	
		Montante Repassado (R\$)		3.510.953,00	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
2008	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
Anteriores a	Contas NÃO prestadas	Quantidade			

2008		Montante Repassado (R\$)		
Fonte:				

25. TRANSFERENCIAS – Tabela 5

VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE					
Valores em R\$ 1,00					
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			02	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		02	
		Montante repassado (R\$)		3.829.594,00	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		
Montante repassado (R\$)					
2009	Quantidade de contas prestadas			01	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		01	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2008	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado					
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado			
Fonte:					

Observação:

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplentes:
Não têm inadimplentes.
- Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Dec. 93.872/86:
Não se aplica
- Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos:
Conforme tabela, houve evolução na ordem de 88,2034% das transferências efetuadas de 2008 a 2009.
- Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011:
Além de designar por portaria o servidor que vai acompanhar in loco as metas físicas, designar-se-à também, por portaria, o servidor que fará o acompanhamento in loco das metas financeiras.
- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto a conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares:

Todos os convênios que encerraram a vigência até o final de 2010 foram prestados dentro dos prazos regulamentares.

- Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:

Com relação ao acompanhamento da execução das metas físicas estabelecidas no plano de trabalho, foi designado por portaria para cada convenio celebrado um FFA da respectiva área do convenio, para acompanhar in loco a execução das metas físicas durante o período de vigência do convenio.

26. DECLARAÇÃO DO GESTOR DE CONVÊNIOS

Declaração do Gestor de Convênios			
Denominação Completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA/TO			130018
Declaro que as informações sobre os convênios firmados no âmbito desta SFA/TO, no exercício de 2010 estão disponibilizados e atualizados no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19, § 1º da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.			
Local	Palmas/TO	Data	Março/2011
Gestor	Mário Márcio Barros Araújo	SIAPE	1503489

27. DECLARAÇÃO DO GESTOR DE CONTRATOS

Declaração do Gestor de Contratos			
Denominação Completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA/TO			130018
Declaro que os Contratos de prestação de serviços, fornecimento de material com entrega parcelada, dispensa e inexigibilidade firmados no âmbito desta SFA/TO estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19, da Lei nº 12.309, de 09/08/2010.			
Local	Palmas/TO	Data	Março/2011
Gestor	Márcio Marcolini	SIAPE	1669034

28. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?		X			
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	X				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

29. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	TOCANTINS	1	1
	PALMAS		
	município 2		
	município "n"		
	UF "n"	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ
Fonte:			

30. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor	Data da	Valor	Imóvel	Instalação

				Histórico	Avaliação	Reavaliado		es
130018	937300165500-0	21	1	1.080.245,15	11/07/09			7.846,00
Total							Σ	7.846,00
Fonte:								

31. DECLARAÇÃO DO CONTÁBIL

DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO TOCANTINS			130018
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 14290.00.00, 113180100 E 212110200. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF		Data
			31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira		CRC nº
			006624/T – GO

32. DECLARAÇÃO DE RENDA – CONTADORES



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que constam nos assentamentos funcionais dos servidores Alberto Jerônimo Pereira e José Calazans dos Santos, cópias de suas respectivas Declarações de Imposto de Renda, Ano-base 2009 Exercício 2010.

Brasília, 15 de fevereiro de 2011

Carlos Antonio Portuguese de Assunção
Chefe de Divisão da CGAP

33. DECLARAÇÃO DE RENDA PELA GESTÃO DOS RECURSOS



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
No Estado do Tocantins
Serviço de Apoio Administrativo



DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que constam nos assentamentos funcionais dos servidores abaixo relacionados, cópias de suas respectivas Declarações de imposto de Renda, Ano-base 2009 Exercício 2010.

Jalbas Aires Manduca;
Estaquio Ferreira dos Santos;
Mario Marcio de Barros Araujo
Antonio Humberto Simão;
Jose Dourado Junior;
Adriana Carla Flores Feitosa;
Elzo Polizel Junior;
Marcio Marcolini ;
Liane do Socorro Mira Picanço e
Josafa da Silva Rego.

Palmas(TO) 30 de março de 2011

Marcio Marcolini
SAD/SEA-TO

34. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

SUPRIMENTO DE FUNDOS 2010			
NOME	DATA	VALOR	TIPO DE DESPESA
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		ANDRE DE PAULA SIMÕES	
SF 000005	22/2/2010	R\$100,00	COMBUSTIVEL
	11/2/2010	R\$131,00	COMBUSTIVEL
	12/2/2010	R\$100,00	COMBUSTIVEL
SF 000019	15/3/2010	R\$136,00	COMBUSTIVEL
	17/3/2010	R\$131,00	COMBUSTIVEL
	18/3/2010	R\$81,12	COMBUSTIVEL
	22/3/2010	R\$50,00	COMBUSTIVEL
TOTAL R\$729,12			
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		ANTONIO HUMBERTO SIMÃO	
SF 000008	11/2/2010	R\$40,00	COMBUSTIVEL
	12/2/2010	R\$123,00	COMBUSTIVEL
	07/5/2010	R\$25,00	LAVAR VEICULO
SF 000009	23/2/2010	R\$100,00	COMBUSTIVEL
	24/2/2010	R\$119,00	COMBUSTIVEL
SF 000022	25/2/2010	R\$106,00	COMBUSTIVEL
	23/3/2010	R\$120,00	COMBUSTIVEL
	25/3/2010	R\$124,00	COMBUSTIVEL
SF 000051	20/5/2010	R\$100,00	COMBUSTIVEL
	22/2/2010	R\$92,00	COMBUSTIVEL
	25/5/2010	R\$25,00	LAVAR VEICULO
	19/7/2010	R\$100,00	COMBUSTIVEL
	20/7/2010	R\$40,00	ALINHAR E BALANC.
	20/7/2010	R\$86,53	COMBUSTIVEL
	20/7/2010	R\$70,00	PROTETOR CART
	27/7/2010	R\$75,00	COMBUSTIVEL
	29/7/2010	R\$70,00	COMBUSTIVEL
	03/8/2010	R\$20,00	LAVAR VEICULO
TOTAL R\$1.445,53			
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		DOUGLAS HAAS DE OLIVEIRA	
SF 000042	29/4/2010	R\$200,00	COMBUSTIVEL
SF 000041	10/5/2010	R\$120,00	COMBUSTIVEL
	12/5/2010	R\$125,00	COMBUSTIVEL
	13/5/2010	R\$50,00	LAVAR VEICULO
TOTAL R\$495,00			
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		EDUARDO DA SILVA BARRETO	

	19/1/2010	R\$60,00	COMBUSTIVEL
SF 000001	21/1/2010	R\$94,17	COMBUSTIVEL
	18/2/2010	R\$77,01	COMBUSTIVEL
	15/3/2010	R\$73,09	COMBUSTIVEL
	16/3/2010	R\$107,58	COMBUSTIVEL
	17/3/2010	R\$25,00	LAVAR CARRO
	06/4/2010	R\$103,93	COMBUSTIVEL
	07/4/2010	R\$94,00	COMBUSTIVEL
	08/4/2010	R\$25,00	LAVAR CARRO
SF000039	05/5/2010	R\$111,01	COMBUSTIVEL
	17/5/2010	R\$104,00	COMBUSTIVEL
	18/5/2010	R\$66,00	COMBUSTIVEL
	20/5/2010	R\$50,00	COMBUSTIVEL
	21/6/2010	R\$60,56	COMBUSTIVEL
	23/6/2010	R\$12,90	PILHAS AA
	23/6/2010	R\$2,88	PAPEL REPORT
	06/5/2020	R\$25,00	LAVAR CARRO
SF 000067	25/8/2010	R\$50,00	COMBUSTIVEL
	27/8/2010	R\$25,00	LAVAR CARRO
	11/11/2010	R\$37,69	CAIXA DE ISOPOR
TOTAL R\$1.204,82			
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		ELISANGELA PINTO FIGUEIREDO	
SF 000015	14/3/2010	R\$65,00	COMBUSTIVEL
	14/3/2010	R\$120,00	COMBUSTIVEL
	14/3/2010	R\$55,00	COMBUSTIVEL
	14/3/2010	R\$60,00	COMBUSTIVEL
	16/3/2010	R\$50,00	LAVAR CARRO
SF 000052	24/5/2010	R\$210,00	15 CAMISETAS 6ª SEM. ALIMENTOS ORGANICOS
	24/5/2010	R\$360,00	18 SACOLAS 6ª SEM. ALIMENTOS ORGANICOS
	27/5/2010	R\$130,00	COMBUSTIVEL
TOTAL R\$1.050,00			
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		FABIO AUGUSTO B. DE OLIVEIRA	
SF 000046	11/5/2010	R\$125,01	COMBUSTIVEL
	13/5/2010	R\$115,59	COMBUSTIVEL
	15/5/2010	R\$120,02	COMBUSTIVEL
TOTAL R\$360,62			
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		FERNANDO AZEVEDO DE FREITAS	
	2/3/2010	R\$126,02	COMBUSTIVEL
SF 000012	3/3/2010	R\$102,00	COMBUSTIVEL
	4/3/2010	R\$103,00	COMBUSTIVEL

	4/3/2010	R\$40,00	LAVAR CARRO
	15/3/2010	R\$123,68	COMBUSTIVEL
	16/3/2010	R\$54,00	COMBUSTIVEL
	17/3/2010	R\$100,98	COMBUSTIVEL
	18/3/2010	R\$108,72	COMBUSTIVEL
	18/3/2010	R\$40,00	LAVAR CARRO
	25/3/2010	R\$92,00	COMBUSTIVEL
SF 000026	5/4/2010	R\$100,00	COMBUSTIVEL
	6/4/2010	R\$70,46	COMBUSTIVEL
	7/4/2010	R\$64,00	COMBUSTIVEL
	8/4/2010	R\$88,01	COMBUSTIVEL
	9/4/2010	R\$95,00	COMBUSTIVEL
	4/5/2010	R\$104,79	COMBUSTIVEL
	5/5/2010	R\$75,01	COMBUSTIVEL
	5/5/2010	R\$115,00	COMBUSTIVEL
	6/5/2010	R\$100,02	COMBUSTIVEL
	7/5/2010	R\$120,32	COMBUSTIVEL
SF 000027	15/4/2010	R\$106,00	COMBUSTIVEL
	16/4/2010	R\$70,01	COMBUSTIVEL
	16/4/2010	R\$30,00	LAVAR CARRO
	22/4/2010	R\$75,00	COMBUSTIVEL
	24/4/2010	R\$88,00	COMBUSTIVEL
	27/4/2010	R\$63,00	COMBUSTIVEL
	28/4/2010	R\$74,86	COMBUSTIVEL
	28/4/2010	R\$51,75	COMBUSTIVEL
	29/4/2010	R\$81,40	COMBUSTIVEL
	30/4/2010	R\$56,00	COMBUSTIVEL
	30/4/2010	R\$80,00	COMBUSTIVEL
	17/5/2010	R\$106,01	COMBUSTIVEL
	17/5/2010	R\$79,00	OLEO LUBRIFICANTE
	17/5/2010	R\$62,00	FILTRO DE OLEO
	19/5/2010	R\$117,00	COMBUSTIVEL
	20/5/2010	R\$78,70	COMBUSTIVEL
	28/5/2010	R\$88,03	COMBUSTIVEL
	28/5/2010	R\$143,00	COMBUSTIVEL
	31/5/2010	R\$77,00	COMBUSTIVEL
	1/6/2010	R\$110,72	COMBUSTIVEL
	2/6/2010	R\$110,04	COMBUSTIVEL
	14/6/2010	R\$110,00	COMBUSTIVEL
SF 000057	14/6/2010	R\$95,68	COMBUSTIVEL
	15/6/2010	R\$77,00	COMBUSTIVEL
	16/6/2010	R\$102,03	COMBUSTIVEL
	17/6/2010	R\$95,01	COMBUSTIVEL

	18/6/2010	R\$104,34	COMBUSTIVEL
	18/6/2010	R\$30,00	LAVAR CARRO
TOTAL R\$4.184,59			
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		FRANCINILSON ALVES FERREIRA	
SF 000003	4/3/2010	R\$103,01	COMBUSTIVEL
	4/3/2010	R\$95,76	COMBUSTIVEL
	6/3/2010	R\$78,21	COMBUSTIVEL
	6/3/2010	R\$45,00	OLEO LUBRIFICANTE
	6/3/2010	R\$89,01	COMBUSTIVEL
	7/3/2010	R\$102,25	COMBUSTIVEL
	8/3/2010	R\$60,00	RECARGA TONNER
	11/3/2010	R\$96,03	COMBUSTIVEL
	11/3/2010	R\$75,00	OLEO/FILTRO
	11/3/2010	R\$112,00	COMBUSTIVEL
	12/3/2010	R\$70,00	COMBUSTIVEL
	4/3/2010	R\$15,00	REG. RODAS
TOTAL R\$941,27			
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		HELENO GUIMARÃES DE CARVALHO	
SF 000045	10/5/2010	R\$118,01	COMBUSTIVEL
	10/5/2010	R\$155,00	CARTUCHO HP
	13/5/2010	R\$87,99	COMBUSTIVEL
TOTAL R\$361,00			
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		GILSON HUMBERTO MOROMIZATO	
SF 000006	22/2/2010	R\$10,00	CABOS VSS
	22/2/2010	R\$67,00	COMBUSTIVEL
	23/2/2010	R\$100,03	COMBUSTIVEL
	26/2/2010	R\$96,50	COMBUSTIVEL
SF 000021	15/3/2010	R\$100,70	COMBUSTIVEL
	15/3/2010	R\$97,00	SENSOR NIEL CARRO
	17/3/2010	R\$15,90	PAPEL SULFITE A4
	18/3/2010	R\$520,00	2 PNEUS 175/65/14
	18/3/2010	R\$91,01	COMBUSTIVEL
	23/3/2010	R\$92,89	COMBUSTIVEL
	25/3/2010	R\$121,00	COMBUSTIVEL
	29/3/2010	R\$95,00	COMBUSTIVEL
	31/3/2010	R\$110,00	COMBUSTIVEL
	31/3/2010	R\$105,02	COMBUSTIVEL
SF 000040	26/4/2010	R\$50,00	COMBUSTIVEL
	27/4/2010	R\$213,00	FILTRO DE CARRO
	27/4/2010	R\$120,00	COMBUSTIVEL
	27/4/2010	R\$70,00	SERVIÇOS MECANICO
	28/4/2010	R\$85,00	CARTUCHO HP
	28/4/2010	R\$123,00	COMBUSTIVEL

	29/4/2010	R\$99,99	COMBUSTIVEL
	24/5/2010	R\$106,01	COMBUSTIVEL
	26/5/2010	R\$83,01	COMBUSTIVEL
	27/4/2010	R\$98,00	OLEO MOTOR CARRO
	28/5/2010	R\$86,00	COMBUSTIVEL
SF 000069	24/9/2010	R\$50,00	LAVAR CARRO FRONTIER
	24/9/2010	R\$50,01	LAVAR CARRO L-200
TOTAL R\$2.856,07			
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		IVAN NUNES DE OLIVEIRA	
SF 000018	29/3/2010	R\$100,00	COMBUSTIVEL
	1/4/2010	R\$110,00	COMBUSTIVEL
	1/4/2010	R\$66,50	COMBUSTIVEL
	6/4/2010	R\$93,50	COMBUSTIVEL
	6/4/2010	R\$30,00	PALETA LIMPADOR DE PARABRISA
	7/4/2010	R\$25,00	LAVAR CARRO
SF 000032	26/4/2010	R\$80,00	COMBUSTIVEL
	26/4/2010	R\$80,00	COMBUSTIVEL
	28/4/2010	R\$80,00	COMBUSTIVEL
	29/4/2010	R\$30,00	COMBUSTIVEL
	4/5/2010	R\$35,00	LAVAR CARRO
SF 000055	24/5/2010	R\$160,00	BATERIA CARRO MWF 1830
	25/5/2010	R\$100,00	COMBUSTIVEL
	27/5/2010	R\$100,00	COMBUSTIVEL
	28/5/2010	R\$35,00	LAVAR CARRO
	1/6/2010	R\$123,00	COMBUSTIVEL
	2/6/2010	R\$67,00	COMBUSTIVEL
	24/6/2010	R\$100,00	COMBUSTIVEL
	24/6/2010	R\$39,00	3 KG SACOS 15X30
	24/6/2010	R\$40,00	CARTUCHO HP
SF 000068	27/8/2010	R\$35,00	LAVAR CARRO
	15/10/2010	R\$25,00	LAVAR CARRO
SF 000073	24/11/2010	R\$35,00	PALETA LIMPADOR DE PARABRISA
	29/11/2010	R\$35,00	LAVAR CARRO
	30/11/2010	R\$35,00	LAVAR CARRO
TOTAL R\$1.659,00			
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		JOÃO CARNEIRO CORREIA	
SF 000029	26/4/2010	R\$90,00	COMBUSTIVEL
	28/4/2010	R\$75,00	COMBUSTIVEL
	28/4/2010	R\$30,00	LAVAR CARRO
TOTAL R\$195,00			
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		JOZAFÁ RIBEIRO MACIEL	
SF 000004	5/2/2010	R\$108,00	COMBUSTIVEL
	7/2/2010	R\$118,00	COMBUSTIVEL

	8/2/2010	R\$89,00	COMBUSTIVEL
	9/2/2010	R\$59,00	COMBUSTIVEL
	17/2/2010	R\$108,47	COMBUSTIVEL
	17/2/2010	R\$40,00	QUEROSENE P/ LAVAR MOTOR
	22/2/2010	R\$80,55	COMBUSTIVEL
	23/2/2010	R\$51,14	COMBUSTIVEL
	24/2/2010	R\$117,00	COMBUSTIVEL
	27/2/2010	R\$80,00	COMBUSTIVEL
	27/2/2010	R\$104,01	COMBUSTIVEL
	3/3/2010	R\$76,77	COMBUSTIVEL
	3/3/2010	R\$51,00	COMBUSTIVEL
SF 000037	30/4/2010	R\$63,42	COMBUSTIVEL
	30/4/2010	R\$240,00	BATERIA CARRO MVV 5286
	3/5/2010	R\$120,87	COMBUSTIVEL
	4/5/2010	R\$125,00	COMBUSTIVEL
	4/5/2010	R\$550,00	01 PNEU 225/75/26
	6/5/2010	R\$97,92	COMBUSTIVEL
	8/5/2010	R\$118,02	COMBUSTIVEL
	9/5/2010	R\$96,82	COMBUSTIVEL
	9/5/2010	R\$73,00	COMBUSTIVEL
SF 000037	10/5/2010	R\$30,00	CORREIA AR CONDICIONADO
	10/5/2010	R\$20,00	SERVIÇO TORCA CORREIA AR CONDICIONADO
	11/5/2010	R\$123,75	COMBUSTIVEL
	12/5/2010	R\$96,48	COMBUSTIVEL
	18/5/2010	R\$117,00	COMBUSTIVEL
	20/5/2010	R\$124,00	COMBUSTIVEL
	20/5/2010	R\$68,00	COMBUSTIVEL
	21/5/2010	R\$110,00	COMBUSTIVEL
	23/5/2010	R\$115,00	COMBUSTIVEL
	23/5/2010	R\$67,00	COMBUSTIVEL
	25/5/2010	R\$63,91	COMBUSTIVEL
	18/6/2010	R\$540,00	VIDRO DO CARRO
TOTAL R\$4.043,13			
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		JOSÉ NILO CORREIA CAMPOS	
SF 000017	8/3/2010	R\$100,00	COMBUSTIVEL
	9/3/2010	R\$100,00	COMBUSTIVEL
	10/3/2010	R\$90,00	COMBUSTIVEL
	11/3/2010	R\$100,00	COMBUSTIVEL
	12/3/2010	R\$41,00	COMBUSTIVEL
	12/3/2010	R\$56,00	GELO
	12/3/2010	R\$39,90	CAIXA DE ISOPOR
SF 000034	27/4/2010	R\$90,00	COMBUSTIVEL

	27/4/2010	R\$102,00	COMBUSTIVEL
	28/4/2010	R\$90,10	COMBUSTIVEL
	28/4/2010	R\$90,00	COMBUSTIVEL
	29/4/2010	R\$50,00	COMBUSTIVEL
	29/4/2010	R\$90,00	COMBUSTIVEL
	30/4/2010	R\$46,90	CAIXA DE ISOPOR
	30/4/2010	R\$15,80	GELO
	30/4/2010	R\$35,00	LAVAR CARRO
SF 000047	10/5/2010	R\$65,00	COMBUSTIVEL
	10/5/2010	R\$100,00	COMBUSTIVEL
	11/5/2010	R\$83,01	COMBUSTIVEL
	12/5/2010	R\$80,00	COMBUSTIVEL
	12/5/2010	R\$50,00	COMBUSTIVEL
	12/5/2010	R\$86,16	COMBUSTIVEL
	14/5/2010	R\$74,01	COMBUSTIVEL
	14/5/2010	R\$35,00	LAVAR CARRO
	14/5/2010	R\$39,50	GELO
	14/5/2010	R\$39,90	CAIXA DE ISOPOR
SF 000060	18/6/2010	R\$39,39	CAIXA DE ISOPOR
	18/6/2010	R\$23,26	GELO
TOTAL R\$1.851,93			
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		LUIS FELIPE L. DA CONCEIÇÃO	
SF 000002	26/1/2010	R\$131,64	COMBUSTIVEL
	26/1/2010	R\$100,00	COMBUSTIVEL
SF 000031	20/4/2010	R\$100,00	COMBUSTIVEL
SF 000044	10/5/2010	R\$109,00	COMBUSTIVEL
	11/5/2010	R\$62,10	COMBUSTIVEL
SF 000049	13/5/2010	R\$20,00	BALANCEAMENTO
	14/5/2010	R\$35,00	LAVAR CARRO
	29/5/2010	R\$35,00	LAVAR CARRO
	14/5/2010	R\$20,00	COMBUSTIVEL
	13/5/2010	R\$94,36	COMBUSTIVEL
	26/5/2010	R\$125,52	COMBUSTIVEL
	28/5/2010	R\$108,00	COMBUSTIVEL
	24/5/2010	R\$60,00	COMBUSTIVEL
	24/5/2010	R\$50,00	COMBUSTIVEL
	14/5/2010	R\$65,00	COMBUSTIVEL
	10/6/2010	R\$126,00	OLEO CARRO
	9/7/2010	R\$300,00	16CAIXAS DE ISOPOR
TOTAL R\$1.541,62			
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		LENILDO GOMES DA SILVA	
SF 000024	26/3/2010	R\$110,00	COMBUSTIVEL

	26/3/2010	R\$120,00	PASTILHAS DE FREIO
	22/3/2010	R\$120,00	COMBUSTIVEL
	22/3/2010	R\$30,00	COMBUSTIVEL
	23/3/2010	R\$98,50	COMBUSTIVEL
	23/3/2010	R\$98,95	COMBUSTIVEL
	26/3/2010	R\$122,55	COMBUSTIVEL
	26/3/2010	R\$50,00	LAVAR CARRO
SF 000048	10/5/2010	R\$100,00	COMBUSTIVEL
	11/5/2010	R\$98,50	COMBUSTIVEL
	11/5/2010	R\$84,00	OLEO MOTOR
	11/5/2010	R\$135,30	COMBUSTIVEL
	14/5/2010	R\$82,20	COMBUSTIVEL
	14/5/2010	R\$50,00	LAVAR CARRO
SF 000059	19/6/2010	R\$105,00	4 LAVAGENS DE CARRO
TOTAL R\$1.405,00			
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		MARCIO MARCOLINI	
SF 000014	10/3/2010	R\$250,00	SISTEMA DE SEG. ALARME
	10/3/2010	R\$100,00	INSUFILME
SF 000043	2/5/2010	R\$138,00	COMBUSTIVEL
	3/5/2010	R\$31,00	VALVULA D'AGUA
	4/5/2010	R\$45,13	ALICATE C/ CATRACA
	4/5/2010	R\$21,40	CONECTOR CABO DE REDE
	7/5/2010	R\$60,00	COMBUSTIVEL
	8/5/2010	R\$140,20	COMBUSTIVEL
	10/5/2010	R\$520,00	SERV.IMPRESSÃO PANFLETOS 20X20
SF 000064	9/7/2010	R\$280,00	SERV. REMOÇÃO E REINSTALAÇÃO AR COND.
	9/7/2010	R\$46,00	ROLO, PINCEL, THINER
	9/7/2010	R\$225,00	3 CAIXAS DE PASTA SUSPENSA
	9/7/2010	R\$110,00	3 CAIXAS DE BOBINAS
	9/7/2010	R\$15,00	3 CAIXAS DE GRAMPO
	9/7/2010	R\$149,90	TINTA PISO
	13/7/2010	R\$64,00	TINTA CORAL
	16/7/2010	R\$44,40	CORDA TRAÇADA DE POLIETILENO
	29/7/2010	R\$20,00	10 CD RW
	29/7/2010	R\$11,00	5 FITAS ADESIVAS
	29/7/2010	R\$35,00	50 CANETAS ESFEROGRAFICAS
	29/7/2010	R\$24,00	02 BATERIA ALCALINA
	29/7/2010	R\$120,00	30 CAIXAS BOX ARQ. FACIL
	29/7/2010	R\$20,00	1 KG DE BARBANTE CRU
SF 000074	10/11/2010	R\$20,00	20 M CABO DE REDE
	10/11/2010	R\$70,00	05 MOUSE
	10/11/2010	R\$92,00	FILTRO DE LINHA

	10/11/2010	R\$53,00	FLEXITE,APLICADOR,NEUTROL,TRINCHA
	30/11/2010	R\$250,00	50 GL AGUA MINERAL
	30/11/2010	R\$491,80	38 CARIMBOS, REFIL E BORRACHAS
TOTAL R\$3.446,83			
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		MAURO MEDEIROS DE MOURA	
SF 000010	22/2/2010	R\$71,37	COMBUSTIVEL
	23/2/2010	R\$110,00	COMBUSTIVEL
	25/2/2010	R\$82,00	COMBUSTIVEL
	26/2/2010	R\$42,95	COMBUSTIVEL
SF 000020	17/3/2010	R\$37,50	COMBUSTIVEL
	18/3/2010	R\$80,01	COMBUSTIVEL
SF 000023	22/3/2010	R\$75,00	COMBUSTIVEL
	22/3/2010	R\$30,00	COMBUSTIVEL
	23/3/2010	R\$91,02	COMBUSTIVEL
	25/3/2010	R\$85,53	COMBUSTIVEL
	26/3/2010	R\$50,00	COMBUSTIVEL
SF 000036	26/4/2010	R\$80,12	COMBUSTIVEL
	29/4/2010	R\$77,31	COMBUSTIVEL
SF 000054	24/5/2010	R\$40,00	COMBUSTIVEL
	24/5/2010	R\$74,00	COMBUSTIVEL
	25/5/2010	R\$86,13	COMBUSTIVEL
	26/5/2010	R\$83,42	COMBUSTIVEL
	26/5/2010	R\$56,00	COMBUSTIVEL
	28/5/2010	R\$40,54	COMBUSTIVEL
TOTAL R\$1.292,90			
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		RODRIGO FLEURY CURADO	
SF 000007	22/2/2010	R\$125,00	COMBUSTIVEL
	25/2/2010	R\$106,00	COMBUSTIVEL
	26/2/2010	R\$25,00	LAVAR CARRO
	07/4/2010	R\$87,58	COMBUSTIVEL
	08/4/2010	R\$110,00	COMBUSTIVEL
	08/4/2010	R\$53,09	COMBUSTIVEL
	09/4/2010	R\$25,00	LAVAR CARRO
SF 000017	08/3/2010	R\$100,00	COMBUSTIVEL
	09/3/2010	R\$141,98	COMBUSTIVEL
	11/3/2010	R\$100,00	COMBUSTIVEL
	12/3/2010	R\$50,00	COMBUSTIVEL
	12/3/2010	R\$25,00	LAVAR CARRO
	26/4/2010	R\$84,93	COMBUSTIVEL
	28/4/2010	R\$97,00	COMBUSTIVEL
	29/4/2010	R\$47,00	COMBUSTIVEL
	29/4/2010	R\$38,00	COMBUSTIVEL

	30/4/2010	R\$25,00	LAVAR CARRO
SF 000053	25/5/2010	R\$42,00	OLEO LUBRIFICANTE
	25/5/2010	R\$94,52	COMBUSTIVEL
	26/5/2010	R\$93,00	COMBUSTIVEL
	27/5/2010	R\$70,03	COMBUSTIVEL
	28/5/2010	R\$20,00	LAVAR CARRO
SF 000066	06/8/2010	R\$20,00	LAVAR CARRO
	03/9/2010	R\$20,00	LAVAR CARRO
TOTAL R\$1.600,13			
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		WELCITON DE ASSUNÇÃO ALVES	
	02/3/2010	R\$ 83,00	COMBUSTIVEL
SF 000011	22/2/2010	R\$ 148,70	COMBUSTIVEL
SF 000013	02/3/2010	R\$ 100,00	COMBUSTIVEL
	03/3/2010	R\$ 130,03	COMBUSTIVEL
	04/3/2010	R\$ 115,00	COMBUSTIVEL
	04/3/2010	R\$ 50,00	LAVAR CARRO
SF 000025	05/4/2010	R\$ 116,00	COMBUSTIVEL
	06/4/2010	R\$116,32	COMBUSTIVEL
	08/4/2010	R\$100,02	COMBUSTIVEL
	08/4/2010	R\$50,00	LAVAR CARRO
SF 000030	13/4/2010	R\$129,00	COMBUSTIVEL
SF 000050	19/5/2010	R\$110,00	COMBUSTIVEL
	24/5/2010	R\$139,17	COMBUSTIVEL
	29/5/2010	R\$94,01	COMBUSTIVEL
	29/5/2010	R\$69,00	COMBUSTIVEL
	24/5/2010	R\$30,00	ALINHAMENTO/ BALANCEAMENTO
	29/5/2010	R\$35,00	LAVAR CARRO
SF 000056	12/6/2010	R\$25,00	LAVAR CARRO
SF 000061	19/6/2010	R\$164,00	REVISÃO
SF 000070	29/9/2010	R\$90,00	ALINHAMENTO/ BALANCEAMENTO
	1/10/2010	R\$40,00	LAVAR CARRO
TOTAL R\$1.934,25			
TOTAL ANUAL R\$32.597,81			

35. RESULTADOS E CONCLUSÕES

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Tocantins é responsável direta pela coordenação, supervisão e execução dos Planos, Programas e Ações do MAPA no Estado. Nesse sentido assume um papel de fundamental importância no agronegócio local. Tendo em vista que o Estado possui apenas 21 anos de existência e o seu setor agropecuário se encontra em franca expansão, as ações de fiscalização de sementes, fertilizantes, inoculantes, agrotóxicos, sal mineral, medicamentos veterinários, bebidas, inspeção de produtos de origem animal e vegetal, bem assim, a supervisão das políticas estaduais de defesa agropecuária e também as políticas de fomento, impactam diretamente a qualidade dos insumos e em consequência disso os níveis de produtividade e de custos do setor como um todo.

Podemos afirmar pelas tabelas e índices de eficiência e efetividade de cada ação (PI) que as metas físicas em 2010 foram favoravelmente cumpridas com uma média no âmbito dessa Superintendência de 90%.

Vale destacar o esforço extraordinário da área administrativa para disponibilizar os recursos materiais, financeiros e logísticos para viabilizar o trabalho da área técnica em face da deficiência de pessoal administrativo.